

IHU ON-LINE

Cidadania vigiada

*A hipertrofia do medo e os
dispositivos de controle*

Revista do Instituto Humanitas Unisinos



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

UNISINOS

Nº 495 | Ano XVI
17/10/2016

ISSN 1981-8769
(impresso)
ISSN 1981-8793
(online)

**Vinícius Nicastro Honesko: *A impossibilidade de
melhorar o mundo***

Paulo César Castro: *Algoritmos devem ser debatidos*

**Adriano Pilatti: *Expansão do medo aumenta
mecanismos de controle e vigilância***

Gaël Giraud:
Do decrescimento
surgirá uma
humanidade mais
justa e menos desigual

Katu Arkonada:
A incompatível
relação entre
extrativismo mineral
e justiça social

**Guilherme Castelo
Branco:**
A era da agonística e o
capitalismo vigilante

Cidadania vigiada. A hipertrofia do medo e os dispositivos de controle

Um dos problemas urgentes e graves do mundo contemporâneo é a segurança, e a disseminação do tema estabelece uma sensação generalizada de medo. Acossadas, as pessoas aceitam abrir mão da autonomia em troca da proteção prometida por dispositivos de controle e de vigilância social. A consequência disso é a criação de sistemas de controle social cada vez mais sofisticados. Em um cenário que combina sociedades amedrontadas e novas possibilidades tecnológicas de vigilância e controle da vida, percebe-se uma fragilização de direitos humanos fundamentais em nome da segurança.

Estes temas pautam o V Colóquio Internacional IHU e VII Colóquio da Cátedra Unesco - Unisinos de Direitos Humanos e Violência, Governo e Governança, que será realizado nos dias 25 e 26 de outubro no Instituto Humanitas Unisinos - IHU. Em preparação ao evento, assim como para ampliar o debate ora suscitado, a atual edição da revista IHU On-Line discute com prioridade o tema da vigilância.

Vinícius Nicastro Honesko, professor do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, discute a impossibilidade de melhorar o mundo e recorre a um texto de Pasolini escrito em 1968 para falar da necessidade de se impedir que tudo piore.

Para Paulo César Castro, professor associado da Escola de Comunicação - ECO da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, os algoritmos são elemento central neste sistema de vigilância das pessoas. E como eles são invisíveis, há pouco entendimento e crítica sobre eles.

Conforme Adriano Pilatti, professor do Departamento de Direito da PUC-Rio, a insegurança legítima que ocorre mais relativização de direitos e garantias, maior rigor penal e penitenciário e uma condução ortodoxa da

economia aprofundando a desigualdade e a exclusão social.

Walter Menon, professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Paraná, afirma que é um truque fazer as pessoas acreditarem cada vez mais na proteção de espaços monitorados, em detrimento da crença de que uma sociedade menos violenta seja possível por meio de políticas públicas.

Para Guilherme Castelo Branco, professor de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, as categorias clássicas do soberano e da soberania já não mais existem. São figuras de um outro tempo, do passado.

Pedro Rezende, professor do Departamento de Ciência da Computação da Universidade de Brasília, avalia que está em curso um "plano ofensivo de guerra híbrida para implantar um regime dominante de vigilantismo global, necessário para consolidar e sustentar uma nova ordem social e política de alcance mundial, a pretexto do inevitável jogo de espionagem das nações".

Nesta edição, também podem ser lidas as entrevistas com o economista e jesuíta Gaël Giraud, sobre o desafio global de se pensar um novo tipo de economia baseada na transição energética, e com Katu Arkonada, pesquisador e analista do Centro de Estudos Aplicados aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - Ceadesc, Bolívia, sobre o modelo econômico da América Latina baseado no extrativismo.

Mais informações sobre o evento V Colóquio Internacional IHU e VII Colóquio da Cátedra Unesco - Unisinos de Direitos Humanos e Violência, Governo e Governança podem ser obtidas em <https://goo.gl/slJKGG>.

A todas e a todos, uma boa leitura e uma excelente semana.

Imagem da capa: Red Bull Thinker/ Flickr Creative Commons.

IHU ON-LINE

A IHU On-Line é a revista do Instituto Humanitas Unisinos - IHU. Esta publicação pode ser acessada às segundas-feiras no site www.ihu.unisinos.br e no endereço www.ihuonline.unisinos.br.

A versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8 horas, na Unisinos. O conteúdo da IHU On-Line é *copyleft*.

Diretor de Redação

Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br)

Coordenador de Comunicação - IHU

Ricardo Machado - MTB 15.598/RS (ricardom@unisinos.br)

Jornalistas

João Flores da Cunha - MTB 18.241/RS (joaoflores@unisinos.br)

João Vitor Santos - MTB 13.051/RS (joaovs@unisinos.br)

Márcia Junges - MTB 9.447/RS (mjunges@unisinos.br)

Patrícia Fachin - MTB 13.062/RS (prfachin@unisinos.br)

Vitor Necchi - MTB 7.466/RS (vnecchi@unisinos.br)

Revisão

Carla Bigliardi

Projeto Gráfico

Ricardo Machado

Editoração

Rafael Tarcísio Forneck

Atualização diária do site

Inácio Neutzling, César Sanson, Patrícia Fachin, Cristina Guerini, Evelyn Zilch, Fernanda Forner, Matheus Freitas e Luísa Boésio.

Colaboração

Jonas Jorge da Silva, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR.



Instituto Humanitas Unisinos - IHU

Av. Unisinos, 950
São Leopoldo / RS
CEP: 93022-750

Telefone: 51 3591 1122 | Ramal 4128

e-mail: humanitas@unisinos.br

Diretor: Inácio Neutzling

Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br)

Sumário

Destaques da Semana

- 6 Destaques On-Line
- 8 Linha do Tempo
- 10 Gaël Giraud: Do decrescimento surgirá uma humanidade mais justa e menos desigual

Tema de Capa

- 18 Vinícius Nicastro Honesko: A impossibilidade de melhorar o mundo
- 25 Paulo César Castro: Algoritmos devem ser debatidos
- 31 Adriano Pilatti: Expansão do medo aumenta mecanismos de controle e vigilância
- 35 Walter Menon: A primazia dos lugares vigiados
- 39 Guilherme Castelo Branco: A era da agonística e o capitalismo vigilante
- 41 Pedro Rezende: O emergente Hegemon. A guerra de 4ª geração e a implantação do regime dominante de vigilantismo global

IHU em Revista

- 48 Agenda de Eventos
- 53 Katu Arkonada: A incompatível relação entre extrativismo mineral e justiça social
- 57 Publicações: Castor Ruiz; Solon Viola - Testemunhas de uma barbárie: uma perspectiva da injustiça a partir das vítimas do estado de exceção
- 59 Retrovisor

ME TRÓ POLES

4º CICLO DE ESTUDOS

POLÍTICAS PÚBLICAS E
TECNOLOGIAS DE
GOVERNO

TERRITÓRIOS,
GOVERNAMENTO DA VIDA
E O COMUM

UNISINOS – SÃO LEOPOLDO | RS

31 de outubro
(segunda-feira)

Prof. Dr. Salvador Andrés Schavelzon -
Universidade Federal de São Paulo, Campus
Osasco - UNIFESP

19h30min às 22h

- Cosmopolítica indígena, estados
plurinacionais e partidos movimento: limites e
possibilidades da reinvenção do espaço político



INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES – IHU.UNISINOS.BR

LOCAL: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
(Campus São Leopoldo – RS)

PROMOÇÃO



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

UNISINOS
Somos infinitas possibilidades

IHU ON-LINE



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Destques da Semana

Destques On-Line

Confira algumas entrevistas publicadas no sítio do IHU

A Justiça no Brasil é caolha. O egoísmo da corte que corrói a nação

Entrevista especial com Fábio Konder Comparato, doutor em Direito pela Université Paris 1, professor Emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP, Doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra e especialista em Filosofia do Direito, Direitos Humanos e Direito Político.

Publicada em 13-10-2016

Disponível em <http://bit.ly/2dSH7Qt>

Pensar noutro Brasil, numa nação mais igualitária requer uma primeira ação, capaz de inspirar todas as outras: abandonar o egoísmo. Essa é a perspectiva trazida pelo jurista Fábio Konder Comparato para de fato conceber um país onde o Estado Democrático de Direito vigore. "Faço um apelo para que se inicie desde logo, e se consolide, um vasto programa de educação ética em todos os níveis, reunindo as principais religiões do Brasil, a fim de que sejamos ao final capazes de rejeitar o egoísmo", destaca.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

Reforma tributária seria mais eficiente que a PEC 241

Entrevista especial com Róber Iturriet Avila, doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, pesquisador da Fundação de Economia e Estatística - FEE.

Publicada em 12-10-2016

Disponível em <http://bit.ly/2dBFqL5>

O argumento do governo federal de instituir um teto para os gastos públicos nas próximas duas décadas com a finalidade de equilibrar as contas públicas, dado que a despesa aumentou muito em relação à receita nos últimos anos, "é frágil" e "está pouco trabalhado", diz Avila na entrevista a seguir, concedida por telefone à **IHU On-Line** na última terça-feira, 11-10-2016, após a aprovação da PEC 241 na Câmara dos Deputados, por 366 votos a favor e 111 contrários. O economista explica que se analisado "na superfície, esse argumento está ok", mas é preciso considerar que esse desequilíbrio é o reflexo de uma recessão.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

No topo da pirâmide brasileira, 270 mil pessoas compõem o 1% mais rico

Entrevista especial com Rodrigo Orair, graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, mestre em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea.

Publicada em 11-10-2016.

Disponível em <http://bit.ly/2dc38Z4>

Aproximadamente 70 mil pessoas estão no topo da pirâmide dos super-ricos brasileiros, que têm rendimentos acima de um milhão e trezentos mil reais anuais e, em segundo lugar, estão as outras 200 mil pessoas mais ricas do país, com rendimentos a partir de 650 mil anuais. Esses dados correspondem às informações obtidas a partir da análise da declaração do Imposto de Renda de 2013 e têm sido utilizados na pesquisa do economista Rodrigo Octávio Orair, que estuda alternativas ao atual sistema tributário brasileiro.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

A esquerda irá além do lulismo sem o “abraço de urso” do PT?

Entrevista especial com Valério Arcary, graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo - USP, professor aposentado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP.

Publicada em 10-10-2016

Disponível em <http://bit.ly/2e3hXeh>

Apesar de as Reformas Trabalhista e da Previdência ainda não terem sido votadas, já é possível identificar quais são as “intenções” das propostas, garante Valério Arcary à **IHU On-Line**. “O tema de fundo dessas reformas é que é necessário tornar a economia brasileira mais atrativa no mercado mundial e, neste momento, os custos produtivos no Brasil continuam sendo muito elevados”, afirma.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

A ex-esquerda desceu a ladeira e deixou um vácuo no espaço

Entrevista especial com Bruno Lima Rocha, mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e graduado em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, professor no curso de Relações Internacionais da Unisinos.

Publicada em 5-10-2016

Disponível em <http://bit.ly/2dZkIxP>

No cenário da atual crise política, era esperado que o número de votos nulos, brancos e abstenções “seria gigantesco”, mas o “volume” total desse tipo de votos nas eleições municipais deste ano “foi surpreendente”, avalia Bruno Lima Rocha à **IHU On-Line**. Para ele, esse dado “não implica necessariamente em adesão a uma tese rebelde, mas sim um potencial de trabalho no sentido da desobediência civil e posições de resistência diante da retirada de direitos coletivos”. Organizar este potencial, frisa, “é o desafio ao menos até a largada da corrida presidencial de 2018”.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

Linha do Tempo

A IHU On-Line apresenta seis textos publicados no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU que tiveram destaque ao longo da semana

“PEC 241 é condenação de morte para milhares de brasileiros”

Subfinanciado desde a sua criação, o Sistema Único de Saúde já tinha a sua sustentabilidade ameaçada pelas transformações que o País passa: um acelerado envelhecimento da população, acompanhado do aumento da prevalência de doenças crônicas, a demandar tratamentos prolongados e dispendiosos. A PEC 241, que congela os gastos públicos por 20 anos, apenas agrava o problema, com a perspectiva de perda real de recursos, avalia o médico José Gomes Temporão, ex-ministro da Saúde do governo Lula.

A entrevista é de Rodrigo Martins, publicada por CartaCapital, 10-1-2016

Leia a entrevista completa em <http://bit.ly/2e3qoGl>

Secundaristas: a potência das novas ocupações

Em quatro Estados, dezenas de escolas ocupadas contra a Medida Provisória-746. Estudantes afirmam: Reforma do Ensino é necessária, mas deve ter sentido emancipador, oposto ao pretendido pelo governo.

A reportagem é de Máira Mathias em texto publicado originalmente no site da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (Fiocruz) e reproduzido por Outras Palavras, 9-10-2016.

Leia reportagem completa em <http://bit.ly/2dZrbsE>

A Fada Azul matou a cidadania no aniversário de Ulysses

“Desde que a Constituição Federal de 1988 instituiu a assistência social como direito de cidadania tem sido grande a luta para eliminar estes resquícios do modelo assistencial baseado na caridade e amor e fundar um modelo baseado em direitos e deveres”. O comentário é de Sonia Fleury, doutora em Ciência Política e professora titular da EBAPE/FGV, em artigo publicado por Canal Ibase, 10-10-2016. Segundo ela, “a sociedade brasileira, que lutou nestas três últimas décadas para colocar a cidadania como valor central da sua recente democracia, assiste boquiaberta ao desmonte da Ordem Social, capítulo mais inovador da Constituição Federal de 1988”.

Leia o artigo completo em <http://bit.ly/2e7a06T>



Prof. Dr. Marcelo Castañeda

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

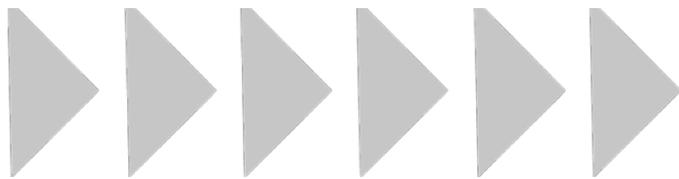
Mobilidade e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles

23 de novembro (quarta-feira) | 19h30min às 22h

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

Informações e inscrições: ihu.unisinos.br

4º Ciclo de Estudos Metrôpoles, Políticas Públicas e Tecnologias de Governo. Territórios, governamento da vida e o comum



Diga-me como rezas, e eu te direi quem és. Artigo de Vito Mancuso

“Quem reza obtém paz, confiança, esperança. Mas a oração ensina que o ser humano é algo mais: sede de justiça e liberdade na profecia, e parentesco do próprio eu íntimo com o infinito na mística.” A opinião é do teólogo italiano Vito Mancuso, professor da Universidade de Pádua, em artigo publicado no jornal La Repubblica, 12-10-2016. A tradução é de Moisés Sbardelotto.

Leia o texto completo em <http://bit.ly/2e0zsQl>

“A justiça social também é útil ao lucro”, afirma Joseph Stiglitz

Prêmio Nobel de Economia em 2001 pela sua contribuição para a teoria das assimetrias de informação (“alguns sujeitos do processo econômico têm acesso a informações das quais obtêm vantagens e que condicionam o seu comportamento”), Joseph Stiglitz levou a Bolonha um olhar franco e direto sobre o estado da economia internacional, com muitas sombras e algumas luzes.

A reportagem foi publicada no jornal Corriere della Sera, 12-10-2016. A tradução é de Moisés Sbardelotto.

Leia reportagem em <http://bit.ly/2e3u1Oz>

“É preciso repensar a Reforma.” Entrevista com Fulvio Ferrario

A já iminente visita apostólica do Papa Francisco à Suécia (31 de outubro a 1º de novembro) marca o início de um processo destinado a culminar exatamente em um ano. No dia 31 de outubro de 2017, será celebrado o quinto centenário da Reforma Protestante, cujo início tradicionalmente coincide com a publicação das 95 teses contra a doutrina das indulgências elaborada nos meses anteriores por Martinho Lutero. Afixado na porta da catedral de Wittenberg, esse texto está na origem de um processo histórico que levou à constituição de inúmeras Igrejas reformadas.

A reportagem é de Alessandro Zaccuri, publicada no jornal Avvenire, 12-10-2016. A tradução é de Moisés Sbardelotto.

Leia a entrevista completa em <http://bit.ly/2en0mh6>



Prof. Dra. Maria Stela Santos Graciani

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

As ocupações estudantis e a reinvenção do espaço público e político

17 de novembro (quinta-feira) | 19h30min às 22h

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

Informações e inscrições: ihu.unisinos.br

4º Ciclo de Estudos Metrópoles, Políticas Públicas e Tecnologias de Governo.
Territórios, governamento da vida e o comum

Do decrescimento surgirá uma humanidade mais justa e menos desigual

O economista e jesuíta francês Gaël Giraud sustenta que o maior desafio global é pensarmos um novo tipo de economia baseada na transição energética, embora o desafio de readaptação da vida humana seja maior que o da Revolução Industrial

Por Ricardo Machado | Tradução: Ricardo Machado

Superar a ideia hegemônica de que o crescimento está diretamente relacionado ao crescimento do Produto Interno Bruto - PIB é uma tarefa que se impõe não somente por uma necessidade econômica, mas, também, ecológica. "Há muitos banqueiros, financistas e políticos que deliram com a ideia de que a economia não depende do meio ambiente, das reservas naturais, da energia, então depreciam o impacto das mudanças climáticas sobre a economia", critica Gaël Giraud em entrevista concedida pessoalmente à **IHU On-Line**. "Uma economia justa é uma economia mais eficiente, sendo que justo significa menos desigualdade e um acesso à energia e às commodities pela população pobre", complementa.

O desafio é chegar em 2050 a níveis praticamente zerados de produção energética oriunda da queima de combustíveis fósseis. A tarefa, no entanto, é imensa, maior ainda do que foi durante a Revolução Industrial. Não obstante, há toda a dificuldade de se colocar recursos financeiros naquilo que se poderia chamar de economia ecológica. "É muito difícil colocar dinheiro nas infraestruturas verdes porque todo o montante de dinheiro que se move mundialmente na escala financeira é captado por inversões estúpidas com rendimentos loucos que não têm relação com a economia real", pondera Giraud. Em meio a tudo isso emerge a figura do Papa Francisco, que na avaliação do economista surge como o grande líder político do século XXI. "O Papa tem uma recepção incrível entre a população, nas classes médias e com os pobres especialmente, pois estas pes-

soas entendem que esse homem fala com o coração às pessoas humildes", sustenta.

Gaël Giraud é jesuíta e graduado pela Ecole Nationale de la Statistique et de l'Administration Economique - ENSAE e pela Ecole Normale Supérieure. Realizou mestrado em Modelagem e Métodos Matemáticos em Economia, Ecole Polytechnique/University Paris-1. Atualmente é diretor de pesquisa do Centre National de la Recherche Scientifique - CNRS, membro do conselho científico do Laboratório sobre a regulação financeira e do Observatório Europeu Finance Watch, docente no Centre Sèvres e membro do conselho científico da Fundação Nicolas Hulot para natureza e o homem. Além disso, é professor de l'Ecole Nationale des Ponts et Chaussées, em Paris. Também é economista chefe da Agência Francesa de Desenvolvimento, a l'Agence Française de Développement, e diretor da "Chaire Energie et Prosperité" (Ecole Normale Supérieure, Ecole Polytechnique, ENSAE).

Dentre inúmeros textos já publicados chamamos atenção para as obras *Vingt propositions pour réformer le capitalisme*, codirigido com Cécile Renouard (Flammarion, 2012), e *Le facteur 12* (Carnets Nord, 2012); e, em português, o livro *Ilusão Financeira. Dos subprimas à transição ecológica* (São Paulo, Loyola, 2015).

A entrevista foi publicada nas **Notícias do Dia** de 8-10-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2eg1GpO>.

Confira a entrevista.



Há muitos banqueiros, financistas e políticos que deliram com a ideia de que a economia não depende do meio ambiente

IHU On-Line - De que forma as crises ambiental e social estão relacionadas à financeirização da economia?

Gaël Giraud - Ocorre que a financeirização mundial, especialmente a ocidental, criou um sonho na cabeça de muitas pessoas, sobretudo dos economistas e dos políticos, de que seria possível fazer uma sociedade imaterial onde se acredita que a prosperidade e a riqueza estão somente nas trocas comerciais. Isso é uma mentira. Atualmente é impossível criar prosperidade e riqueza sem materialidade, pois a informática, por exemplo, necessita da mineração e de muita energia para que possa existir. Como consequência, há muitos banqueiros, financistas e políticos que deliram com a ideia de que a economia não depende do meio ambiente, das reservas naturais, da energia, então depreciam o impacto das mudanças climáticas sobre a economia.

Há uma segunda consequência, os preços das commodities financiadas não podem mostrar a rarefação da energia e estão completamente irracionais por culpa dos movimentos dos mercados financeiros e dos derivativos. Nesse sentido, os preços não têm nenhuma relação com a escassez de petróleo. Para alguns economistas há um paradoxo, pois o petróleo é uma fonte de energia rara e ao mesmo tempo muito barata. Existe uma ilusão da superabundância do petróleo que deriva de seu preço muito baixo.

IHU On-Line - De que maneira a perspectiva econômica se transforma em perspectiva moral?

Gaël Giraud - Esta pergunta é muito profunda porque desde o

século XVIII há alguns economistas como Adam Smith,¹ David Ricardo² e John Stuart Mill³ que trataram de construir uma perspectiva econômica sem perspectiva ética, com a convicção de que seria possível pensar o mecanismo econômico como algo “natural” sem intervenção de qualquer consideração moral. Na realidade, isso é impos-

¹ **Adam Smith** (1723-1790): considerado o fundador da ciência econômica tradicional. *A Riqueza das Nações*, sua obra principal, de 1776, lançou as bases para o entendimento das relações econômicas da sociedade sob a perspectiva liberal, superando os paradigmas do mercantilismo. Sobre Adam Smith, veja a entrevista concedida pela professora Ana Maria Bianchi, da Universidade de São Paulo – USP, à **IHU On-Line** nº 133, de 21-03-2005, disponível em <http://bit.ly/ihuon133>, e a edição 35 dos **Cadernos IHU ideias**, de 21-07-2005, intitulada *Adam Smith: filósofo e economista*, escrita por Ana Maria Bianchi e Antônio Tiago Loureiro Araújo dos Santos, disponível em <http://bit.ly/ihuid35>. (Nota da **IHU On-Line**)

² **David Ricardo** (1772-1823): economista inglês, considerado um dos principais representantes da economia política clássica. Exerceu uma grande influência tanto sobre os economistas neoclássicos, como sobre os economistas marxistas, o que revela sua importância para o desenvolvimento da ciência econômica. Os temas presentes em suas obras incluem a teoria do valor-trabalho, a teoria da distribuição (as relações entre o lucro e os salários), o comércio internacional, temas monetários. A sua teoria das vantagens comparativas constitui a base essencial da teoria do comércio internacional. Demonstrou que duas nações podem beneficiar-se do comércio livre, mesmo que uma nação seja menos eficiente na produção de todos os tipos de bens do que o seu parceiro comercial. Ao apresentar esta teoria, usou o comércio entre Portugal e Inglaterra como exemplo demonstrativo. O Ciclo de Estudos em EAD – Repensando os Clássicos da Economia – Edição 2010, em seu segundo módulo, fala sobre *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo*. Para conferir a programação do evento, visite <http://migre.me/xQsg>. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **John Stuart Mill** (1806-1873): filósofo e economista inglês. Um dos pensadores liberais mais influentes do século XIX, defensor do utilitarismo. (Nota da **IHU On-Line**)

sível. Neste momento é preciso reconhecer que a redução das desigualdades e a eficiência da economia estão vinculadas, é preciso também dizer que a justiça social não é antagonista da eficiência da economia, ao contrário, podemos desenvolvê-las juntas. Uma economia justa é uma economia mais eficiente, sendo que justo significa menos desigualdade e um acesso à energia e às commodities pela população pobre, além de uma definição de prosperidade que não é, simplesmente, o desenvolvimento do Produto Interno Bruto - PIB. Desenvolvimento deve ser entendido como o desenvolvimento das relações humanas fecundas entre os grupos humanos.

IHU On-Line - E como o senhor compreende o conceito de desenvolvimento? Como pensar em outros indicadores de prosperidade?

Gaël Giraud - O desenvolvimento não pode ser somente o crescimento do PIB, porque este crescimento não significa a felicidade das pessoas e porque o crescimento do PIB coincide com o crescimento do CO₂, logo é impossível levá-lo em conta depois da COP-21,⁴ em Paris. Por outra parte, há muitos outros critérios de desenvolvimento. Assim, um bom critério seria uma transição em que a economia pudesse se mover sem destruir os recursos naturais renováveis com uma rapidez superior à de regeneração desses recursos. Outro fator fundamental é que não se pode interferir na dignidade elementar das pessoas, isto é, os direitos humanos fundamentais. A Organização Internacional do Trabalho - OIT, sediada em Genebra, publica

⁴ **COP 21**: A COP é a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática. É a autoridade máxima para a tomada de decisões sobre os esforços para controlar a emissão dos gases do efeito estufa. Em 2015, a COP tem sua 21ª edição (daí COP 21), a ser realizada em Paris, França, em dezembro. O objetivo é revisar o comprometimento dos países, analisar os inventários de emissões e discutir novas descobertas científicas sobre o tema. Foi criada na ECO-92 e teve sua primeira edição em 1995, em Berlim na Alemanha. Desde então, reuniões da COP ocorrem anualmente. (Nota da **IHU On-Line**)

anualmente um documento sobre o trabalho digno e decente, denunciando os países que têm trabalho desumano, trabalho infantil, trabalho escravo e que não dá garantia às mulheres. Além disso tudo, é preciso ter um critério de avaliação que leve em conta, como disse, o desenvolvimento das relações humanas dentro dos limites natureza e da dignidade humana. Há, sem dúvida, espaços de liberdades que permitem nos desenvolvermos nesse sentido.

IHU On-Line - A propósito, o que está na pauta da COP-22 que ocorre em novembro no Marrocos, em Marrakech?

Gaël Giraud - Há duas questões centrais. A primeira é saber como os países que firmaram o Tratado de Paris vão colocar em prática a promessa de reduzir as emissões de CO₂. Há muitos países que assinaram o acordo, mas não sabem como fazer, que deram uma perspectiva muito otimista, mas que não têm a menor ideia de como fazer. Em segundo lugar há a pergunta do preço do CO₂. O governo francês está apoiando a ideia de que aquilo que a comunidade internacional deve fazer é uma tabela de preços, evidentemente sem estabelecer um preço único, porque é uma loucura, é impossível colocar um preço único e é impossível começar a instituir um mercado mundial de CO₂. O que temos que fazer é uma tabela de preços com valores mínimo e máximo para emissão, em que o mínimo gire em torno de 20 a 50 euros por tonelada.

IHU On-Line - No que consiste a transição ecológica? Como pensá-la em uma economia perfilada à financeirização?

Gaël Giraud - Em primeiro lugar a transição ecológica é o processo em que uma economia se move em direção a um modelo totalmente descarbonizado. Mundialmente, 80% do consumo energético é de origem fóssil - carvão, petróleo e gás - e é preciso mudar tudo de modo que em 2050 o uso seja próximo de zero. Isso é muito difícil

porque teríamos que fazer em 35 anos, ou seja, muito rapidamente, uma mudança radical do estilo de vida das pessoas no mundo. O que temos que fazer agora torna a Revolução Industrial apenas um pequeno capítulo da história da humanidade. Esse é um grande desafio para todas as gerações, mas principalmente para as mais jovens.

Transição energética

Como fazer a transição energética? Há vários cenários diferentes para cada país reduzir as emissões de CO₂. Por exemplo, na França há dez cenários possíveis e dependem daquilo que se chama de "mix energético" - as proporções de uso de gás, energia nuclear etc. Entretanto, cada país tem que encontrar a sua própria solução, a partir dos contextos econômicos, históricos e sociais particulares. Assim, há que se organizar um debate democrático sobre o tipo de mix energético que uma população pretende adotar em 20 anos e como consequência os engenheiros têm que se mover em direção à realização desta transição.

O certo é que em muitos países é preciso fazer, em primeiro lugar, a renovação térmica dos edifícios, pois quando esfria se gasta muita energia para esquentar os prédios e quando esquenta acontece a mesma coisa, gasta-se muita energia para refrigerá-los. Tem o aspecto da mobilidade verde, que significa muito menos aviões, carros sem motores de combustão - somente carros a eletricidade ou hidrogênio. Evidentemente isso se transforma em uma mudança total. Há ainda a necessidade de produção industrial e agrícola que sejam ecológicas, mas isso é muito difícil porque há muito *lobby* contra esta ideia.

Transição e Financeirização

Fazer essa transição no contexto da financeirização se torna muito difícil, porque as finanças com o rendimento absurdo de 8 a 10% ao

ano é insustentável. Dentro de uma economia real isso é impossível, sobretudo dentro de uma realidade socioeconômica que não tem a experiência do crescimento, logo é impossível ter uma inversão econômica com um rendimento de 10%. A única razão pela qual os investidores podem crescer nos mercados financeiros mundiais é porque eles aceitam um risco incrível, e eles só fazem isso porque em caso de fracasso o Estado vai pagar para salvar os bancos, porque os bancos são "muito grandes para cair". Então é muito difícil colocar dinheiro nas infraestruturas verdes, pois todo o montante de dinheiro que se move mundialmente na escala financeira é captado por inversões estúpidas com rendimentos loucos que não têm relação com a economia real.

IHU On-Line - É possível pensar em um governo planetário que possa garantir a possibilidade de construção do Comum?

Gaël Giraud - Me parece que os governos dos Estados têm a responsabilidade de organizar as condições de possibilidade para que as pessoas das comunidades locais criem bens comuns. É preciso uma nova perspectiva da filosofia política, pois, de um lado, os neoliberais dizem "não precisamos de um Estado", exceto pela polícia, pelo direito e pela guerra; de outro lado, há os marxistas que dizem que o Estado é só uma arma dos burgueses e não os necessitamos. Entretanto, creio que as duas posições são falsas. Precisamos do Estado para garantir que as comunidades locais possam se organizar. Podemos fazer essa mesma analogia com relação à Igreja. Precisamos de um magistério para organizar as condições de possibilidade para que as comunidades cristãs locais possam organizar bens comuns. A leitura da bíblia é uma experiência espiritual e social da criação de bens comuns.

Governança mundial

Não creio que seja possível um governo mundial e não creio que

seja desejável. Isso porque se tivermos um governo mundial, provavelmente será uma ditadura. Porém é possível uma comunidade internacional de Estados democráticos.

IHU On-Line - Como o senhor vê a questão da migração na Europa atualmente?

Gaël Giraud - Esse é um problema imenso porque estamos experimentando somente o início de um momento trágico que será a grande história do século XXI. Todos os desastres como consequência das mudanças climáticas gerarão um êxodo de populações de todo o planeta que buscarão lugares para viver. Agora, os imigrantes que vêm da Síria, que são milhões, fogem, essencialmente, da guerra civil, oriunda de uma ditadura clássica de Bashar Al Assad,⁵ somada aos efeitos de uma seca na região que durou entre 2007 e 2010. O fato concreto é que o povo “pode” viver em uma ditadura, mas não pode viver sem água. Uma seca de três anos, que é algo relativamente normal, causou praticamente a destruição total de um país no caso sírio com cinco milhões de pessoas buscando refúgio no Líbano, Jordânia, Turquia e Europa. A tendência é que vivenciemos muitos problemas relacionados às mudanças climáticas nos próximos anos, com muita seca. Então, por exemplo, a organização *Jesuit Refugee Service* (Serviço Jesuíta de Refugiados, em português)⁶ é uma iniciativa muito importante. Temos que refletir so-

⁵ **Bashar Hafez al-Assad** (1965): é um político sírio e o atual presidente de seu país e Secretário Geral do Partido Baath desde 17 de julho de 2000. Sucedeu a seu pai, Hafez al-Assad, que governou a Síria por 30 anos até sua morte, no comando do país. (Nota da **IHU On-Line**)

⁶ **Serviço Jesuíta de Refugiados – SJR:** trata-se de uma organização católica internacional que atua em mais de 50 países com a missão de acompanhar, servir e defender os direitos dos refugiados e deslocados forçados. O serviço tem como missão atender pessoas que foram retiradas de seus locais de origem decorrente de reconhecida situação de insegurança, como conflitos, desastres humanitários ou violações aos direitos humanos. Sobre o tema dos refugiados, confira a revista IHU On-Line número 362, de 25-05-2011, intitulada *Refugiados, uma diáspora em*

bre a prática de viver em hospitalidade com os milhões de migrantes que vão se mover nos próximos anos, simplesmente porque essa será a única forma deles sobreviverem. Vamos ter que reinventar tudo, o direito dessas pessoas, a maneira de dar hospitalidade etc.

Merkel, isolada

Angela Merkel⁷ teve uma boa ideia, quando disse, há pouco mais de um ano, que iria receber os refugiados. A população europeia, especialmente na Alemanha, na França e na Áustria, disse que estava de acordo com a vinda dos imigrantes, mas os políticos não seguiram o exemplo de Merkel, especialmente Hollande,⁸ o presidente francês. Depois de um mês ou dois a chanceler alemã foi sozinha à opinião pública de seus país dizer que era necessário receber os imigrantes e como consequência, por ter feito isso de forma isolada, a população começou a pensar que ela só poderia estar louca.

Estou convencido que, na época, se François Hollande houvesse decidido segui-la a situação seria completamente diferente, mas ele não fez nada, os austríacos não fizeram nada, os polacos não fize-

tempos globais, disponível em <http://bit.ly/1H13pYd>. (Nota da **IHU On-Line**)

⁷ **Angela Merkel (1954):** cientista e política alemã, é chanceler de seu país desde 2005 e líder do partido União Democrata-Cristã (CDU) desde 2000. Em setembro de 2013 sua coligação venceu por ampla maioria as eleições legislativas, sem contudo obter a maioria absoluta que lhe permitiria formar um terceiro mandato sem outras coligações. É, na atualidade, uma das principais líderes da União Europeia. (Nota da **IHU On-Line**)

⁸ **François Gérard Georges Nicolas Hollande** (1954) – político francês, atualmente o 24º Presidente da França. Ele também se tornou o 67º Co-príncipe de Andorra. Foi primeiro secretário do Partido Socialista de 1997 a 2008 e prefeito da comuna francesa de Tulle entre 2001 e 2008. Foi também presidente do conselho geral do departamento de Corrèze e deputado pelo 1º distrito. Venceu o primeiro turno e liderou as pesquisas de intenção de voto para o pleito em segundo turno da eleição presidencial da França em 2012.4 Confirmou seu favoritismo no segundo turno, em 6 de maio de 2012, ao obter 52% dos votos, derrotando Nicolas Sarkozy, candidato à reeleição. Ele tomou posse como presidente em 15 de maio de 2012. (Nota da **IHU On-Line**)

ram nada. A tendência pela qual os europeus se movem atualmente é a de fechar as portas e erguer muros para se proteger dos imigrantes, mas é uma estupidez porque o muro nunca proibiu os imigrantes de cruzarem os caminhos. O caminho que estamos [os europeus] seguindo é o mesmo dos anos 1930, mas tenho esperança que evitemos uma ditadura da extrema direita exatamente porque foi um desastre para nós todos. Minha esperança é que os europeus, agora, sejam mais ilustrados, mas não estou certo disso.

IHU On-Line - Qual o significado, neste contexto, do gesto do Papa Francisco ir rezar junto ao muro em sua recente visita a Israel?

Gaël Giraud - É um símbolo muito importante, que agrado muito às populações, mas pouquíssimo aos políticos. Os políticos não entendem que o sentido escatológico da humanidade não é de construir muros, mas o diálogo de paz entre os povos. Francisco está trazendo essa perspectiva, mas ele é o único e, todavia, o melhor político que temos atualmente na Europa. A Igreja Católica, agora, parece ser a instituição política mais vanguardista do mundo graças a Francisco.

IHU On-Line - Como o Papa Francisco faz essa luta contra os bancos e o sistema financeiro?

Gaël Giraud - Em primeiro lugar ele tem denunciado frequentemente a ilusão financeira. Interessante que ele faz isso com palavras que são muito similares as que eu uso em meu livro homônimo, mas certamente o faz isso sem jamais ter lido meus textos, trata-se de uma coincidência. Além disso, ele iniciou uma reforma muito grande no Banco do Vaticano porque, como sabemos, ele foi usado para lavar dinheiro da máfia italiana, que, por sua vez, planeja matar o Bergoglio. Todavia não o faz porque se diz na Itália que se o Papa for assassinado a população ficará contra a máfia, o que tornaria sua existência muito difícil. Por isso se tenta a todo custo diminuir o crédito do Papa

Francisco frente a opinião pública para que se possa criar um ambiente favorável para a máfia matá-lo sem que ela perca o apoio velado que tem da população.

IHU On-Line - E na França e outros países da Europa, como o senhor observa a maneira pela qual as pessoas veem o Papa?

Gaël Giraud - O Papa tem uma recepção incrível entre a população, nas classes médias e com os pobres especialmente, pois estas pessoas entendem que esse homem fala com o coração às pessoas humildes. As elites católicas estão divididas, há uma parte progressista que está muito entusiasta e outra parte conservadora que resiste muito. Os bispos europeus têm muita dificuldade com este papa porque são bispos que foram designados no tempo de João Paulo II.⁹ Na verdade estes bispos, como no Brasil, são conservadores e não podem seguir Francisco agora. Dentro do Vaticano é o lugar onde há mais inimigos contra Francisco. Ele está lutando com uma parte dos Cardeais e Bispos que trabalham dentro do Vaticano, pois temem que este papa destrua o único poder que eles têm, o poder da burocracia, e por isso o atacam violentamente.

IHU On-Line - Como compreender a ideia da Teologia do Povo e da conversão desde a perspectiva do Papa Francisco?

Gaël Giraud - Creio que uma maneira de compreender é a partir

9 Papa João Paulo II (1920-2005): Sumo Pontífice da Igreja Católica Apostólica Romana e soberano da Cidade do Vaticano de 16 de Outubro de 1978 até à sua morte. Teve o terceiro maior pontificado documentado da história, reinando por 26 anos, depois dos papas São Pedro, que reinou por cerca de trinta e sete anos, e Pio IX, que reinou por trinta e um anos. Foi o único Papa eslavo e polaco até a sua morte, e o primeiro Papa não-italiano desde o neerlandês Papa Adriano VI em 1522. João Paulo II foi aclamado como um dos líderes mais influentes do século XX. Com um pontificado de perfil conservador e centralizador, teve papel fundamental para o fim do comunismo na Polónia e talvez em toda a Europa, bem como significativa na melhora das relações da Igreja Católica com o judaísmo, Islã, Igreja Ortodoxa, religiões orientais e a Comunhão Anglicana. (Nota da **IHU On-Line**)

de Michel De Certeau.¹⁰ Em uma sociedade há o centro e a periferia, no centro há as pessoas que têm poder de uma estrutura histórica. São, justamente, essas pessoas que não querem mudar as regras porque isso poderia resultar na perda do poder. Ao mesmo tempo as pessoas da periferia querem uma mudança porque não têm poder. Ocorre, segundo Francisco, ou se preferir de acordo com a Teologia do Povo¹¹ ou Scannone¹², que o motor da história pertence à periferia porque o centro, quase por definição, é conservador e quer manter o *status quo*. As mudanças vêm da periferia. Como o centro da hierarquia social é o centro da hierarquia econômica há pessoas que têm

10 Michel de Certeau (1925-1986): foi um historiador, jesuíta e erudito francês que se dedicou ao estudo da psicanálise, filosofia, e ciências sociais. Intelectual jesuíta é autor de inúmeras obras fundamentais sobre a religião, a história e o misticismo dos séculos XVI e XVII. O IHU publica regularmente textos sobre Certeau. Entre eles, *Michel De Certeau, o pensador jesuíta citado pelo papa no seu discurso sobre a liberdade religiosa*, publicada nas Notícias do Dia de 28-09-2015, disponível em <http://bit.ly/2elkzm7>; *Há 30 anos, a morte do jesuíta francês Michel De Certeau, "excitateur de la pensée"*, publicado nas Notícias do Dia de 11-01-2016, disponível em <http://bit.ly/2eciMRY>; e *De Certeau, um "sujeito de inquietação verdadeira"*, publicado nas Notícias do Dia de 12-01-2016, disponível em <http://bit.ly/2e0GBjw>. (Nota da **IHU On-Line**)

11 Teologia do povo (Teologia del Pueblo): linha teológica surgida na Argentina após o Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín (Colômbia, 1968) como uma interpretação da Teologia da Libertação desde a perspectiva dos mais pobres, do povo. Entre os principais teólogos da teologia do povo estão Lucio Gera, Rafael Tello, Justin O'Farrel, Juan Carlos Scannone e Carlos Maria Galli. (Nota da **IHU On-Line**)

12 Juan Carlos Scannone (1931): teólogo jesuíta e professor argentino do Seminário Jesuíta de San Miguel, na Argentina. É uma das principais referências da Escola Argentina chamada Teologia do Povo, ramo autônomo da Teologia da Libertação. Scannone obteve seu doutorado (Ph.D.) na Universidade de Munique (Alemanha). Ele foi um dos mais influentes professores de Jorge Bergoglio, que mais tarde se tornou o papa Francisco. Em 22 de fevereiro de 2014 ele foi anunciado que Scannone foi incorporado como um colaborador permanente do La Civiltà Cattolica, um jornal italiano da Companhia de Jesus. A revista IHU On-Line, na edição número 465, de 18-05-2015, publicou a entrevista com Scannone, intitulada *O Papa Francisco e a Teologia do Povo*, disponível em <http://bit.ly/2dVY3ql>. (Nota da **IHU On-Line**)

muito dinheiro mas as mudanças vêm é dos pobres.

De acordo com Francisco, é na população empobrecida que o Espírito Santo trabalha e luta para mudar as estruturas de pecado que foram construídas. O papel da Igreja e a responsabilidade de Igreja consiste em escutar os pobres porque a criatividade social dos pobres é a maneira pela qual eles se organizam e inventam as novas estruturas e, atualmente, a palavra de Deus dentro da sociedade.

IHU On-Line - Como uma espécie de nova ecologia econômica pode frear a desigualdade?

Gaël Giraud - Precisamos, em primeiro lugar, compreender como a desigualdade nasceu. Creio que a desigualdade nasceu nas empresas, há uma desigualdade dos salários brutal entre a pequena parcela que está em cima e os demais. É preciso mudar, tirar o poder dos acionistas e dar mais poder aos assalariados, mais ou menos, ao modo como deveriam funcionar as cooperativas. Fora isso tem que dar mais poder às comunidades locais onde as empresas se instalam. Há um movimento na França em que se trabalham com conceitos de empresários sociais, empresários ecológicos, onde, por exemplo, a razão de diferença entre os salários mais altos e mais baixos é de cinco vezes. Nos bancos franceses esta mesma razão é de mil, em que um empregado ganha 1 mil euros por mês e um chefe pode ganhar até 1 milhão de euros. Há outras empresas com jovens, com muitos diplomas inclusive, cuja a diferença é de apenas cinco, isto é, é possível reduzir a diferença dos salários.

Impostos

Com os impostos é possível corrigir as desigualdades, mas é importante entender que os impostos são uma correção. Entenda, há uma primeira divisão da riqueza que não é igualitária e, nesse sentido, há impostos que podem corrigir. Porém é muito melhor que a

primeira distribuição da riqueza seja mais equitativa, então os impostos não são a última solução, senão uma tentativa secundária para corrigir as diferenças entre os ricos e os pobres. Falo isso porque há muitos economistas que pensam que os impostos são a última solução, mas isso não é verdade. A taxa fiscal na França é regressiva, como no Brasil. Isto é um paradoxo porque muita gente pensa que os impostos são progressivos, mas de fato não são.

IHU On-Line - O que lhe parece a ideia de uma renda mínima básica?

Gaël Giraud - Trata-se de uma ideia muito interessante porque é a maneira de solucionar a pobreza. É também uma maneira de fazer com que o trabalho não seja uma coisa simplesmente mercantil, isso porque se toda as pessoas têm uma renda universal elas podem escolher ou não se vão trabalhar e isso muda radicalmente, porque ser assalariado não significa ser o mesmo que escravo.

IHU On-Line - E como financiar?

Gaël Giraud - Eu não estou completamente convencido que a fonte de financiamento seja um imposto sobre os movimentos financeiros. Então sustento que é necessário estudar melhor como devemos fazer para sustentar essa renda, embora não se trate de dizer que é impossível. É preciso fazer um modelo macroeconômico, com simulações numéricas, mas ainda não tenho esse levantamento pronto. ■

LEIA MAIS

- **Uma “transição ecológica” para salvar a Europa.** Artigo de Gaël Giraud publicado nas Notícias do Dia, de 13-5-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2e7zBwz>;
- **O jesuíta 2.0 que expõe bancos e finanças.** Entrevista com Gaël Giraud publicada nas Notícias do Dia, de 11-5-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2dctWZj>;
- **Da dívida ecológica ao débito do sistema financeiro com os pobres.** Entrevista especial com Gaël Giraud publicada na revista IHU On-Line, edição 469, de 3-8-2015, disponível em <http://bit.ly/2eb1QyP>;
- **Gaël Giraud, jesuíta, economista-chefe da Agência Francesa de Desenvolvimento?** Reportagem sobre Gaël Giraud publicada nas Notícias do Dia, de 4-2-2015, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1KbcYBs>.
- **“O problema não é a dívida pública, mas os bancos.”** Entrevista com Gaël Giraud publicada nas Notícias do Dia, de 10-10-2014, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1THbDGS>.
- **Gaël Giraud: o jesuíta que enfrenta os bancos.** Entrevista publicada nas Notícias do Dia, de 4-6-2014, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1TH9g6X>.
- **Para o economista Gaël Giraud, “a política de austeridade equivoca-se no diagnóstico”.** Entrevista publicada nas Notícias do Dia, de 19-9-2014, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1Hz3krq>.
- **A ecologia econômica como alternativa às desigualdades.** Entrevista publicada na IHU On-Line, edição 449, de 4-8-2014, disponível em <http://bit.ly/1LqDKr2>.
- **Além da moral dos bancos.** Entrevista com Gaël Giraud publicada nas Notícias do Dia, de 13-1-2012, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1fQjpjD>.

VEJA TAMBÉM

- **Transição ecológica como caminho para estancar a crise econômica.** Resenha do livro Ilusão financeira: dos subprimes à transição ecológica (São Paulo Loyola, 2015), elaborada por Róber Iturriet Avila, doutor em economia e professor da Unisinos. Revista IHU On-Line, N°. 491, disponível em <http://bit.ly/2dCbsNT>.

VII COLÓQUIO CÁTEDRA UNESCO - UNISINOS DE DIREITOS HUMANOS E VIOLÊNCIA, GOVERNO E GOVERNANÇA

V COLÓQUIO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS -IHU

OS DIREITOS HUMANOS



Face aos dispositivos de vigilância e controle da cidadania



Ação política e sociedades de controle. Impasses e perspectivas

Prof. Dr. Adriano Pilatti

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio

26 de outubro de 2016 | 9h

**Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU e
Auditório Central – Campus São Leopoldo/RS**

ihu.unisinos.br

IHU ON-LINE



INSTITUT
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Tema de Capa

A impossibilidade de melhorar o mundo

Vinicius Nicastro Honesko recorre a um texto de Pasolini escrito em 1968 para falar da necessidade de se impedir que tudo piore

Por Vitor Necchi

Vivemos tempos peculiares, em que as pessoas não se espantam com a ideia de vigilância, nem questionam as causas dessa condição. “Nesse sentido, não penso que uma noção do quão somos vigiados seja algo da ordem do dia, mas tão somente que os desdobramentos da questão é que se tornam quase um mantra: precisamos de mais vigilância para termos mais segurança (e certos apelos constantes pela presença policial nas ruas são, digamos, os pais-nossos desse rosário...)”, reconhece o professor Vinicius Nicastro Honesko.

Ele afirma que uma vida privada está longe de ser possível, pois uma série de dispositivos de controle transformam as pessoas em centros irradiadores de dados: celulares, redes sociais, dispositivos biométricos, cartões de crédito etc. O professor recorre a Hannah Arendt para sugerir que uma compreensão de intimidade, diversa do privado, emerge na chamada passagem à esfera social. “A questão é que incessantemente estamos nesses espaços de circulação da vida onde nos cabe viver (e dele não há fuga - como talvez ingenuamente supõem certas *comunidades alternativas* - nem retorno a uma condição anterior. A questão, talvez inexorável e extremamente dura, é como afrontar a máquina que o gerencia)”, afirma em entrevista concedida por e-mail para a **IHU On-Line**.

O professor destaca que “os direitos humanos, dentro do horizonte

político-econômico no qual vivemos, devem estar no cerne das preocupações pelas mínimas condições materiais de existência”. E, numa perspectiva realista, recorre a um texto de 1968 de Pier Paolo Pasolini para tratar da impossibilidade de melhorar o mundo. O que resta é a necessária luta para impedir que ele piore.

Vinicius Nicastro Honesko é graduado em Direito pela Universidade Estadual de Londrina-PR (2004), mestre em Filosofia e Teoria do Direito pela UFSC (2007) e doutor em Literatura pela UFSC (2012). Fez estágio pós-doutoral na Universidade Estadual de Campinas - Unicamp (2015) e atualmente é professor do Departamento de História e do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná - UFPR. É autor do livro *O Paradigma do Tempo: Walter Benjamin e messianismo em Giorgio Agamben* (Vida e consciência; 2009) e de vários ensaios e capítulos de livro. Também trabalha com tradução, tendo traduzido, de Giorgio Agamben, *O que é o Contemporâneo? e outros ensaios* (Argos: 2009), *Categorias Italianas. Ensaios de poética e literatura* (UFSC: 2015) e *Bartley, ou da contingência* (Autêntica: 2015), além de alguns ensaios esparsos publicados em revistas; também traduziu diversos ensaios de autores como Roberto Esposito, Jean-Luc Nancy e Barbara Cassin, dentre outros.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que o senhor entende por governamentalização privada dos espaços públicos?

Vinicius Nicastro Honesko - Em certo sentido, o problema, para mim, se coloca naquilo que a pergunta pressupõe: a diferenciação entre espaço público e privado. Em uma das aulas de seu curso "Segurança, território, população", Foucault¹ comenta como estava examinando a noção de que o "soberano de um território" passou a ser o arquiteto de um espaço disciplinado e, ao mesmo tempo, um regulador de meios, com o intuito de ser um agente que possibilitasse a circulação (de gentes, mercadorias, ar etc.). É sabido que ele irá pensar (já estava pensando, lembremos de *A vontade de saber*) a mudança de paradigmas relacionados à dimensão do poder: do "velho poder soberano" capaz de causar a morte à governamentalidade biopolítica (e não me alongo nesse tema já tão corrente nos estudos foucaultianos). A questão parece ser pensar essa figura do "agente que possibilita circulação" como uma chave para a leitura dos modos de estruturação do "poder-governo" a partir do século 18 (apenas para mencionar o problema; aliás, no que diz respeito ao espaço, é o próprio Foucault a dizer que sua organização, a partir do século

18, se dá com objetivos político-econômicos e que, por isso, seria preciso uma história dos espaços que fosse, ao mesmo tempo, uma história dos poderes). Na esteira de Foucault, poderíamos ainda lembrar das análises de Gilles Deleuze² ou mesmo de Giorgio Agamben³ no

² **Gilles Deleuze** (1925-1995): filósofo francês. Assim como Foucault, foi um dos estudiosos de Kant, mas tem em Bérngson, Nietzsche e Espinosa poderosas interseções. Professor da Universidade de Paris VIII, Vincennes, Deleuze atualizou ideias como as de devir, acontecimentos e singularidades. (Nota da IHU On-Line)

³ **Giorgio Agamben** (1942): filósofo italiano. É professor da Facolta di Design e arti della IUAV (Veneza), onde ensina Estética, e do College International de Philosophie de Paris. Formado em Direito, foi professor da Università di Macerata, Università di Verona e da New York University, cargo ao qual renunciou em protesto à política do governo dos Estados Unidos. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e, fundamentalmente, política. Entre suas principais obras, estão *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002), *A linguagem e a morte* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005), *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006); *Estado de exceção* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007), *Estâncias - A palavra e o fantasma na cultura ocidental* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007) e *Profanações* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). Em 4-9-2007, o sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU publicou a entrevista *Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben*, com o filósofo Jasson da Silva Martins, disponível em <http://bit.ly/jasson040907>. A edição 236 da IHU On-Line, de 17-9-2007, publicou a entrevista *Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito*, com o filósofo Fabrício Carlos Zanin, disponível em <http://bit.ly/ihuon236>. A edição 81 da publicação, de 27-10-2003, teve como tema de capa *O Estado de exceção e a vida nua: a lei política moderna*, disponível para acesso em <http://bit.ly/ihuon81>. Em 30-6-2016 o professor Castor Bartolomé Ruiz proferiu a conferência *Foucault e Agamben. Implicações Ético Políticas do Cristianismo*, que pode ser assistida em <http://bit.ly/29j12pl>. De 16-3-2016 a 22-6-2016, Ruiz ministrou a disciplina de Pós-Graduação em Filosofia e também validada como curso de extensão através do IHU intitulada *Implicações ético-políticas do cristianismo na filosofia de M. Foucault e G. Agamben. Governamentalidade, economia política, messianismo e democracia de massas*, que resultou na publicação da edição 241^a dos *Cadernos IHU ideias*, intitulado *O poder pastoral*,

que diz respeito às mudanças históricas que ainda sofrerão essas figuras dos "agentes de circulação", sobretudo em suas maneiras de se organizar no capitalismo, este que pressupõe uma saída de modos de vida ditos tradicionais e uma integração na sistemática de circulação (seja de riquezas, seja até mesmo de sentidos à existência).

No entanto, gostaria de frisar que a própria noção de governamentalização (em seu desdobrar histórico nos processos do "como governar?"), ainda que imersa nesse contexto generativo, é tributária desse esquema de formação da sistemática capitalista de produção: como organizar, gerir, da forma mais produtiva e integrativa? Assim, a governamentalização acaba se tornando uma espécie de pressuposto dessa condição política na era da "espetacularização democrática" na qual a administração da vida tem em vistas a circulação de riquezas - e lembro Jean-Luc Nancy⁴, quando, falando da associação quase inevitável que se faz entre capitalismo e democracia no século 20, afirma que o destino da democracia está ligado à mutação do paradigma da equivalência geral - de ordem capitalista - que quase se tornou sinônimo da democracia.

Ao fazer retroagir no tempo, digamos, a problemática foucaultiana por meio de um procedimento arqueológico, o filósofo Giorgio Agamben nos chama a atenção para o problema que o próprio "conceito" de democracia parece carregar desde suas origens gregas. Lembra que "democracia", *politeuma* no grego da *Constituição de Atenas* aristotélica, carrega consigo tan-

as artes de governo e o estado moderno, que pode ser acessada em <http://bit.ly/1Yy07S7>. Para 23 e 24-5-2017, o IHU realizará o VI Colóquio Internacional IHU - Política, Economia, Teologia. Contribuições da obra de Giorgio Agamben, com base sobretudo na obra *O reino e a glória. Uma genealogia teológica da economia e do governo* (São Paulo: Boitempo, 2011. Tradução de: *Il regno e la gloria. Per una genealogia teológica dell'economia e del governo*. Publicado originalmente por Neri Pozza, 2007). (Nota da IHU On-Line)

⁴ **Jean-Luc Nancy** (1940): filósofo francês. (Nota da IHU On-Line)

¹ **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte), situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Em várias edições, a IHU On-Line dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>; edição 203, de 6-11-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon203>; edição 364, de 6-6-2011, intitulada *'História da loucura' e o discurso racional em debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon364>; edição 343, *O (des)governo biopolítico da vida humana*, de 13-9-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>, e edição 344, *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon344>. Confira ainda a edição nº 13 dos *Cadernos IHU em formação*, disponível em <http://bit.ly/ihuem13>, *Michel Foucault*. (Nota da IHU On-Line)

to uma dimensão jurídico-política (constituição) quanto uma econômica-gestional (governo), a ponto de os tradutores, para evitar problemas conceituais, traduzirem *politeuma* ora por *constituição*, ora por *governo*. A política ocidental seria, portanto, uma máquina articulada de duas formas de racionalidade, justamente a jurídico-política e a econômico-governamental, e em seu centro haveria um vazio no qual figuras mitológicas (como a soberania popular, o poder constituinte, os direitos humanos etc.) serviriam como modos de manutenção da própria lógica operativa da política. Podemos dizer que o "agente de circulação" necessita (ainda mais no contexto que se arma do século 19 até nossos dias) da bipolaridade dessa máquina e que, talvez, a melhor maneira de instrumentalizá-la tenha se dado justamente com as condições advindas do modo de produção capitalista (e poderíamos nos alongar com inquietações sobre como repensar isso que parece ser uma intransponibilidade da dimensão operativa do capital - toda a discussão sobre o problema do *trabalho* - em certos vieses da filosofia política contemporânea; para tanto, importantes são as discussões sobre a *inoperosidade* alavancadas pelo próprio Agamben, por Jean-Luc Nancy ou, ainda, Georges Bataille⁵ ou Maurice Blanchot⁶).

Essa digressão me parece útil para entender que a política contemporânea já não pode ser dita em termos de público e privado, simplesmente. Ainda que não se trate de uma divisão taxativa (mas algo mais relacionado a uma tensão compositiva entre público e priva-

⁵ Georges Bataille (1897-1962): escritor, antropólogo e filósofo francês. O erotismo, a transgressão e o sagrado são temas abordados em seus escritos. Sua correspondência foi publicada em 1997 pela Gallimard sob o título *Choix de lettres 1917-1962*. (Nota da IHU On-Line)

⁶ Maurice Blanchot (1907-2004): filósofo, romancista, crítico literário e jornalista francês, autor de *O espaço literário* (Rio de Janeiro: Imago, 1991) e *El paso (no) más Allá* (Barcelona: Paidós, 1994). (Nota da IHU On-Line)

do), é preciso lembrar que essa dicotomia não se sustenta mais (e já Hannah Arendt⁷, com suas nuances e com uma análise que volta à tradição grega clássica, aponta, *grosso modo*, para o "fim" das fronteiras entre *oikos* e *polis* com a noção de *espaço social*). A "máquina política-de-governo" produz certo obscurecimento das fronteiras entre público e privado e, com isso, instaura um limiar onde, parece-me, está em jogo as apostas de uma governamentalização absoluta da vida (ademais, um parêntese: no limite, hoje essa governamentalização opera muito mais em uma chave *tanatopolítica* do que, propriamente, *biopolítica*). Nesse sentido, o lugar vazio do centro da máquina implica uma, se assim posso dizer, coadunação de forças entre, para usar o vocabulário corrente, agentes públicos e privados, ou, para usar outros termos, entre o *agente de circulação* e os efetivos *agentes produtores* (outro parêntese: falo da produção de riqueza a partir do capital acumulado e investido e, ao mesmo tempo, também de uma produção da própria existência; em outras palavras, os bens produzidos que, nessa dinâmica, supostamente nos fazem *progredir* enquanto seres viventes, tornam-se condicionantes de nossa existência: desde as especiarias que conservavam alimentos

⁷ Hannah Arendt (1906-1975): filósofa e socióloga alemã, de origem judaica. Foi influenciada por Husserl, Heidegger e Karl Jaspers. Em consequência das perseguições nazistas, em 1941, partiu para os Estados Unidos, onde escreveu grande parte das suas obras. Lecionou nas principais universidades daquele país. Sua filosofia assenta numa crítica à sociedade de massas e à sua tendência para atomizar os indivíduos. Preconiza um regresso a uma concepção política separada da esfera econômica, tendo como modelo de inspiração a antiga cidade grega. A edição 438 da IHU On-Line, de 24-3-2014, disponível em <http://bit.ly/ihuon438>, abordou o trabalho da filósofa *A Banalidade do Mal*. Sobre Arendt, confira ainda as edições 168 da IHU On-Line, de 12-12-2005, sob o título *Hannah Arendt, Simone Weil e Edith Stein. Três mulheres que marcaram o século XX*, disponível em <http://bit.ly/ihuon168>, e a edição 206, de 27-11-2006, intitulada *O mundo moderno é o mundo sem política. Hannah Arendt 1906-1975*, disponível em <http://bit.ly/ihuon206>. (Nota da IHU On-Line)

à conexão informacional em rede que *virtualiza* operações outrora inequivocamente materiais, passando pelo petróleo, energia elétrica até as questões nucleares. Talvez poderia resumir numa pergunta: como pensar a atual civilização sem a dependência *autoengendrada* de seus próprios produtos?). Tal arranjo de forças é fundamental para a subsistência dessa "máquina política-de-governo". Os espaços de circulação da vida, portanto, estão perpassados pela *lógica* (ou, melhor dizendo, *tecnologia*) dessa máquina, qual seja: gerir os espaços ditos públicos, portanto, como parte integrante do *necessário* incremento produtivo que, por sua vez, aumenta a geração de riquezas que importam para o crescimento da própria geração de riqueza e assim sucessivamente, numa lógica ilimitada. Para tanto, o controle dos espaços deve estar no cerne desse *modus operandi* governamental; e a cada vez maior gestão dos espaços ditos públicos pelos *agentes produtores*, ou agentes privados - a ideia que na pergunta você chama de governamentalização privada dos espaços públicos -, é apenas um produto da lógica dessa máquina cuja possibilidade de *sabotagem* continuamente nos escapa.

IHU On-Line - As pessoas anseiam por liberdade, mas, ao mesmo tempo, cada vez mais há dispositivos de vigilância e de controle nos ambientes públicos e na vida privada. Este é um caminho irreversível?

Vinicius Nicastro Honesko - A dinâmica do controle nas sociedades contemporâneas é, digamos, a própria condição de possibilidade dessas sociedades. Quando fiz referência ao centro vazio da "máquina política-de-governo" e aos mitologemas que, a partir desse centro, servem de empuxo para seu funcionamento, também poderia ter falado sobre os materiais mitológicos, para lembrar Furio Jesi⁸, constitutivos da segurança na vida política

⁸ Furio Jesi (1941-1980): historiador, escritor, arqueólogo e filósofo italiano. (Nota da IHU On-Line)

(e penso em Hobbes⁹, sobretudo). O jogo entre liberdade e segurança parece armar um diagrama propício para a intervenção do *agente de circulação*, em sentido foucaultiano, e, obviamente, de seu par constitutivo o *agente de produção*: as demandas de liberdade só podem ser atendidas à medida que os *sujeitos livres* aceitem a condição de *segurança* propiciada por aqueles que detêm o poder sobre e governam o “espaço de circulação da vida” (por esse termo, entendo algo que atravessa o público e o privado, algo que, no contemporâneo, instaura-se nesse limiar obscurecido das antigas fronteiras).

Dentro de nossas atuais condições de existência - regidos como estamos pelo princípio da equivalência geral do capital -, parece-me, sim, um caminho irreversível. No entanto, como provocação, gostaria de deixar a resposta em aberto com uma citação do *Comitê Invisível*¹⁰ (de *Aos nossos amigos*, um verdadeiro manual de insurreição): “A liberdade individual não é algo que possamos empunhar contra o governo, visto que ela constitui, de fato, o mecanismo sobre o qual ele se apoia, aquele que ele regula o mais delicadamente possível com

⁹ Thomas Hobbes (1588-1679): filósofo inglês. Sua obra mais famosa, *O Leviatã* (1651), trata de teoria política. Neste livro, Hobbes nega que o homem seja um ser naturalmente social. Afirma, ao contrário, que os homens são impulsionados apenas por considerações egoístas. Também escreveu sobre física e psicologia. Hobbes estudou na Universidade de Oxford e foi secretário de Sir Francis Bacon. A respeito desse filósofo, confira a entrevista *O conflito é o motor da vida política*, concedida pela Profa. Dra. Maria Isabel Limongi à edição 276 da revista IHU On-Line, de 06-10-2008. O material está disponível em <http://bit.ly/ihuon276>. (Nota da IHU On-Line)

¹⁰ Comitê Invisível: grupo anônimo de pensadores e ativistas sediados na França. Convoca a todos para pensar sobre o caráter movediço do poder na atualidade e sua complexa rede de infraestruturas. O livro *Aos nossos amigos: crise e insurreição*, produzido pelo grupo, propõe formas de articular, de maneira coletiva e subversiva, os saberes técnicos necessários para “romper com anemia existencial que tomou conta de um mundo e de uma vida absolutamente decompostos em funções”.

o intuito de obter, no conjunto de todas essas liberdades, o efeito de massa esperado. *Ordo ab chaos*. O governo é essa ordem à qual obedecemos ‘da mesma forma que comemos quando temos fome, ou que nos cobrimos quando temos frio’, é essa servidão que eu coproduzo no exato momento em que procuro minha felicidade, em que exerço minha ‘liberdade de expressão’. ‘A liberdade do mercado necessita de uma política ativa e extremamente vigilante’, especificava um dos fundadores do neoliberalismo. *Para o indivíduo, só há liberdade se ela for vigiada*. (...) De um ser autenticamente livre, não se diz sequer que é livre. Ele apenas é, existe, move-se conforme seu ser. Só se diz de um animal que ele está *em liberdade* quando cresce num meio já de todo controlado, esquadrinhado, civilizado: no parque das regras humanas onde se dá o safari. *Friend e free*, em inglês, *Freund e frei*, em alemão, provêm da mesma raiz indo-europeia, que remete à ideia de uma potência de algo em comum que cresce. Ser livre e ter laços são uma e mesma coisa. Eu sou livre *porque tenho laços*, porque faço parte de uma realidade mais vasta do que eu. Na Roma antiga, os filhos dos cidadãos eram os *liberi*: por meio deles, Roma crescia. E isso significa dizer que a liberdade individual do ‘eu faço o que eu quero’ é uma piadinha e uma mentira.”

IHU On-Line - Um exercício de imaginação: o que os gregos diriam da extrema vigilância verificada hoje nos espaços públicos?

Vinicius Nicastro Honesko - Antes de tudo, acho que os gregos (e, claro, temos que ter em conta que essa generalização “gregos” exclui as mulheres, os escravos, as crianças etc.) talvez nos lançariam, embasbacados, uma pergunta: “Isto é o que vocês chamam de espaços públicos?!” Penso que a lógica (mais uma vez, a tecnologia) na qual se inscrevem os mecanismos de funcionamento de nossa sociedade (aliás, palavra já de todo estranha aos gregos) nos coloca grandes problemas para falar sobre “espaço público”. Já nos é impossível

vel falar de uma suposta *agorá*, um centro da *polis*, na qual os homens livres poderiam decidir os rumos - isto é, fazer política - de uma coletividade (e por vezes a insistência nesses nossos modelos *discursivos* de prática política me soam palavreiros vazios; aliás, a cada vez maior crise de representatividade pela qual estamos passando é sintoma dessa inocuidade do atual sistema político). Nossas cidades, nossas metrópoles, são algo completamente diverso do que as cidades gregas eram e, para mim, comportam uma heterogeneidade constitutiva que nos impede de falar em “espaços públicos”. Talvez poderíamos falar de “espaços de circulação da vida”, como disse acima, algo do qual não há volta para os modelos históricos (ao menos no Ocidente) de cidade. Temos de pensar a partir disso: ou, dizendo com Benjamin, a pergunta que nos cabe formular é: como tornar o Estado de Exceção *aparente* em que vivemos num Estado de Exceção *efetivo*? Retomando o exercício imaginativo, penso que, depois da exclamação interrogativa, talvez os gregos pudessem lançar outras perguntas (que eu acharia instigantes): “Quem tem tanto interesse nessa vigilância? Quem tanto observa a vida de todos? A quem isso serve, excluindo-se a ingênua ideia de que garante mais segurança?”

IHU On-Line - A privacidade passa a ser uma utopia?

Vinicius Nicastro Honesko - Arendt dizia que a privacidade, no mundo grego, dizia respeito à “privação do mundo”, algo da ordem do *oikos* que também seria fundamental para a constituição do próprio mundo. Ela mesma sinaliza para a mudança que acontece na chamada passagem à *esfera social* - e, nesse sentido, uma compreensão de *intimidade* (diversa do privado) viria à tona. Sem entrar nas discussões que podemos fazer a partir de e com Arendt, penso que uma “vida privada”, em sentido forte, está longe de ser possível. Somos atravessados por dispositivos de controle que dão conta de nos “transformar” em centros

irradiadores de dados: celulares, redes sociais, dispositivos biométricos, cartões de crédito etc. nos colocam o tempo todo no jogo das relações de governamentalidade. Não que com isso tenhamos um mundo (para dizer com Arendt), tampouco que estejamos o tempo todo no “público”: a questão é que incessantemente estamos nesses espaços de circulação da vida onde nos cabe viver (e dele não há fuga - como talvez ingenuamente supõem certas *comunidades alternativas* - nem retorno a uma condição anterior. A questão, talvez inexorável e extremamente dura, é como afrontar a máquina que o gerencia). Nesse sentido, talvez a *utopia* esteja em insistir em lugares que subsistem apenas como modelos porventura inutilizáveis para pensar os espaços onde vivemos no contemporâneo.

IHU On-Line - E o direito ao esquecimento, é cada vez mais impossível, já que os rastros da existência são inúmeros?

Vinicius Nicastro Honesko - Eu tenderia a pensar um pouco pelo contrário: não sei se esses inumeráveis rastros de nossa existência garantem algum direito à lembrança. Por mais que insistamos numa hipertrofiada *memória cibernética*, parece-me que, numa lógica digital, entramos nela apenas como número e que nossa condição de *seres que se lembram* - mas que necessitam do esquecimento, para falar com Nietzsche¹¹ - acaba de

¹¹ Friedrich Nietzsche (1844-1900): filósofo alemão, conhecido por seus conceitos além-do-homem, transvaloração dos valores, nihilismo, vontade de poder e eterno retorno. Entre suas obras figuram como as mais importantes *Assim falou Zaratustra* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira), *O anticristo* (Lisboa: Guimarães) e *A genealogia da moral* (São Paulo: Centauro). Escreveu até 1888, quando foi acometido por um colapso nervoso que nunca o abandonou até o dia de sua morte. A Nietzsche foi dedicado o tema de capa da edição número 127 da IHU On-Line, de 13-12-2004, intitulado *Nietzsche: filósofo do martelo e do crepúsculo*, disponível para download em <http://bit.ly/H17xwP>. A edição 15 dos Cadernos IHU em formação é intitulada *O pensamento de Friedrich Nietzsche*, e pode ser aces-

todo acomodada nos instrumentos de governo: nossos rastros, por assim dizer, são sobretudo dados, números numa central de database orientada, a depender daquele que governa, ora para o apagamento de nossa existência justamente por uma superexposição (numa metáfora um pouco tosca: um excesso de pistas que embaralha as possibilidades de resolução de um enigma por um investigador), ora para uma obliteração efetiva dos dados (quando há interesses para tanto: lembro dos cemitérios clandestinos na periferia de São Paulo, por exemplo, onde toda memória está interdita - como lembra Jonnefer Barbosa com sua ideia de *Sociedade de desaparecimento*); em ambos os casos, no entanto, parece-me que *direito ao esquecimento* é uma concessão trabalhada pelos instrumentos de governo. Em outras palavras: em nossas sociedades capitalistas informacionais nos transformamos em dados úteis à produção de riquezas (algo como uma esquizofrenia do crescimento). Acho que seria mais interessante uma outra leitura dessa memória, algo como propõe Benjamin com a noção de rememoração que, de fato, carrega uma dimensão política forte para e no presente.

IHU On-Line - A ficção, particularmente a literatura e o cinema, ao tratar sobre o futuro, já mostrou vários mecanismos de controle dos indivíduos. Quais as obras mais significativas para pensarmos sobre a realidade que vivemos?

sada em <http://bit.ly/HdcqOB>. Confira, também, a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista IHU On-Line, de 10-5-2010, disponível em <http://bit.ly/162F4rH>, intitulada *O biologicismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado*, na qual discute ideias de sua conferência *A crítica de Heidegger ao biologicismo de Nietzsche e a questão da biopolítica*. Na edição 330 da Revista IHU On-Line, de 24-5-2010, leia a entrevista *Nietzsche, o pensamento trágico e a afirmação da totalidade da existência*, concedida pelo professor Oswaldo Giacoia e disponível para download em <http://bit.ly/nqUxGO>. Na edição 388, de 9-4-2012, leia a entrevista *O amor fati como resposta à tirania do sentido*, com Danilo Bilate, disponível em <http://bit.ly/HzaJpJ>. (Nota da IHU On-Line)

Vinicius Nicastro Honesko - Acho que alguns clássicos como 1984 (aliás, é interessante perceber a experiência de Orwell¹² durante a Guerra Civil Espanhola como um *laboratório* para esse livro) e *Admirável mundo novo* sempre entram nessa lista. Mas também penso em Roberto Bolaño¹³, por exemplo. Acho que a tratativa que ele dá à violência, em 2666 ou *Noturno do Chile*, é fundamental para *lermos* nosso tempo. Quanto ao cinema - para não entrar em grandes delongas, que seriam muito boas, aliás -, penso que talvez o filme que faça uma alegoria precisa do poder em nosso tempo seja *Salò*, de Pier Paolo Pasolini¹⁴ (um parêntese: recentemente, uma série britânica chamada *Black Mirror* também me chamou a atenção).

IHU On-Line - A segurança é uma justificativa suficiente para que os indivíduos sejam monitorados e vigiados em diversos momentos da vida?

¹² George Orwell [Eric Arthur Blair] (1903-1950): escritor e jornalista inglês. Sua obra é marcada por uma inteligência perspicaz e bem-humorada, uma consciência profunda das injustiças sociais, uma intensa oposição ao totalitarismo e uma paixão pela clareza da escrita. Apontado como simpatizante da proposta anarquista, o escritor faz uma defesa da autogestão ou autonomismo. A sua crença no socialismo democrático foi abalada pelo “socialismo real” que ele denunciou em *A revolução dos bichos*. Considerado talvez o melhor cronista da cultura inglesa do século 20, Orwell se dedicou a escrever ficção, artigos jornalísticos polêmicos, crítica literária e poesia. (Nota da IHU On-Line)

¹³ Roberto Bolaño Ávalos (1953-2003): escritor chileno, ganhador do Prêmio Rómulo Gallegos por seu romance *Os Detetives Selvagens*, que ele descreveu como uma carta de amor à sua geração. (Nota da IHU On-Line)

¹⁴ Pier Paolo Pasolini (1922-1975): cineasta, poeta e escritor italiano. Autor de uma crítica profunda e fina, apontava a homologação geral em nome do consumo, a perda dos valores tradicionais e a morte da civilização do interior. Seus filmes são uma crítica à sociedade burguesa que matou a simplicidade dos valores tradicionais do povo simples. Dirigiu os filmes da *Trilogia da Vida: O Decamerão, Os Contos de Canterbury e As Mil e uma Noites*. (Nota da IHU On-Line)

Vinicius Nicastro Honesko - Creio que, como deixei implícito acima, a ideia de monitoramento faz parte do jogo do governo em nosso tempo: segurança e liberdade como par intransponível para a realização dos *anseios de liberdade dos sujeitos livres*. Enquanto não repensarmos de cabo a rabo nossa compreensão do viver-em-comum, e dos pressupostos para tanto, estaremos presos numa dinâmica governamental que cada vez mais se imiscui em nossa vida, em nosso corpo. Posso parecer paradoxal (e, dentro dos modos de vida atuais, acabo efetivamente sendo), mas a segurança é o recurso - o material mitológico, a narrativa que nos diz como poderemos ser felizes, em certo sentido - que nos é oferecido como condição de liberdade. Penso que se há algo que urge ser pensado no contemporâneo é como armarmos novas formas de destruir esses mitologemas. Como constituir possibilidades de sentido à vida em comum para além dos já mapeados modos de existência nos quais insistimos? Talvez uma tarefa impossível, mas prefiro tomar esse *impossível* como an-árquico, algo sem princípio estruturante e que talvez possa nos abrir ao novo.

IHU On-Line - Liberdade, privacidade e segurança. São condições excludentes?

Vinicius Nicastro Honesko - No atual modo de produção, gestão e instauração da vida, acho que funcionam como dispositivos para a manutenção dos governos. Digamos: é preciso pensar em segurança para se ter liberdade e, uma vez livres, podermos ter nossos espaços de privacidade. Um mitologema capaz de manter em funcionamento o estado de coisas, e nada mais. Acho que um pensamento que esteja à altura de enfrentar esse como outros mitologemas (soberania popular, certos discursos vazios sobre direitos humanos etc.) parte do colocar em xeque essas categorias nos moldes em que nos estão dadas. Como, por exemplo, pensar segurança e liberdade sem afron-

tar as discrepâncias econômicas (a produção de riquezas que se acumula nas mãos de camadas ínfimas da população, estas que, por sua vez, se isolam cada vez mais em condomínios, verdadeiros presídios, em busca desse tripe mitológico da pergunta)? Acho que há um longo caminho de articulação de pensamento e práticas (com a suposição, às vezes forçada, de que se possa separar pensamento e práxis) para postularmos um viver-em-comum para além desses paradoxos nos quais cada vez mais nos aprofundamos.

IHU On-Line - As centrais de monitoramento de prédios públicos têm acesso a uma diversidade de imagens de circuitos de proteção e vigilância que, reunidas, compõem uma narrativa fragmentada e invasiva da realidade. Faz sentido pensar em um voyeurismo institucional?

Vinicius Nicastro Honesko - Tendo a tomar sua pergunta de uma maneira mais genérica e, por isso, devolvo como uma provocação: voyeurismo institucional é a própria instituição, poderíamos dizer. As instituições hoje, mais do que nunca, funcionam com base no gerenciamento informacional (a database em que somos transformados, como já disse). Nesse sentido, penso que nossas imagens em circuitos de segurança podem ser tomadas como uma alegoria do que acontece em níveis muito mais invasivos: somos o tempo todo apreendidos pela *tecnologia* do governo. E se voyeurismo, em seu sentido mais estrito, tem uma dimensão de excitação sexual, insisto em provocar que somos excitantes para o governo. Excitantes porque ativamos uma dimensão libidinal que está na própria base da lógica de gozo do capital (e lembro a dimensão associativa entre capitalismo e democracia a que fiz alusão acima): somos governados em prol de uma produção incessante e infinita de riquezas. Aliás, essa dinâmica é de fato incompatível com os próprios meios de regulação termodinâmi-

cos do planeta - e num espectro muito mais amplo, cedo ou tarde, para glosar em termos *de capital*, teremos de pagar a conta por tanto gozo.

IHU On-Line - As pessoas têm noção do quão são vigiadas?

Vinicius Nicastro Honesko - De modo geral, as pessoas introjetaram a ideia de vigilância e não se interessam muito em questionar os *porquês* dessa sistemática. Nesse sentido, não penso que uma noção do quão somos vigiados seja algo da ordem do dia, mas tão somente que os desdobramentos da questão é que se tornam quase um mantra: precisamos de mais vigilância para termos mais segurança (e certos apelos constantes pela presença policial nas ruas são, digamos, os pais-nossos desse rosário...).

IHU On-Line - O poder, em suas diversas formas, estabelece limites à liberdade individual. Quais parâmetros que regulam esta relação? Éticos, legais?

Vinicius Nicastro Honesko - Penso que hoje estamos um tanto quanto desnorteados no que diz respeito a tais parâmetros. É certo que a liberdade individual, pensada desde certa tradição filosófica e jurídica, em muito está ligada às regulamentações legais (e talvez os paradoxos aos quais chegamos sejam reflexo desse modo de "instaurar a liberdade", digamos). Não haveria possibilidade de liberdade sem o Direito (a não ser numa suposta humanidade emancipada kantiana, por assim dizer), sem regras que delimitassem o âmbito de liberdade dos sujeitos (e poderíamos ver as variantes e matizes dessa compreensão nos mais diversos modos de compreender a vida política: de liberais a republicanos, de sociais-democratas a neoliberais etc.). Acho, no entanto, que a atual falta de norte - certo descrédito no Estado e suas instituições legislativas, para não dizer muito - tem aberto o flanco para repensarmos essa questão

da liberdade - e talvez colocar as perguntas sobre tal questão numa dimensão ético-política em sentido forte. Remeto à provocação que fiz com a citação do *Comitê invisível* (e acho uma bom meio para realocarmos esses problemas): "*Friend e free*, em inglês, *Freund e frei*, em alemão, provêm da mesma raiz indo-europeia, que remete à ideia de uma potência de algo em comum que cresce. Ser livre e ter laços são uma e mesma coisa".

IHU On-Line - Foucault descreveu os processos de regulação e controle das populações a partir do século 19. Qual a atualidade das suas formulações?

Vinicius Nicastro Honesko - Acho Foucault imprescindível (e a recente publicação dos cursos tem sido fundamental), e suas formulações, se não completamente atuais (dada a aceleração nos processos de mudança na mecânica sócio-política depois de sua morte), nos dão muito o que pensar no e para nosso presente. Porém, tenho visto, nos últimos tempos, certo apego incondicional às formulações foucaultianas, algo como uma hermenêutica irrestrita, uma busca "da" verdade em Foucault. Acho que nada menos foucaultiano que isso. Aliás, esse "apego incondicional" muitas vezes acaba se encerrando em "certo" Foucault "dos últimos cursos" e se esquecendo da riqueza de outras análises do filósofo. Para ficar em alguns poucos exemplos: as discussões de Foucault com Blanchot, seus devaneios na literatura etc.

IHU On-Line - Os direitos humanos são ameaçados pela disseminação de tecnologias de vigilância e de controle da vida cada vez mais aprimoradas?

Vinicius Nicastro Honesko - Os direitos humanos, dentro do horizonte político-econômico no qual vivemos, devem estar no cerne das preocupações pelas mínimas condições materiais de existência (penso na ultrajante condição à

qual são submetidos os imigrantes hoje na Europa, nas condições de trabalho escravo ainda persistentes pelo mundo - e lembremos alguns casos emblemáticos nos Brasil - etc.). No entanto, é preciso também encará-los (como já disse) como mitologemas úteis para o funcionamento da própria máquina de governo. Nesse sentido, usar os direitos humanos como arma contra tal máquina é uma forma fraca, ainda que necessária, de se pensar algo novo. É óbvio que não estou dizendo que é preciso abandonar o discurso dos direitos humanos, mas penso que hoje é necessário ensaiar um pensamento para além da lógica na qual eles parecem permanecer adstritos. É uma questão paradoxal, sim, mas penso que esse tipo de paradoxo, hoje (e talvez alguém como Diógenes de Sínope¹⁵ já nos alerta para tal condição desde há muito), é a condição "normal" do pensamento.

Lembro de Pier Paolo Pasolini que, num texto de 1968, nos dizia sobre a impossibilidade de melhorar o mundo (essa seria a proposta dos cretinos e "esperançosos" de consciência obtusa), mas da necessária luta para impedir que ele, o mundo, piore. Dizia (e me perdoe a longa citação): "um indivíduo que faz algo propondo 'o melhoramento do mundo' é um cretino. A maior parte, aqueles que publicamente trabalham 'para o melhoramento do mundo', termina na prisão por trapaça. Além disso, o mundo sempre consegue, por fim, integrar os heréticos. (...) Na realidade, o mundo nunca melhora. A ideia de melhoramento do mundo é uma daquelas ideias-álbis com que se consolam as consciências infelizes ou as consciências obtusas (incluo nesta classificação os comunistas

¹⁵ Diógenes de Sínope (404 ou 412 a.C. - 323 a.C.): também conhecido como Diógenes, o Cínico, foi um filósofo da Grécia Antiga. Os detalhes de sua vida são conhecidos através de anedotas (chreia), especialmente as reunidas por Diógenes Laércio em sua obra *Vidas e Opiniões de Filósofos Eminentes*. (Nota da IHU On-Line)

quando falamos de 'esperança'). Portanto, um dos modos para ser útil ao mundo é dizer claro e redondamente que o mundo nunca irá melhorar; e que seus melhoramentos são meta-históricos, ocorrem no momento em que alguém afirma uma coisa real ou realiza um ato de coragem intelectual ou civil. Somente uma soma (impossível) de tais palavras ou de tais atos efetuará o melhoramento concreto do mundo. E esse seria o paraíso e, ao mesmo tempo, a morte. O mundo, ao contrário, pode piorar, isso sim. É por isso que é necessário lutar continuamente: e lutar, depois, por um objetivo mínimo, ou seja, pela defesa dos direitos civis (quando foram conquistados através de lutas precedentes). Os direitos civis estão, de fato, eternamente ameaçados, eternamente no ponto de serem suprimidos. Também é necessário lutar para criar novos tipos de sociedade, na qual o programa mínimo dos direitos civis é garantido. Por exemplo, uma sociedade verdadeiramente socialista".

Insisto: a questão, parece-me, é não desistir de pensar para além dos direitos civis (no caso, dos direitos humanos), mas ainda assim lutar, praticar atos de coragem, para que estes sejam uma garantia mínima dentro das atuais condições de existência. Na atual conjuntura político-econômica, as formas de vigilância e controle por certo atuam em prol dos governos (são sua força, por assim dizer) e, em certo sentido, assumem, nos discursos governamentais, uma forma de melhoramento do mundo. Penso, portanto, nos rastros de Pasolini, que, ao contrário dessa sua "finalidade anunciada" (um melhoramento do mundo: "garantia de mais segurança que possibilitaria mais liberdade", eis o discurso), tais mecanismos de controle podem agir como modo de estabelecimento de mais servidão (e, nesse ínterim, mesmo as mínimas condições materiais de existência podem ser ainda mais afetadas e abaladas). ■

Algoritmos devem ser debatidos

Para o professor Paulo César Castro, as pessoas precisam entender e dar limites aos mecanismos que coletam diariamente informações que abastecem governos e corporações privadas

Por Vitor Necchi

O professor Paulo César Castro não quer se assumir pessimista, nem apocalíptico, conforme denominação de Umberto Eco, mas reconhece que as ações dos serviços de segurança dos Estados Unidos já denunciadas em episódios como os que envolvem Julian Assange (refugiado na embaixada do Equador em Londres desde 2012) e Edward Snowden (refugiado na Rússia) podem ser indícios para preocupações. “Parece que qualquer um de nós que denunciar o caráter totalitário dos governos através dessa forma moderna de vigilância vai pagar um preço bem alto”, teme.

Em entrevista por e-mail para a **IHU On-Line**, Castro afirma que, no século 20, com os computadores, “os algoritmos assumem uma especial proeminência, ainda que, muitas vezes, não nos demos conta deles”. Esse fenômeno se acentua nos dias de hoje por conta da internet. “Se cada era está submetida a algum princípio de organização, mais recentemente este princípio está essencialmente baseado nos algoritmos computadorizados.”

Os objetivos podem ser diferentes, mas Castro lembra que governos e corporações privadas “estão buscando saber cada vez mais sobre quem interage com as tecnologias digitais”. Por isso, defende que qualquer pessoa deve aprender como navegar em sites ou como usar quaisquer equipamentos digitais, assim como saber sobre o monitoramento que ela pode estar sendo submetida. “Ao mesmo tempo que deveríamos poder dizer se queremos ou não ser monitorados, também temos o direito de saber o que será feito efetivamente com os dados recolhidos a nosso respeito.”

Trata-se de um caminho sem volta. “Se o uso das tecnologias digitais já está inexoravelmente associado ao nosso dia a dia, inclusive como fator de inclusão social, não temos outra opção a não ser debater publicamente, nas redes sociais, nas ruas ou nos espaços formais da atuação política, o papel dos algoritmos”, defende.

Os algoritmos são elemento central neste sistema de vigilância das pessoas. “A lista seria inesgotável, pois não há quase nada na nossa intera-

ção com as tecnologias digitais, principalmente as baseadas na internet, que não seja acompanhada por algum, às vezes, insidioso algoritmo”, explica. “Os algoritmos têm sido, para mim, umas das expressões máximas da lógica que estabelece hierarquias, recomenda o melhor e o pior, define valores e gostos, aponta caminhos e soluções e, por fim, redesenha muitos de nossos valores e vínculos sociais.” E como eles são invisíveis, há pouco entendimento e crítica sobre eles.

Castro afirma que é preciso debater sobre os algoritmos e suas lógicas para se ter sobre eles um olhar crítico, o que não significa demonizar a internet. “Representa a realização do saudável exercício da democracia em um espaço que vem se configurando como tão importante e vital para nossa existência.”

Paulo César Castro é professor associado da Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde coordenou o curso de Produção Editorial e chefiou o Departamento de Expressão e Linguagens (DEL). Na ECO/UFRJ, obteve seu mestrado e doutorado, ambos em Comunicação e Cultura. A graduação, em Jornalismo, foi realizada na Universidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente coordena o Programa de Educação Tutorial (PET) da ECO e também o Projeto de Extensão “Editor em Ação”, a partir do qual é realizado anualmente o evento de mesmo nome do curso de Produção Editorial. Compõe a diretoria do Centro Internacional de Semiótica e Comunicação (CISECO). É um dos responsáveis pela organização dos três últimos livros lançados pelo CISECO, em parceria com a Edufal, a partir das conferências de pesquisadores brasileiros e estrangeiros apresentadas no evento anual Pentálogo. É membro dos grupos de pesquisa “Midiatização das Práticas Sociais” (Unisinos), “Políticas e Economia da Informação e da Comunicação - PEIC” (ECO/UFRJ) e “Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária - LECC” (ECO/UFRJ). Dedicou-se a pesquisas nas áreas de semiótica, comunicação, midiática, internet, redes sociais, jornalismo e produção editorial.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que são algoritmos e de que maneira eles estão presentes na vida das pessoas?

Paulo César Castro - Respondendo de modo bem simples, algoritmos são séries de instruções para resolver um problema. E este problema pode ser também uma atividade bem simples, como ensinar a um amigo a chegar à nossa casa a partir do aeroporto. Se ele, por exemplo, for fazer o trajeto através de um “algoritmo” de transporte público, precisaremos dar as instruções sobre qual ônibus deverá apanhar no aeroporto, onde descerá para pegar o metrô, em qual estação desembarcará e depois quais ruas e quantos quarteirões precisará andar até a nossa casa. Sendo assim, a lógica dos algoritmos está presente em nossas vidas nas atividades mais banais do nosso dia a dia. Mas é claro que é no século 20, com os computadores, e mais ainda com a internet nos dias de hoje, que os algoritmos assumem uma especial proeminência, ainda que, muitas vezes, não nos demos conta deles. Os problemas passaram a ser resolvidos em escalas muito maiores, e em tempos infinitamente muito mais curtos, principalmente a partir da capacidade das máquinas de executarem repetidamente operações de menor ou maior complexidade. Como as tecnologias digitais assumiram uma dimensão fundamental na nossa existência contemporânea, concernente ao conceito de *bios* midiático de Muniz Sodré¹, e

¹ **Muniz Sodré de Araújo Cabral** (1942): é um jornalista, sociólogo e tradutor brasileiro, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, na Escola de Comunicação. É também pesquisador brasileiro e latino-americano no campo da comunicação e do jornalismo. Dirigiu a TV Educativa. Publicou quase uma centena de livros e artigos, na área da comunicação (jornalismo em especial), mas também livros de ficção e um romance (O bicho que chegou a feira). Algumas obras tornaram-no mais conhecido, como Monopólio da Fala (sobre o discurso da televisão) e Comunicação do Grotesco (sobre programas de TV que exploram escândalos e aberrações). Um dos poucos teóricos brasileiros na área de comunicação que têm circulação e respeitabilidade no exterior, sendo professor e palestrante de diversas instituições em países como Suécia, França, Estados Unidos, Espanha, Portugal, Colômbia, Bolívia, Uruguai, Peru dentre outros. (Nota da **IHU On-Line**)

em grande parte suas lógicas têm sido regidas pelos algoritmos, eles estão presentes nas nossas vidas de uma forma mais espalhada do que a maioria das pessoas sequer imagina. Os algoritmos estão por trás de uma, aparentemente banal, pesquisa no Google, dos anúncios publicitários que estão sempre a nos espreitar em qualquer página que visitamos, da forma como nossa *time line* no Facebook é organizada, da lista de filmes que o Netflix nos exhibe assim que ligamos a televisão. Se podem ter sua aplicação tão costumeiramente associada à escolha das ações nas quais investir, podem também ser os responsáveis pela “lógica” das ações policiais em uma cidade, pelos métodos de triagem de “suspeitos” na fila de um aeroporto, pela escolha de alguém, numa lista de candidatos, para ocupar uma vaga de emprego, pelas pessoas que são indicadas umas às outras num site de relacionamentos, pelos valores dos seguros, baseados na forma como os motoristas dirigem. A lista seria inesgotável, pois não há quase nada na nossa interação com as tecnologias digitais, principalmente as baseadas na internet, que não seja acompanhada por algum, às vezes, insidioso algoritmo.

IHU On-Line - O senhor tem usado a expressão era do algoritmo. Conceitue-a, por favor.

Paulo César Castro - O uso massivo da internet em escala global tem instituído - aproveitando ainda o conceito de *bios* midiático - outra ambiência, e é através dela que temos, cada vez mais, redefinido nossas formas de vínculo social. Nesse novo modo de sociabilidade, que Muniz Sodré elabora a partir da visão tríade de Aristóteles² sobre os gêneros de existência na polis

² **Aristóteles de Estagira** (384 a.C.–322 a.C.): filósofo nascido na Calcídica, Estagira. Suas reflexões filosóficas – por um lado, originais; por outro, reformuladoras da tradição grega – acabaram por configurar um modo de pensar que se estenderia por séculos. Prestou significativas contribuições para o pensamento humano, destacando-se nos campos da ética, política, física, metafísica, lógica, psicologia, poesia, retórica, zoologia, biologia e história natural. É considerado, por muitos,

(o do conhecimento, o dos prazeres e o da sociabilidade política), os algoritmos têm sido, para mim, umas das expressões máximas da lógica que estabelece hierarquias, recomenda o melhor e o pior, define valores e gostos, aponta caminhos e soluções e, por fim, redesenha muitos de nossos valores e vínculos sociais. Se as mídias tradicionais, ainda que não sejam as únicas, ainda desempenham um papel significativo como classificadores dos sentidos, baseadas nos fundamentos “algorítmicos” dos *gatekeepers*³, dos editores, dos curadores, esse trabalho passa cada vez mais a ser dividido com o nexos algorítmico das máquinas. Se cada era está submetida a algum princípio de organização, mais recentemente este princípio está essencialmente baseado nos algoritmos computadorizados, como aponta o escritor das áreas de tecnologia e cultura Navneet Alang. Ele, aliás, defende que o século 19 teve o romance como seu princípio organizador, enquanto o século 20 teve a televisão. Como nos últimos tempos a mutação tecnológica é muito mais rápida, Alang considera que o site foi o princípio por trás da web 1.0, e, pouco tempo depois, com a web 2.0, este mudou para os aplicativos. Os dispositivos que ele indica para cada era podem até ser questionáveis, mas pelo menos todos têm em comum o pertencimento ao campo das mídias. Evidentemente que não assumo como minha a formulação da expressão “era dos algoritmos”, mas, se a uso, é porque acredito na importância que eles crescentemente têm tido

o filósofo que mais influenciou o pensamento ocidental. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Gatekeeping**: é um conceito jornalístico para edição. Gate keeper é aquele que define o que será noticiado de acordo com valor-notícia, linha editorial e outros critérios. Gatekeeper também pode ser entendido como o “porteiro” da redação. É aquela pessoa que é responsável pela filtragem da notícia, ou seja, ela vai definir, de acordo com critérios editoriais, o que vai ser veiculado. Com a efervescência e até um certo modismo da prática do jornalismo colaborativo, a função do gatekeeper tem sofrido alterações. A audiência cada vez menos passiva e mais participativa deixa a figura do mesmo menos centralizada, mas sem perder a importância na estrutura da construção da notícia. (Nota da **IHU On-Line**)

para a sistematização de visões de mundo (reiterando-as ou propondo outras). Mas o mais problemático é que, por serem elaborados com técnicas computacionais/matemáticas, levam à crença de que estão isentos de qualquer subjetividade. E por causa de sua invisibilidade - pois, no geral, agem silenciosamente entre uma interação e outra do usuário com as tecnologias digitais, sem serem devidamente anunciados -, muito pouco ainda têm sido submetidos a escrutínio, avaliação ou crítica. Minha impressão é que as escabrosas revelações feitas por Julian Assange⁴, do Wikileaks, e por Edward Snowden⁵ ainda não foram suficientes para despertar devidamente na sociedade uma ampla discussão sobre os meios que vêm sendo usados para monitorar todas as nossas ações no ambiente da internet.

IHU On-Line - Do que se trata a lógica mediatizante dos algoritmos, tema já explorado pelo senhor em suas reflexões?

Paulo César Castro - O algoritmo funciona sobre o seguinte princípio básico: input > processamento > output. Após a entrada de algumas informações básicas em um dispositivo, elas são processadas segundo um algoritmo que, ao final, apresenta um resultado como saída. Uma operação matemática com uma calculadora pode representar um exemplo bem simples de aplicação do algoritmo. Com a inter-

4 **Julian Paul Assange** (1971): jornalista, escritor e ciberativista australiano. É um dos nove membros do conselho consultivo do Wikileaks, um wiki de denúncias e vazamento de informações. É também o principal porta-voz do website. Assange estudou matemática e física, foi programador e hacker, antes de se tornar porta-voz e editor-chefe do Wikileaks. Fundou o Wikileaks em 2006 e faz parte do seu conselho consultivo. Politicamente, Assange se define como libertário. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Edward Joseph Snowden** (1983): Analista de sistemas, ex-funcionário da CIA e da NSA, a Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos. Tornou-se conhecido por revelar detalhes do sistema de Vigilância Global norte-americano. Sobre o tema, acesse "Abandonar Snowden é uma causa indigna". Entrevista especial com Sérgio Amadeu, no de 19-12-2013, disponível em <http://bit.ly/ihusnowden>, no sítio do IHU. (Nota da **IHU On-Line**)

net, os inputs têm sido dados pelos próprios usuários a partir de suas interações com diferentes dispositivos conectados à internet, seja de modo deliberado ou, muitas vezes, sem que sequer tenha consciência desse ato. Os registros dessas ações são então armazenados em imensos reservatórios (chamados de Big Data) e processados segundo as lógicas algorítmicas internas a cada dispositivo ou tecnologia, pertencentes a governos, empresas, instituições não governamentais e até a pessoas físicas. O output, em cada situação, depende dessas entradas e dos modos como foram programados os seus processamentos. Sendo assim, a experiência do usuário com as tecnologias, de acordo com o que lhe é recomendado como ordem, valor, classificação, sistematização etc., e até mesmo pelo que deixa de ser recomendado, é baseado no processo mediatizante que têm os algoritmos como lógica. Não se trata aqui de considerar esse usuário como um mero receptor passivo e indefeso diante dos outputs que lhe são dirigidos, pois ele pode reagir sob as mais diferentes estratégias aos encantos dos algoritmos e de suas instituições proprietárias, mas isso não significa que, diante da importância dos discursos que vêm sendo formulados a partir dessa nova ambiência, o debate não deva ser feito. Aliás, já está mais do que na hora.

IHU On-Line - O limite entre esfera pública e esfera privada está cada vez mais esmaecido?

Paulo César Castro - Um dos aspectos que explorei ao apresentar o livro *Dicotomia público/privado: estamos no caminho certo?*, que organizei em 2015 a partir de um evento realizado pelo Centro Internacional de Semiótica e Comunicação (CISECO), do qual sou diretor, foi como o homem moderno, cada vez mais afastado do espaço público, refugiou-se no mundo "seguro" da esfera privada. Mesmo flanando pelas ruas turbulentas do século 19, o fez sob o direito de ficar em silêncio e sozinho, quando exercitou o voyeurismo foi sob uma observação passiva, e ao se expres-

sar, preferiu o diário íntimo, para não revelar nada sobre si ao público. Não por acaso foi em 1890, quando os jornais acentuaram suas coberturas das vidas íntimas das pessoas, que os americanos Samuel Warren⁶ e Louis Brandeis⁷ escreveram um pequeno artigo na Harvard Law Review defendendo o direito do indivíduo de ser deixado sozinho ("to be let alone"). Uma pergunta que fiz no livro foi como, nos dias atuais, o internauta está tão próximo ou tão distante do voyeur/flâneur. Acho que há aproximações, mas também afastamentos entre os dois contextos. Se considerarmos que o privado pode ser tomado como aquilo que é feito ou dito em um círculo restrito de pessoas e até mesmo em segredo, como podemos avaliar a massiva autoexposição da vida privada dos internautas? Penso que exemplos como os que acontecem nas redes sociais online apontam para o apogeu da publicização do privado. Mas há ainda, entre vários outros, a discussão que envolve o grande número de dispositivos de vigilância espalhados pelas cidades mundo afora, pois, ao mesmo tempo que as pessoas reclamam dessa intrusão em suas intimidades - seja

6 **Samuel Dennis Warren** (1852-1910): advogado norte-americano, formado na Faculdade de Harvard em 1875. Ocupou o segundo lugar na sua classe em Harvard Law School em 1877. O estudante do primeiro lugar foi seu amigo Louis Brandeis, mais tarde um juiz de Suprema Corte dos Estados Unidos. Warren e Brandeis fundaram o escritório de advocacia de Boston de Nutter McClennen & Fish em 1879. No final de 1890, eles publicaram sua famosa revista de direito artigo "O Direito à Privacidade". Entre 1902-1906 atuou como presidente dos curadores do Museu de Belas Artes de Boston. Ele se casou com Mabel Bayard, em 1883, e tiveram seis filhos. Ele cometeu suicídio em Dedham, Massachusetts, em 18 de fevereiro de 1910. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Louis Brandeis Dembitz** (1856-1941) advogado norte-americano e justiça associado no Supremo Tribunal dos Estados Unidos de 1916 a 1939. Ele nasceu em Louisville, Kentucky, de pais imigrantes judeus da Boêmia (agora na República Checa). Ele participou da Harvard Law School, graduando-se com a idade de 20 anos com a maior média de notas na história da faculdade de direito. Brandeis estabeleceu-se em Boston, onde fundou um escritório de advocacia (que ainda está em prática hoje como Nutter McClennen & Fish) e tornou-se um advogado reconhecido através de seu trabalho em progressivas causas sociais. (Nota da **IHU On-Line**)

nas ruas ou mesmo nos ambientes privados -, clamam por mais segurança. Nesse sentido, público e privado se interpenetram e já não é tão fácil delimitar onde começa um e termina outro.

IHU On-Line - Quem sabe mais sobre a vida de um cidadão consumidor? Os governos ou as corporações privadas?

Paulo César Castro - Diferentes governos, em maior ou menor grau, historicamente estiveram sempre preocupados em monitorar seus cidadãos. Sob as mais variadas justificativas, instituíram sistemas de controle, como o panóptico⁸ de Jeremy Bentham⁹, cujo conceito

8 **Panóptico**: termo utilizado para designar uma penitenciária ideal, concebida pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham em 1785. Ela permite a um único vigilante observar todos os prisioneiros, sem que eles saibam que estão ou não sendo observados. O sistema teria, segundo Bentham, a vantagem de ser mais barato do que o adotado nas prisões de sua época, pois necessitaria de menos vigilantes. Ele seria aplicável não apenas a prisões, mas a qualquer outro tipo de estabelecimento baseado na disciplina e no controle. O termo foi resgatado pelo filósofo Michel Foucault. Conforme ele, foi século 18 que se inicia um processo de disseminação sistemática de dispositivos disciplinares, a exemplo do panóptico, permitindo vigilância e controle social cada vez mais eficientes, embora não necessariamente com os mesmos objetivos de Bentham. O filósofo utilizou o termo em sua obra *Vigiar e Punir* (1975) para tratar da sociedade disciplinar. Novas tecnologias de comunicação e informação permitiram novas formas de vigilância nem sempre percebidas pelos indivíduos. Teóricos como Pierre Lévy e Dwight Howard Rheingold também utilizam o termo panóptico para designar o controle exercido pelos controladores dos novos meios de informação sobre os utilizadores. (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Jeremy Bentham** (1748-1832). Filósofo, jurista e reformador social britânico. É reconhecido como o fundador do utilitarismo moderno, que prega o desenvolvimento de ações com a máxima eficiência para o bem-estar social e a felicidade. Foi também o primeiro a utilizar o termo deontologia, para se referir ao conjunto de princípios éticos a serem aplicados às atividades profissionais. É atribuído a Bentham a idealização do Panopticon, ideia que teria sido extraída de cartas escritas pelo jurista em Crecheff, na Rússia, em 1787, destinadas a um amigo. A partir destes escritos, foi possível extrair um modelo estrutural que seria capaz de ser aplicado às mais diversas instituições (escolas, prisões, hospícios e hospitais), como forma de otimização da vigilância e economia de pessoas para realizar tal função. Esta estrutura é caracterizada por um edifício circular que possui uma torre de vigilância e celas à sua volta. Cada uma das

de vigilância serviu para o filósofo francês Michel Foucault¹⁰ apontar a formação da sociedade disciplinar. Aliás, a obra de George Orwell¹¹, 1984, pode também ser invocada para exemplificar essa busca de controle total sobre os cidadãos. E da literatura é possível passar para a concretização do personagem Big Brother, do livro de Orwell, com as ações do governo americano a partir das revelações de Snowden e Assange. Não por acaso a propaganda do Estado retratado no livro era "Big Brother is watching you". No caso das empresas, imergidas no que o sociólogo espanhol Manuel Castells¹² chamou de capitalismo in-

celas teria uma abertura para a entrada de luz e portas com grade para a difusão da luz no interior do edifício. A difusão da luz se daria de modo que o encarcerado não conseguiria enxergar o exterior, nem o vigilante presente no centro da torre. Todo esse mecanismo estrutural teria como objetivo a impactação psicológica sobre os encarcerados, para que eles se sentissem observados todo o tempo. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Em várias edições, a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>; edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon203>; edição 364, de 06-06-2011, intitulada *'História da loucura' e o discurso racional em debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon364>; edição 343, *O (des)governo biopolítico da vida humana*, de 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>, e edição 344, *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon344>. Confira ainda a edição n° 13 dos **Cadernos IHU em Formação**, disponível em <http://bit.ly/ihuem13>, *Michel Foucault*. (Nota da **IHU On-Line**)

11 **George Orwell** [Eric Arthur Blair] (1903-1950): escritor e jornalista inglês. Sua obra é marcada por uma inteligência perspicaz e bem-humorada, uma consciência profunda das injustiças sociais, uma intensa oposição ao totalitarismo e uma paixão pela clareza da escrita. Apontado como simpatizante da proposta anarquista, o escritor faz uma defesa da auto-gestão ou autonomismo. A sua crença no socialismo democrático foi abalada pelo "socialismo real" que ele denunciou em *Animal Farm*. Considerado talvez o melhor cronista da cultura inglesa do século XX, Orwell se dedicou a escrever ficção, artigos jornalísticos polêmicos, crítica literária e poesia. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **Manuel Castells** (1942): sociólogo espanhol. Entre 1967 e 1979 lecionou na Universidade de Paris, primeiro no campus de Nan-

formacional, a informação tem sido um de seus insumos mais preciosos. Sendo assim, tem se tornado vital para os negócios das empresas os conhecimentos e estratégias sobre seus públicos/clientes/usuários/consumidores. E os algoritmos, tanto para governos quanto para empresas, cumprem um papel fundamental na apuração dos dados seja de cidadãos e/ou de clientes. Não por acaso o vice-presidente sênior da Gartner Research, Peter Sondergaard, defende que produtos e serviços serão definidos pela sofisticação de seus algoritmos. Para o que ele denomina como uma economia algorítmica, "as organizações ou corporações serão avaliadas, não apenas por seu Big Data, mas pelo algoritmo que transforma aqueles dados em ações e naquilo que, por fim, impacta os clientes". Portanto, acredito que ora por objetivos bem diferentes, ora por metas aproximadas, tanto os governos (luta contra o terrorismo, disputa com outros Estados etc.) quanto as corporações privadas (marketing, publicidade, venda, concorrência) estão buscando saber cada vez mais sobre quem interage com as tecnologias digitais. O diferencial é que, com os algoritmos, ambos "veem" sem serem vistos, agem sem serem percebidos, dando continuidade à lógica do panóptico de Bentham.

IHU On-Line - Até onde vai o grau de conhecimento que uma empresa pode ter sobre a vida e os hábitos de um usuário de internet?

Paulo César Castro - Toda e qualquer pequena ação dos usuários em suas interações com as tecnologias

terre e, em 1970, na "École des Hautes Études en Sciences Sociales". No livro "A sociedade em rede", o autor defende o conceito de "capitalismo informacional". Foi nomeado em 1979 professor de Sociologia e Planejamento Regional na Universidade de Berkeley, Califórnia. Em 2001, tornou-se pesquisador da Universidade Aberta da Catalunha em Barcelona. Em 2003, juntou-se à Universidade da Califórnia do Sul, como professor de Comunicação. Segundo o Social Sciences Citation Index Castells foi o quarto cientista social mais citado no mundo no período 2000-2006 e o mais citado acadêmico da área de comunicação, no mesmo período. (Nota da **IHU On-Line**)

digitais têm resultado no recolhimento de informações, na forma de *cookies* e de outros recursos. Gigantescos bancos de dados (Big Data) com registros dessas ações têm sido gerados, a serviço das estratégias de marketing que potencializam a publicidade e, conseqüentemente, as vendas das empresas. Diante dessa invasiva lógica comercial das empresas, não é possível dizer com clareza qual o limite do recolhimento das informações dos usuários. A leitura atenta dos Termos de Compromissos dos serviços que “assinamos” na internet mostra que, no geral, há uma política de privacidade e de uso de nossos dados respeitosamente ética. Entretanto, nada nos garante que essas políticas estão verdadeiramente sendo cumpridas ao pé da letra. E, como no geral, não há uma fiscalização eficiente da ação das empresas nessa área, seja pelo Estado, por organizações civis ou mesmo pelos usuários, é muito importante a discussão pública dessas fronteiras. Mas acredito que o limite para acesso às várias informações do usuário, principalmente aquelas das quais ele nem se dá conta, deve ser dado pelo próprio usuário. O problema se estabelece quando as empresas argumentam que precisam dos dados dos usuários para poder oferecer serviços gratuitos e melhores. Mesmo assim, balizas devem ser claras para evitar as invasões desconhecidas.

IHU On-Line - Há como se insurgir contra o alcance dos algoritmos que alimentam as corporações com dados sobre as pessoas?

Paulo César Castro - Independentemente das técnicas possíveis para apagar os rastros deixados em nossas navegações, com o uso de criptografias, por exemplo, acho que essa insurgência só será eficaz quando os usuários tiverem uma maior consciência sobre o que representa a ação invisível dos algoritmos e de outras técnicas de monitoramento, seja nos seus aspectos econômicos, sociais e políticos. A oferta de serviços online gratuitos por parte de empresas como Google e Facebook parece

levar as pessoas ao raciocínio de que o bônus vale o ônus. Ou muitas vezes respondem dizendo que não se importam se seus dados estão sendo recolhidos, pois “não têm nada a esconder”. Ou ainda, aliás, quando se colocam a favor da limitação das liberdades individuais na internet por conta da luta contra o terrorismo. Se o uso das tecnologias digitais já está inexoravelmente associado ao nosso dia a dia, inclusive como fator de inclusão social, não temos outra opção a não ser debater publicamente, nas redes sociais, nas ruas ou nos espaços formais da atuação política, o papel dos algoritmos. Uma massa crítica sobre essa questão pode nos colocar na condição de cidadãos ativos no processo de definição do que deve ser a internet e as tecnologias que fazem uso dela.

IHU On-Line - Uma vida sem rastros é possível, atualmente, apenas em filmes?

Paulo César Castro - Em dezembro de 2012, quando a jornalista Laura Poitras foi contactada por Edward Snowden, que queria denunciar as ações de espionagem da Agência de Segurança Nacional (NSA) americana contra cidadãos e empresas de dentro e fora do país, ele enviou a ela a seguinte mensagem: “Espero que entenda que entrar em contato com você é extremamente perigoso. Por enquanto, saiba que cada fronteira que cruzar, cada compra que fizer, cada ligação que discar, cada torre de comunicação que avistar, amigo que mantiver, lugar que visitar e assunto que digitar estará nas mãos de um sistema cujo alcance é ilimitado, mas seus guardiões não são”. O relato do Citizenfour, pseudônimo do então funcionário sênior da área de inteligência dos Estados Unidos, demonstra o alcance panopticista da vigilância do aparato estatal, a ponto de pedir a ela que, mesmo com o celular desligado, retirasse a bateria do aparelho e a colocasse no congelador. Por isso, acredito que, se houver uma vida digital sem rastros, ela se dá apenas no campo da ficção.

IHU On-Line - Falando em filmes, quais obras representam bem estes tempos de muita vigilância e pouca privacidade?

Paulo César Castro - O que imediatamente me vem à cabeça é *Minority Report*¹³. Os precogs do filme, paranormais que antecipam crimes que estão por acontecer, levando à prisão do “criminoso”, podem muito bem servir de metáfora para os algoritmos. Mas a ficção se aproxima da realidade com a *Pre-dpol* (The Predictive Policing Company), cuja missão é providenciar uma plataforma de prevenção de crimes de modo a manter as comunidades seguras. “Nossa tecnologia segura, baseada na tecnologia em nuvem, coloca os policiais na hora e nos locais certos para dar a eles a melhor chance de prevenir os crimes”, diz a companhia em seu site. Baseado num algoritmo construído por matemáticos e cientistas comportamentais e baseado num modelo de previsão de terremotos, o software da empresa é usado pelos Departamentos de Polícia de Los Angeles, Atlanta, Modesto e outras cidades. Outro filme bastante alusivo à situação de vigilância a que estamos submetidos, inclusive em função dos dispositivos digitais que usamos ou mesmo dos quais nos cercam, é *Controle Absoluto*¹⁴. Todos os movimentos dos dois personagens principais são rastreados e controlados à distância através de câmeras de segurança espalhadas por onde eles passam, como se eles estivessem sob a vigilância de um Big Brother. Há ainda o

¹³ **Minority Report**: filme de ficção científica lançado em 2002 estrelado por Tom Cruise e dirigido por Steven Spielberg. O roteiro é baseado no conto com o mesmo nome de Philip K. Dick. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁴ **Eagle Eye** (Controle Absoluto, título no Brasil, ou Olhos de Lince, título em Portugal): é um filme americano de ação e suspense dirigido por D.J. Caruso e estrelado por Shia LaBeouf e Michelle Monaghan. Estreou nos EUA e no Brasil no dia 26 de setembro de 2008. Jerry Shaw e Rachel Holloman são duas pessoas cujos caminhos se cruzam depois de um telefonema feito por uma mulher desconhecida. Ameaçando a vida deles e de suas famílias, a misteriosa voz os coloca em uma série de situações crescentemente perigosas usando a tecnologia do dia-a-dia para rastrear e controlar todos os seus movimentos. (Nota da **IHU On-Line**)

filme *1984*¹⁵, adaptação do livro do Orwell, para quem não pretender encarar o impresso.

IHU On-Line - O usuário comum de internet nem desconfia o quanto é vigiado, tornando-se vulnerável. Já não está na hora de se pensar em uma espécie de alfabetização do cidadão para uma existência em tempos de profunda digitalização da sociedade?

Paulo César Castro - Acredito, sim, que deve ser parte do aprendizado de qualquer pessoa, sobre a navegação em sites ou o uso de quaisquer equipamentos digitais, o conhecimento a respeito do monitoramento a que ela pode estar sendo submetida. Até para saber se efetivamente não se importa ou se vai tomar alguma medida para evitá-la ou minorá-la. Mas reitero a importância também de um debate mais aberto sobre o papel dos algoritmos como mecanismos de monitoramento e, de modo mais requintado, sobre como podem estabelecer verdadeiros padrões de importância, gosto, qualidade etc.

IHU On-Line - A coleta de informações por meio das mais diversas ferramentas digitais não deveria ser autorizada pelos usuários? Trata-se de uma questão legal, ética ou ambas?

Paulo César Castro - Quando consideramos, por exemplo, que o Yahoo! captura uma média de 2.500 rotinas/operações de cada um de seus usuários (eles são mais de 1 milhão que o acessam regularmente) por mês, certamente

15 **Nineteen Eighty-Four** (em português, o filme recebeu o título *1984*): filme britânico, dos gêneros ficção científica e drama, produzido em 1984 e dirigido por Michael Radford. É uma adaptação do famoso livro *1984*, escrito em 1949 por George Orwell e considerada uma versão mais fiel à obra. Depois da guerra atômica, o mundo foi dividido em três estados, e Londres é a capital da Oceania, dominada por um partido que tem total controle sobre todos os cidadãos. Winston Smith é um humilde funcionário do partido e comete o atrevimento de se apaixonar por Julia, numa sociedade totalitária onde as emoções são consideradas ilegais. Eles tentam escapar dos olhos e dos ouvidos do Grande Irmão, sabendo das dificuldades que teriam que enfrentar. (Nota da **IHU On-Line**)

cada usuário deveria ter o direito, explicitamente informado, de escolher pela coleta ou não de seus dados. É uma questão, a meu ver, que envolve aspectos legais e éticos. Acredito que, apesar do Marco Civil da Internet¹⁶ e mesmo da Lei do Esquecimento¹⁷ (esta já implementada na Europa), as empresas e mesmos governos não seguem tão à risca esses preceitos. Ao mesmo tempo que deveríamos poder dizer se queremos ou não ser monitorados, também temos o direito de saber o que será feito efetivamente com os dados recolhidos a nosso respeito. Toda e qualquer pesquisa realizada pelas empresas deveria ter nosso consentimento ou ser de nosso conhecimento.

IHU On-Line - Do ponto de vista da privacidade, o futuro é preocupante ou não há necessidade para tanto pessimismo?

16 **Marco Civil da Internet**: é uma iniciativa legislativa, surgida no final de 2009, para regular o uso da Internet no Brasil, por meio da previsão de princípios, garantias, direitos e deveres de quem usa a rede, e da determinação de diretrizes para a atuação do Estado. Confira o amplo material veiculado no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU sobre o tema. O que está em jogo com o Marco Civil da Internet, artigo de Carmen Carvalho publicado nas Notícias do Dia, de 14-11-2013, disponível em <http://bit.ly/1b8AoIP>; Marco Civil da Internet: “PL coloca o Brasil na vanguarda da regulação da rede”. Entrevista especial com Carlos Affonso Pereira de Souza publicada nas Notícias do Dia, de 20-09-2013, disponível em <http://bit.ly/17OpzaR>; Marco Civil da Internet: projeto trai os princípios das consultas públicas. Entrevista especial com Marcelo Branco publicada nas Notícias do Dia, de 13-11-2012, disponível em <http://bit.ly/W6Z2oa>; e Por um Marco Civil da Internet. Entrevista especial com Marcel Leonardi publicada nas Notícias do Dia, de 15-12-2009, disponível em <http://bit.ly/1ch1JY7>. (Nota da **IHU On-Line**)

17 **Lei do Esquecimento**: O direito de ser esquecido (em inglês “right to be forgotten”) foi sancionado pela corte da União Europeia em 13 maio de 2014. Links para informações “irrelevantes” ou “desatualizadas” (assim consideradas pelo tribunal) são passíveis de serem apagadas. Mais especificamente, a corte da União Europeia disse que a decisão aplica-se a informações “inadequadas, não pertinentes ou já não pertinentes ou excessivas em relação ao objetivo pelo qual foram processadas tendo em conta o tempo decorrido”. A gigante Google foi obrigada a prover este serviço aos cidadãos da União Europeia quando solicitado. Vários desses links incluem artigos da Wikipedia, da BBC e do The Guardian. (Nota da **IHU On-Line**)

Paulo César Castro - Não quero ser um pessimista ou uma versão atual dos apocalípticos, como apontados por Umberto Eco¹⁸, mas as ações dos serviços de segurança dos Estados Unidos, como já denunciadas, pode ser um indicio para preocupações. E pelas consequências que Julian Assange (refugiado na embaixada do Equador em Londres desde 2012) e Edward Snowden (refugiado na Rússia) vêm sofrendo após seus atos, parece que qualquer um de nós que denunciar o caráter totalitário dos governos através dessa forma moderna de vigilância vai pagar um preço bem alto. No último livro que editei a partir de evento do CISECO, *Vigiar a vigilância: uma questão de saberes?*, lembrei que nem todos os “vigilantes” aceitam ser vigiados. Mesmo assim, não deixo de reconhecer o potencial emancipatório dessas mesmas tecnologias digitais, que podem ser usadas também como recurso de contraposição à vigilância. Se Assange e Snowden puderem se insurgir contra o panopticismo do estado, os cidadãos “comuns” têm tido, também na internet, variadas ferramentas com as quais podem realizar suas próprias denúncias, de menor ou maior grau. Levando os algoritmos e suas lógicas para o debate na praça pública das ágoras digitais ou dos espaços analógicos e ter sobre eles um olhar crítico não significa demonizar a internet. Representa a realização do saudável exercício da democracia em um espaço que vem se configurando como tão importante e vital para nossa existência. ■

18 **Umberto Eco** (1932-2016) escritor, filósofo, semiólogo, linguista e bibliófilo italiano de fama internacional. Foi titular da cadeira de Semiótica e diretor da Escola Superior de ciências humanas na Universidade de Bolonha. Ensinou temporariamente em Yale, na Universidade Columbia, em Harvard, Collège de France e Universidade de Toronto. Colaborador em diversos periódicos acadêmicos, dentre eles colunista da revista semanal italiana *L'Espresso*, na qual escreveu sobre uma infinidade de temas. Eco foi, ainda, notório escritor de romances, entre os quais *O nome da rosa* e *O pêndulo de Foucault*. Junto com o escritor e roteirista Jean-Claude Carrière, lançou em 2010 *N'Espérez pas vous Débarasser des Livres* (Não Espere se Livrar dos Livros), publicado em Portugal com o título *A Obsessão do Fogo* e no Brasil como *Não contem com o fim do livro*. (Nota da **IHU On-Line**)

Expansão do medo aumenta mecanismos de controle e vigilância

Adriano Pilatti afirma que insegurança legítima que ocorra mais relativização de direitos e garantias, maior rigor penal e penitenciário e uma condução mais austera da economia

Por João Vitor Santos | Edição: Vitor Necchi

Quanto mais sensação de medo se estabelece na sociedade, mais o Estado se empodera e se legitima para tomar medidas repressivas e agir com rigor em diversas instâncias. “Fomentar o medo para vender segurança é uma fórmula tão antiga quanto disseminada”, lembra o professor de Direito Adriano Pilatti, da PUC-Rio, em entrevista concedida por e-mail para a **IHU On-Line**.

O pesquisador afirma que “viver é sempre perigoso, os riscos estão em toda a parte, a insegurança é crescente em várias dimensões da vida”. Com a expansão desses sentimentos de fragilidade, aumentam os mecanismos de controle e vigilância. “Não é difícil instrumentalizar um sentimento tão poderoso e paralisante para legitimar mais controle, mais vigilância, mais repressão, maior relativização de direitos e garantias, maior rigor penal e penitenciário, maior “austeridade” na condução da economia etc.”, explica o pesquisador.

Pilatti salienta que o poder constituído, por meio das ações de vigilância e controle, tende a criar óbices para qualquer ação política que não cumpra as regras estabelecidas. “O Estado abomina o que lhe excede, e tende a desqualificar e reprimir tudo que não consente, quase sempre em articulação com as instâncias privadas de controle social ou de legitimação desse controle, aí incluída a mídia comercial”, critica.

Ele não poupa críticas ao recrudescimento da legislação repressiva promovido nos últimos anos, em especial desde as manifestações de 2013, por meio de decisões legais praticamente

consensuais entre Executivo e Legislativo. “O balanço do governo Dilma nessa matéria é tão inacreditável quanto lamentável. Mas, além disso, temos observado uma reorientação repressiva nas práticas, nem sempre constitucionais e legais, dos órgãos do Judiciário, Supremo Tribunal Federal - STF incluído, e do Ministério Público”, aponta. Uma das consequências é a “desqualificação criminalizadora dos discursos e das ações em prol dos direitos humanos”.

Adriano Pilatti é graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, mestre em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica Rio de Janeiro - PUC-Rio e doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, com estágio pós-doutoral em Direito Público Romano pela Universidade de Roma I - La Sapienza. Foi assessor parlamentar da Câmara dos Deputados junto à Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88, assessor legislativo concursado da Câmara dos Deputados, assessor jurídico do Gabinete do Prefeito do Rio de Janeiro, consultor jurídico do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM e chefe da Assessoria Jurídica da Reitoria da PUC-Rio. É professor do Departamento de Direito da PUC-Rio. Traduziu o livro *Poder Constituinte - Ensaio sobre as Alternativas da Modernidade*, de Antonio Negri (Rio de Janeiro: Lamparina, 2015). Autor do livro *A Constituinte de 1987-1988 - Progressistas, Conservadores, Ordem Econômica e Regras do Jogo* (Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como exercer ação política na sociedade de hoje? Que limites a sociedade de controle impõe?

Adriano Pilatti - Depende do que entendemos por ação política. Se, para usar a distinção de Rancière¹, a entendemos como simples gestão do constituído, como “polícia” no sentido de administração da “pólis”, os meios usuais aí estão: representação, participação regulada pelo Estado etc. Se a entendemos como ação constituinte, em que, ainda conforme Rancière, a “parte” dos “sem parte” instaura um dissenso fundamental, recusando-se a ser parte e a não ter parte, aí entram em jogo as ações de resistência, desobediência e contestação, como as ocupações, as manifestações etc.

É a política dos movimentos. E isso sem necessariamente abandonar a representação e as formas de participação e contestação reguladas, antes buscando novas formas de relação entre as vias constituídas e a ação constituinte dos movimentos. Os limites são os efetivamente postos pelo poder constituído, em cujo âmbito as ações de vigilância e controle tendem a opor obstáculos a toda forma de ação política que escape às suas próprias regras. O Estado abomina o que lhe excede, e tende a desqualificar e reprimir tudo que não consente, quase sempre em articulação com as instâncias privadas de controle social ou de legitimação desse controle, aí incluída a mídia comercial.

IHU On-Line - Como o senhor apreende o conceito de medo e os impactos sociais desse estado?

1 Jacques Rancière (1940): filósofo argentino, professor na Universidade de Paris 8. Pensa a história, a sociedade, os movimentos políticos e o cinema. É colaborador frequente da lendária revista *Cahiers du Cinéma*. Um dos colaboradores do pensador Louis Althusser no volume *Lire le Capital* (Ler o Capital). É o autor de *Os nomes da história – Um ensaio de poética do saber* (Educ), *O desentendimento: política e filosofia* (Ed. 34) e *O mestre ignorante* (Autêntica), entre outras obras. Esteve no Brasil em 2005, quando participou do Congresso Internacional do Medo, que aconteceu em São Paulo e no Rio de Janeiro. (Nota da **IHU On-Line**)

De que forma a ideia de medo é instrumentalizada para gestão das populações em meio a diversos estados de crises (política, econômica, social, ecológica...)?

Adriano Pilatti - Em *O Poder Constituinte*², Negri³ diz que “o Estado moderno não nasce da administração, mas do medo”. Fomentar o medo para vender segurança é uma fórmula tão antiga quanto disseminada. Viver é sempre perigoso, os riscos estão em toda a parte, a insegurança é crescente em várias dimensões da vida. Não é difícil instrumentalizar um sentimento tão poderoso e paralisante para legitimar mais controle, mais vigilância, mais repressão, maior relativização de direitos e garantias, maior rigor penal e penitenciário, maior “austeridade” na condução da economia etc.

Isso para não falar na instrumentalização do medo para fomentar discursos e práticas de ódio e exclusão: contra “bandidos”, contra imigrantes e refugiados, contra minorias, contra movimentos, contra as “classes perigosas”, enfim. Responsabilizá-los por ameaçar nossa segurança física, nossos empregos, nossos espaços de convivência etc. Vender a ilusão de que “papai Estado” pode “cuidar das pessoas” e nos proteger contra todo o mal se aceitarmos a ampliação e a intensificação de suas ações repressivas e excludentes tem sido uma estratégia tão reiterada quanto bem-sucedida, especialmente nos momentos de crise, quando todos

2 O Poder Constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade. (Rio de Janeiro: DPeA editora, 2002). Tradução: Adriano Pilatti. (Nota da **IHU On-Line**)

3 Antonio Negri (1933): filósofo político e moral italiano. Durante a adolescência, foi militante da Juventude Italiana de Ação Católica, como Umberto Eco e outros intelectuais italianos. Em 2000, publicou o livro-manifesto *Império* (Rio de Janeiro: Record, 2003), com Michael Hardt. Em seguida, publicou *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro: Record, 2005), também com Michael Hardt – sobre esta obra, publicamos um artigo de Marco Bascetta na edição 125 da **IHU On-Line**, de 29-11-2004. O último livro da “trilogia” entre os dois autores, *Commonwealth* (USA: First Harvard University Press paperback, 2011), ainda não foi publicado em português. (Nota da **IHU On-Line**)

nos sentimos inseguros. É preciso recusar essa chantagem.

IHU On-Line - É possível afirmar que os dispositivos legais são os mais acurados dispositivos de controle e vigilância na sociedade de nosso tempo? Como pesar isso, por exemplo, a partir da Lei Antiterrorismo? E quem detém o controle desse dispositivo no Brasil hoje?

Adriano Pilatti - Num Estado de Direito formal, em que se supõe que toda ação estatal restritiva de direitos e liberdades tem de ser autorizada por decisão normativa da representação política, os meios legais são dispositivos necessários. Temos visto, nos últimos anos e sobretudo desde 2013, um recrudescimento da legislação repressiva por meio de decisões legais praticamente consensuais entre Executivo e Legislativo, leia-se governo Dilma e Congresso conservador. O balanço do governo Dilma nessa matéria é tão inacreditável quanto lamentável.

Mas, além disso, temos observado uma reorientação repressiva nas práticas, nem sempre constitucionais e legais, dos órgãos do Judiciário, Supremo Tribunal Federal - STF incluído, e do Ministério Público. Tudo isso com o aplauso, o incentivo e até mesmo a cobrança incisiva da mídia comercial, uma das grandes responsáveis por esse absurdo que é a desqualificação criminalizadora dos discursos e das ações em prol dos direitos humanos, por exemplo. Também em ambientes coletivos de gestão privada, a proliferação de câmeras, catracas e outros instrumentos de vigilância e controle aumenta à medida em que aumenta a sensação generalizada de insegurança. É uma espiral que lamentavelmente parece longe de findar.

IHU On-Line - Que análise o senhor faz de todo esse processo de judicialização da política, da vida, que se vem vivendo? Como compreender o papel que Judiciário e Ministério Público vêm assumindo no Brasil?

Adriano Pilatti - Não integro o coro dos contentes. Se os poderes

eletivos já avançam sobre as liberdades, que dirá os poderes não eletivos. Tanto Judiciário quanto Ministério Público têm desenvolvido estratégias expansionistas, em geral seletivas, substituindo-se aos legisladores representativos e às vezes até mesmo ao constituinte, e não só ao constituinte derivado. Recentes decisões, como a do STF que vulnerou os efeitos da presunção de inocência, e a do TRF do Sul que “relativizou” a exigência de legalidade nas ações da Lava Jato⁴, são extremamente preocupantes e revelam uma tendência muito perigosa de enfraquecimento das liberdades e das garantias constitucionais.

Ainda uma vez, a mídia comercial cobra, incentiva e aplaude essa tendência, bem como a ingerência crescente do Judiciário e do Ministério Público - este último quer decidir até que tipo de cartaz pode ser afixado em mural de colégio! Talvez seja uma recidiva da aspiração por um “poder moderador”, como muitos têm apontado. Depois do Imperador, depois das Forças Armadas, hoje Judiciário e Ministério Público parecem disputar esse lugar simbólico e efetivo, paternalista e patriarcal, no imaginário e no sistema políticos brasileiros. E isso é facilitado pelo grande descrédito da representação e da própria atividade política, o que facilita esses fenômenos em que torquemadas⁵

4 Operação Lava Jato: investigação da Polícia Federal do Brasil, que deflagrou sua fase ostensiva em 17 de março de 2014, cumprindo mais de cem mandados de busca e apreensão, prisão temporária, prisão preventiva e condução coercitiva, visando apurar um esquema de lavagem de dinheiro suspeito de movimentar mais de R\$ 10 bilhões, podendo ser superior a R\$ 40 bilhões, dos quais R\$ 10 bilhões em propinas. De acordo com investigações e delações recebidas pela força-tarefa da Lava Jato, estão envolvidos os maiores partidos do Brasil, como PP, PT, PMDB e PSDB, além de empresários e políticos de diversos partidos. A seção Notícias do Dia, do sítio do IHU, vem publicando textos e análises sobre os movimentos realizados em cada uma das fases da Operação, que ainda segue em andamento. Confira em ihu.unisinos.br/noticias. (Nota da **IHU On-Line**)

5 Tomás de Torquemada (1420-1498): também conhecido como O Grande Inquisidor. Foi o inquisidor-geral de origem Sefardita dos reinos de Castela e Aragão no século 16 e confessor da rainha Isabel, apelidada de “a Católica”. O cronista espanhol Sebastián de Olmedo o descreveu como “o martelo dos

togados parecem reencenar as ofensivas dos oficiais “jacobinos”⁶ do início da República e dos tenentes⁷ dos anos 1920, contra os “casacas” e “carcomidos”. Reencenar como farsa, naturalmente.

IHU On-Line - Como pensar em alternativas ao controle e à vigilância para que se possa radicalizar o conceito de Estado Democrático de Direito?

Adriano Pilatti - A alternativa é democracia, é liberdade, é redução das desigualdades e precarie-

heres, a luz de Espanha, o salvador do seu país, a honra do seu fim”. Ficou conhecido por sua campanha contra os judeus e muçulmanos convertidos da Espanha. Há controvérsias acerca do número de autos-de-fé realizados durante o mandato de Torquemada como inquisidor, mas estima-se algo em torno de 2,2 mil. Ainda jovem, Torquemada tornou-se frade dominicano no Convento de São Paulo em Ávila, sua cidade natal. Em 1452, elegeu-se prior do Convento de Santa Cruz, em Segóvia. Era sobrinho do cardeal Juan de Torquemada, igualmente dominicano. (Nota da **IHU On-Line**)

6 Jacobinos: originário da Revolução Francesa, o termo jacobinismo, também chamado jacobismo, teve uma significação diferenciada e evolutiva ao longo dos tempos. Originalmente, um jacobino era um membro do Clube Jacobino, clube maçônico francês com representação nos Três Estados e, depois, na Assembleia Nacional Francesa. No início, nos finais do século 18 na França, a expressão era geralmente aplicada de forma pejorativa a qualquer corrente de pensamento que, para quem aplicava o termo, fosse defensora de opiniões revolucionárias extremistas. Os primeiros jacobinos, setecentistas, eram pequeno-burgueses ainda muito ligados às suas origens rurais e pobres, com pensamentos políticos e sociais radicais (queriam o extermínio dos nobres). Receberam a denominação de jacobinos porque reuniam-se no Convento de São Tiago, dos dominicanos (o nome Tiago corresponde ao latim Jacobus). Seus membros defendiam mudanças mais radicais que os girondinos: eram contrários à monarquia e queriam implantar uma república. Esse grupo era apoiado por um dos setores mais populares da França – os sans-culottes – e, juntos, lutaram por outras mudanças sociais depois da revolução. Sentavam-se à esquerda no salão de reuniões. (Nota da **IHU On-Line**)

7 Tenentismo: conjunto dos movimentos político-militares de que participaram amplamente oficiais de postos inferiores das Forças Armadas, sobretudo tenentes. Tiveram início na década de 1920 e se caracterizavam por um descontentamento militar, a par de uma insatisfação quanto às condições econômicas, sociais, políticas e institucionais então vigentes no país. A culminância desses movimentos foi a Revolução de 1930, que encerrou a Primeira República. (Nota da **IHU On-Line**)

dades sociais, é pensar democraticamente as questões de segurança e priorizar a proteção da vida e da integridade física das pessoas com a menor restrição possível às liberdades. Não é fácil, mas é possível.

IHU On-Line - Analistas têm insistido que os números e os resultados da eleição de 2 de outubro são uma mensagem do eleitor para a política e seus agentes. Que mensagem é essa? Como ela dialoga com a mensagem de 2013 e a dos estudantes secundaristas?

Adriano Pilatti - O que se vê é que cada um vê a mensagem que quer. Há, sem dúvida, um descrédito da atividade política, sobretudo da representação, por conta da corrupção e de todo o carnaval midiático-judiciário-policia em torno da corrupção. Há um quê de antipolítica. E há setores minoritários, jovens sobretudo, que só aceitam uma “outra política”, a da ação direta dos movimentos. Não creio que se possa falar em “a mensagem de 2013 e a dos estudantes secundaristas”, como se houvesse só uma em cada caso, unitária e unificada; 2013 foi, entre outras coisas, a denúncia dessa crise representativa e a exigência de outras formas de participação.

Mas estou certo de que, seja entre os desobedientes de 2013, seja entre os secundaristas de agora, tanto houve gente que se engajou em campanhas de candidaturas à esquerda, quanto houve gente que se absteve por princípio. O importante é perceber que um mínimo de realismo exige a compreensão de que não se pode dispensar, por passe de mágica, a representação, que é preciso libertá-la do cativado em que é mantida pelos poderes econômico e midiático, assim como não se pode dispensar a criação de novos mecanismos de participação nas decisões públicas e de controle social sobre sua tomada e implementação. Precisamos de tudo isso, ao mesmo tempo e agora.

IHU On-Line - Como o senhor analisa o resultado do primeiro turno nas eleições no Rio de Ja-

neiro? No que se refere à esquerda, quais as semelhanças e dissociações que ocorrem com relação às demais grandes cidades do país?

Adriano Pilatti - Em primeiro lugar, o primeiro turno no Rio foi a derrota acachapante de tudo o que PMDB significa naquela cidade e naquele estado. Foi o “colapso da empulhação”, como bem definiu o jornalista Elio Gaspari. Aí sim, tivemos um dos ecos profundos, uma das ondas lentas, mas enormes, produzidas pela “pedra no lago” de 2013: a realização tardia do “Fora Cabral” em toda sua ampla e profunda significação (que não exclui a cumplicidade petista nos descalabros carioca e fluminense). Não

devemos esquecer que “junho” no Rio durou seis meses, em boa parte pela solidariedade difusa ao antigovernismo, mais local e estadual do que nacional, dos manifestantes. Demorou, não foi em 2013 nem em 2014, mas o obscuro condomínio de pilhagem do Rio começou a ruir.

Em termos gerais, o desmoronamento do PT, produzido pelos golpes de fora e pelas distorções de dentro, contaminou todo o campo de esquerda. Sua desmoralização comprometeu a credibilidade de toda a esquerda, e esse não é o menor dos “malfeitos” pelo qual os “alopradados” autores das proezas que serviram de pretexto terão um dia de responder. Ter chegado ao segundo turno no Rio, em Belém,

em Recife e umas poucas outras cidades, incluindo a minha Ponta Grossa, no Paraná, não altera o quadro da catástrofe. Mas esses segundos turnos podem vir a ser o começo de uma reação à desqualificação totalitária das esquerdas que é cultivada pelos setores conservadores e reacionários. Até a estupidéz acaba por cansar.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Adriano Pilatti - Uma pílula de Hemingway: “Não há nada a fazer, mas nós o faremos” - sem perder o bom humor jamais, pois um dia uma risada sepultará os obscurantistas: a nossa. ■

LEIA MAIS

- *‘Há um país novo, produtivo, criativo, solidário querendo existir, mas sem contar com vias adequadas de representação’*. Entrevista especial com Adriano Pilatti, publicada nas **Notícias do Dia** de 24-4-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <https://goo.gl/j75TN9>.
- *A tipificação de crime de terrorismo no Brasil: A perversidade da lei é a sua própria criação*. Entrevista especial com Adriano Pilatti, publicada nas **Notícias do Dia** de 2-3-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <https://goo.gl/iG8a1G>.
- *Lei antiterrorismo: uma falsa solução para um falso problema*. Entrevista especial com Adriano Pilatti, publicada nas **Notícias do Dia** de 11-11-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <https://goo.gl/o0yPUU>.
- *Políticas da Multidão: a luta diária por um mundo melhor e uma vida menos ordinária*. Entrevista especial com Adriano Pilatti, publicada nas **Notícias do Dia** de 10-6-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <https://goo.gl/3Eg1vL>.
- *Uma Outra Constituição*. Artigo de Adriano Pilatti, publicado nas **Notícias do Dia** de 1-6-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <https://goo.gl/snLT0Z>.
- *Será que o discurso anticorrupção é exclusivamente “de direita”?* Entrevista especial com Adriano Pilatti, publicada nas **Notícias do Dia** de 18-3-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <https://goo.gl/sXBH59>.
- *Reeleição de Dilma não é um cheque em branco*. Entrevista especial com Adriano Pilatti, publicada nas **Notícias do Dia** de 11-11-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <https://goo.gl/mEoq0v>.
- *“O devir-multidão dos excluídos e de todos os que são incluídos somente na extensão necessária para serem explorados”*. Entrevista especial com Adriano Pilatti, publicada nas **Notícias do Dia** de 14-1-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <https://goo.gl/0XtND7>.
- *“O regime militar não acabou nas periferias. Mudou apenas a cor do uniforme”*. Entrevista especial com Adriano Pilatti, publicada nas **Notícias do Dia** de 14-1-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <https://goo.gl/0k0u8e>.
- *“A Constituição de 1988 ainda não esgotou seu potencial de liberação da vida e de promoção da igualdade”*. Entrevista especial com Adriano Pilatti, publicada nas **Notícias do Dia** de 23-9-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <https://goo.gl/3UnhuN>.

A primazia dos lugares vigiados

Walter Menon afirma que é um truque fazer as pessoas acreditarem cada vez mais na proteção de espaços monitorados, em detrimento da crença de que uma sociedade menos violenta seja possível por meio de políticas públicas

Por Márcia Junges | Edição: Vitor Necchi

Quando a humanidade se organizou em cidades, à figura do Estado coube legislar e administrar, de maneira que, aos poucos, a vigilância e as punições passaram a ser atribuições dele, em relação aos seus protegidos e aos inimigos externos. Nestes espaços, “os sistemas de vigilância e de punição representam um aspecto fundamental da normatização das esferas sociais”, explica o professor Walter Menon em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

A necessidade crescente de segurança tem dois efeitos, conforme Menon: os dispositivos tecnológicos se tornaram mais eficientes, e o mercado instaura uma cultura do medo que identifica lugares vigiados onde se exerce a liberdade. O professor identifica um truque: busca-se fazer as pessoas acreditarem que a proteção advém de lugares vigiados, e não de uma socie-

dade onde haja menos violência, “com políticas públicas que revertam quadros sociais degradados que estão na origem da maior parte das situações de violência”. Ele afirma que “a vida em sociedade pressupõe mecanismos, dispositivos de controle social”, e os controles se apresentam como formas simbólicas de violência aceita “quando acreditamos que o controle é exercido em nosso favor e contra os inimigos da liberdade”.

Walter Menon é mestre em Comunicação Social pela Universidade de Brasília - UnB e doutor em Filosofia pela Université Paris VIII, com estágio pós-doutoral pelo Centre d'Etudes des Techniques, des Connaissances et des Pratiques - Cetcopra, Sorbonne Université Paris I. É professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Paraná - UFPR.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Em que sentido vigiar é punir?

Walter Menon - Primeiramente, não podemos esquecer que os sistemas de vigilância e de punição representam um aspecto fundamental da normatização das esferas sociais. Desde que a humanidade se organizou em cidades sob a figura do Estado responsável por legislar e administrar, a vigilância e as punições sobre seus protegidos e contra os inimigos externos também se tornaram paulatinamente seu atributo. No entanto, essa prerrogativa do Estado, que permaneceu inalterável por séculos, com o advento do capitalismo tardio, desde o fim da Segun-

da Guerra Mundial¹, parece ter sofrido uma regressão. Haveria, a partir de então, como que uma volta a formas arcaicas de organizar o controle social, nas quais a

1 Segunda Guerra Mundial: conflito iniciado em 1939 e encerrado em 1945. Mais de 100 milhões de pessoas, entre militares e civis, morreram em decorrência de seus desdobramentos. Opôs os Aliados (Grã-Bretanha, Estados Unidos, China, França e União Soviética) às Potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). O líder alemão Adolf Hitler pretendia criar uma “nova ordem” na Europa, baseada nos princípios nazistas da superioridade alemã, na exclusão – eliminação física incluída – de minorias étnicas e religiosas, como judeus e ciganos, além de homossexuais, na supressão das liberdades e dos direitos individuais e na perseguição de ideologias liberais, socialistas e comunistas. Essa ideologia culminou com o Holocausto. (Nota da **IHU On-Line**)

responsabilidade pela segurança e, portanto, vigilância e punição teria passado para as mãos dos indivíduos. Cabe aqui entendermos o que significa esse indivíduo que certamente não se limita à esfera da pessoa física ou jurídica. Ele é, antes de qualquer coisa, um tipo ideal, constituído para encarnar os valores supremos de liberdade e de autonomia que se encontram na base das democracias.

Como qualquer tipo, ou modelo, esse indivíduo autônomo serve de referência para ações que se medem por resultados produtivos no sentido econômico e social. Sob o modelo do individualismo empreendedor de estirpe neoliberal,



Os sistemas de vigilância e de punição representam um aspecto fundamental da normatização das esferas sociais

qualquer pessoa, qualquer companhia, instituição e até mesmo os Estados são entendidos como indivíduos, entidades sociais responsáveis pela produção de bens e valores, mas também pela segurança intrínseca ao funcionamento de um regime de produtividade máxima. Nesse sentido, as instâncias responsáveis por criar e aplicar as leis, criar e administrar os sistemas e dispositivos de vigilância, não se encontram mais imunes aos sistemas de vigilância e punição. Portanto, podem, dentro do esquema do capitalismo tardio, serem responsabilizadas. Confirmada a responsabilidade, qualquer um, até mesmo o Estado, é passível de punição. Porém, não necessariamente por uma instância coercitiva superior: a punição é identificada ao potencial perigo a que toda a sociedade se encontra submetida quando a vigilância falha ao ser burlada ou quando os sistemas de vigilância são expostos como sistemas coercitivos.

O que está em jogo é o bem simbólico da liberdade identificado à autonomia do indivíduo. Assim como no sistema clássico de punição a pena fundamental era a supressão da liberdade, assim também no contexto a que estou me referindo do capitalismo tardio, a falência de um sistema de vigilância implica a perda da liberdade, ou antes no medo de esta se concretizar em uma real perda de autonomia física, psicológica, política ou econômica. A punição é, simultaneamente, a presença imperativa do medo e o necessário reforço da vigilância, consequente do aumento pela demanda crescente de seu regime disciplinar

na fim de prevenir e aplacar o medo. Por mais paradoxal que possa parecer, essa noção inflacionada de liberdade individual só pode subsistir às custas da perda da liberdade por meio de sistemas de vigilância cada vez mais eficazes. É nesse sentido que vigiar e punir se confundem: perde-se a liberdade efetiva para se viver uma autonomia controlada, em última análise, pelo medo da perda da liberdade.

IHU On-Line - A partir disso, qual é a atualidade do pensamento de Michel Foucault para compreendermos o aprofundamento dos controles que vivenciamos?

Walter Menon - Acredito que o panóptico² como analisado por

2 Panóptico: termo utilizado para designar uma penitenciária ideal, concebida pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham em 1785. Ela permite a um único vigilante observar todos os prisioneiros, sem que eles saibam que estão ou não sendo observados. O sistema teria, segundo Bentham, a vantagem de ser mais barato do que o adotado nas prisões de sua época, pois necessitaria de menos vigilantes. Ele seria aplicável não apenas a prisões, mas a qualquer outro tipo de estabelecimento baseado na disciplina e no controle. O termo foi resgatado pelo filósofo Michel Foucault. Conforme ele, foi século 18 que se inicia um processo de disseminação sistemática de dispositivos disciplinares, a exemplo do panóptico, permitindo vigilância e controle social cada vez mais eficientes, embora não necessariamente com os mesmos objetivos de Bentham. O filósofo utilizou o termo em sua obra *Vigiar e Punir* (1975) para tratar da sociedade disciplinar. Novas tecnologias de comunicação e informação permitiram novas formas de vigilância nem sempre percebidas pelos indivíduos. Teóricos como Pierre Lévy e Dwight Howard Rheingold também utilizam o termo panóptico para designar o controle exercido pelos controladores dos novos meios de informação sobre os utilizadores. (Nota da **IHU On-Line**)

Foucault³ e idealizado por Bentham⁴ subsiste em dispositivos locais de vigilância tais quais as torres de vigia, os sistemas integrados de vigilância por câmera em prédios e ruas, e assim por diante. O modelo do panóptico pressupõe um centro, um lugar onde toda a informação capturada é interpretada. Porém, quando avançamos para o campo da internet, da produção e circulação de informações na rede, temos um processo de descentralização da captação e triagem das informações.

3 Michel Foucault (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte), situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Em várias edições, a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>; edição 203, de 6-11-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon203>; edição 364, de 6-6-2011, intitulada *'História da loucura' e o discurso racional em debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon364>; edição 343, *O (des)governo biopolítico da vida humana*, de 13-9-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>, e edição 344, *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon344>. Confira ainda a edição nº 13 dos **Cadernos IHU em Formação**, disponível em <http://bit.ly/ihuem13>, *Michel Foucault*. (Nota da **IHU On-Line**)

4 Jeremy Bentham (1748-1832): filósofo, jurista e reformador social britânico. É reconhecido como o fundador do utilitarismo moderno, que prega o desenvolvimento de ações com a máxima eficiência para o bem-estar social e a felicidade. Foi também o primeiro a utilizar o termo deontologia, para se referir ao conjunto de princípios éticos a serem aplicados às atividades profissionais. É atribuído a Bentham a idealização do Panopticon, ideia que teria sido extraída de cartas escritas pelo jurista em Crecheff, na Rússia, em 1787, destinadas a um amigo. A partir destes escritos, foi possível extrair um modelo estrutural que seria capaz de ser aplicado às mais diversas instituições (escolas, prisões, hospícios e hospitais), como forma de otimização da vigilância e economia de pessoas para realizar tal função. Esta estrutura é caracterizada por um edifício circular que possui uma torre de vigilância e celas à sua volta. Cada uma das celas teria uma abertura para a entrada de luz e portas com grade para a difusão da luz no interior do edifício. A difusão da luz se daria de modo que o encarcerado não conseguiria enxergar o exterior, nem o vigilante presente no centro da torre. Todo esse mecanismo estrutural teria como objetivo a impactação psicológica sobre os encarcerados, para que eles se sentissem observados todo o tempo. (Nota da **IHU On-Line**)

Assim, a minha hipótese é que o esquema do panóptico foi absorvido e sobrevive no corpo da web, mas multiplicado em vários centros. Por isso mesmo, quanto maior é a capacidade, ou habilidade, de utilizar e intervir no meio, maior é a impressão do usuário de não estar submetido à monitoração e ao controle desse meio, ou seja, ele tende a se tomar mais como observador do que como observado.

IHU On-Line - Quais são os paradoxos que se apresentam à democracia e à liberdade a partir dos dispositivos tecnológicos de vigilância?

Walter Menon - Como escrevi no meu texto que compõe o livro *Vigiar a Vigilância, uma questão de saberes*⁵, lançado pelo Ciseco⁶ e organizado pelo meu amigo Paulo César Castro: “No cerne mesmo da ordem neoliberal, cada vez mais confundida com os ideais democráticos, liberdade e vigilância convivem em uma relação complementar regida pelo signo da necessidade crescente de segurança”. Por um lado, a demanda por segurança seria uma das razões do desenvolvimento de dispositivos tecnológicos mais eficientes, por outro lado, a necessidade do mercado é que instaura uma cultura do medo que identifica lugares vigiados, com lugares de autonomia, lugares em que se exerce a liberdade.

IHU On-Line - Abrimos mão de privacidade e liberdade em nome de mais segurança. O que isso diz acerca do tipo de sociedade que está se consolidando?

Walter Menon - O truque é fazer as pessoas acreditarem cada vez mais que lugares vigiados são lugares protegidos, e não que é possível uma sociedade menos violenta, com políticas públicas que revertam quadros sociais degradados que estão na origem da maior parte das situações de violência.

5 Maceió: EDUFAL, 2016. (Nota da **IHU On-Line**)

6 Centro Internacional de Semiótica & Comunicação. Saiba mais em <http://ciseco.org.br/>. (Nota da **IHU On-Line**)

Prevalece, cada vez mais, a ideia geral de que quanto maior a vigilância, quanto mais eficaz, maior é a liberdade. O sentimento de autonomia, ou seja, o sentimento da liberdade como um bem em si que poucos podem e merecem gozar, porque conhecem, respeitam e valorizam esse bem, permanece diretamente proporcional ao sentimento de segurança.

“

As redes sociais são um excelente exemplo de como trocamos nossa liberdade de ação, em todos os sentidos, pela representação da liberdade

Esse sentimento não é abstrato. Ele tem fundamentos bem concretos, surge quando, por exemplo, vivenciamos a experiência de poder atravessar ou ocupar lugares na cidade que estão sob vigilância policial ou de câmeras. A mobilidade física pode ser sentida como ato de liberdade exercida por aqueles que sabem “respeitar” e valorizar a liberdade. Há situações, em muitos níveis e esferas diferentes, que podem exemplificar essa experiência de se sentir livre ao ser vigiado.

IHU On-Line - Por que esses dispositivos são resultado de uma crescente determinação de políticas de controle social?

Walter Menon - Não foi sempre assim? A vida em sociedade pressupõe mecanismos, dispositivos de controle social. Mesmo em sociedades sem Estado, de que fala o antropólogo Pierre Clastres⁷,

7 **Pierre Clastres** (1934-1977): antropólogo e etnógrafo francês da segunda metade do século XX. É conhecido sobretudo por seus

existem mecanismos, sistemas de negociação que são colocados em funcionamento para regular as relações sociais. Tudo isso, como bem mostrou Foucault, são técnicas de poder. O problema é quando não diferenciamos mais liberdade e coerção, quando somos chamados a nos mobilizar no sentido de vigiarmos e sermos vigiados para exercermos nossa autonomia. Ou seja, quando não conseguimos mais pensar nossa autonomia longe dos mecanismos e técnicas que caracterizam o que Foucault chama de biopoder⁸.

IHU On-Line - Sob quais aspectos tais controles se apresentam como formas simbólicas de violência aceita em nosso tempo?

Walter Menon - Quando acreditamos que o controle é exercido em nosso favor e contra os inimigos da liberdade. Essa mesma liberdade que protegemos nos submetendo a regimes cada vez maiores de vigilância. As câmeras que apontam para mim são simbolicamente análogas aos olhos protetores da justiça, da lei etc., e esses olhos me veem como inocente; as mesmas câmeras apontadas para o outro, aquele que não conheço e, portanto, não posso confiar, ou aquele que simboliza por suas roupas e atitudes um perigo, são os instrumentos da aplicação da lei e da ordem.

trabalhos de antropologia política, suas convicções anarquistas e anti-autoritárias e por sua pesquisa sobre os índios Guayaki do Paraguai. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **Biopoder**: termo criado originalmente pelo filósofo francês Michel Foucault para referir-se à prática dos estados modernos e sua regulação dos que a ele estão sujeitos por meio de “uma explosão de técnicas numerosas e diversas para obter a subjugação dos corpos e o controle de populações”. Foucault usou-o em seus cursos no Collège de France, mas ele apareceu pela primeira vez em *A vontade de saber*, primeiro volume da *História da Sexualidade*. Tanto na obra de Foucault quanto na de teóricos posteriores, o termo tem sido usado em referência a práticas de saúde pública, regulação de hereditariedade e regulação de risco (François Ewald), entre outras coisas frequentemente menos ligadas diretamente à saúde física literal. Está intimamente relacionado com outro termo que ele usa com muito menos frequência, mas que pensadores subsequentes adotaram independentemente: biopolítica. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line - Como tais dispositivos tecnológicos de vigilância funcionam como legitimadores para exercer vigilância e controle sobre determinadas instâncias de poder e instituições?

Walter Menon - Na medida em que há uma redução de todas as instâncias simbólicas - antes separadas nas sociedades democráticas - ao ideário neoliberal encarnado na figura do indivíduo autônomo, todas as instâncias da sociedade são responsáveis e, portanto, podem ser responsabilizadas pela organização e implemento de políticas ou práticas, ações e técnicas que garantam e permitam um estado de segurança. A garantia de que as instituições e as instâncias de poder continuem existindo depende dos dispositivos de segurança, isto é, de sistemas de vigilância e punição.

IHU On-Line - Nesse contexto, como pensar a autonomia dos sujeitos e a convivência da lógica da soberania com o biopoder?

Walter Menon - Existem lugares de resistência. Exemplar nesse sentido foi a reação da maior parte da população francesa contra a determinação do governo em aumentar a presença de sistemas de vigilância nas ruas, prédios e transportes públicos logo após os atentados contra o jornal Charlie Hebdo⁹ e contra os jovens parisienses. Embora os dispositivos

⁹ **Charlie Hebdo** – jornal semanal satírico francês. Ricamente ilustrado, ele publica crônicas e relatórios sobre a política, a economia e a sociedade francesas, mas também ocasionalmente jornalismo investigativo com a publicação de reportagens sobre o estrangeiro ou em áreas como as seitas, a extrema-direita, o Catolicismo, o Islamismo, o Judaísmo, a cultura, etc. Em 7 de janeiro de 2015 o jornal foi alvo de um atentado terrorista que resultou em doze pessoas mortas, incluindo uma parte da equipe do Charlie Hebdo e dois agentes da polícia nacional francesa, e ferindo durante o tiroteio outras 11 pessoas que estavam próximas ao local. O ataque foi perpetrado pelos irmãos Saïd e Chérif Kouachi na sede do semanário no 11^o arrondissement de Paris, supostamente como forma de protesto contra a edição Charlie Hebdo que publicou uma charge do profeta Maomé e ocasionou polêmica no mundo islâmico, sendo recebida como um insulto aos muçulmanos. (Nota da IHU On-Line)

de controle sejam cada vez mais eficientes, à medida que são mais invisíveis, há nesses próprios dispositivos lugares, frestas, falhas que nos permitem agir, refletir, atuar no sentido de mobilizá-los a favor da sociedade.

IHU On-Line - Por outro lado, como compreender que os sujeitos se submetam “docilmente” a mecanismos de controle e confissão como as redes sociais?

Walter Menon - As redes sociais são um excelente exemplo de como trocamos nossa liberdade de ação, em todos os sentidos, pela representação da liberdade. Nos contentamos em nos representar livres e representar essa liberdade uns para os outros. Por meio de al-

“
Não podemos acreditar que a resposta para o problema dos dispositivos de controle social seja a destruição completa desses dispositivos

guns charles e símbolos bem codificados: fotos de festas, reuniões de famílias, manifestações de gosto e de opinião política e religiosa etc., compomos uma imagem de nós mesmos como membros de uma comunidade de indivíduos, exatamente no sentido que utilizei o termo indivíduo nas outras respostas, ou seja, como um tipo abstrato do sujeito autônomo, que se reconhece por sua produtividade.

IHU On-Line - Que novas formas de mobilização e ação política surgem frente ao cenário de descentralização da informação?

Walter Menon - Sem dúvida a própria descentralização da informação significa, em muitos casos, uma marca dessa mobilização política. Estou pensando nas mídias independentes, nos coletivos de informação e, mesmo, na mobilização de grupos e ações políticas, por meio das redes sociais e outros canais e mídias. Mas, me parece evidente, essa mobilização não terá sempre um caráter positivo. As forças mais deletérias, antidemocráticas e violentas da sociedade também se apropriam desses meios de maneira bastante eficiente no sentido da mobilização social.

IHU On-Line - Gostaria de acrescentar algo?

Walter Menon - Não podemos acreditar que a resposta para o problema dos dispositivos de controle social seja a destruição completa desses dispositivos. Esse tipo de crença impossibilita reflexões e ações no sentido de se construir espaços de resistência dentro da própria lógica de controle que estamos vivendo. O número e a competência desses espaços têm crescido nos últimos anos em função de uma demanda produzida paradoxalmente pela própria lógica do individualismo produtivista que caracteriza nossa sociedade.

Nesse contexto de exposição e consumo acelerados, a multiplicação ilimitada de estilos de representação de si mesmo como a imagem desse ideal de indivíduo preconizado pelo capitalismo tardio acabou por encampar representações que são o contrário desse ideal, por mais contraditório que isso pareça. Essa contradição pouco a pouco sai do campo da pura representação e acaba por fincar raízes no solo da história, promovendo, assim, a sua continuidade. Acredito que todos os diagnósticos de fim da história, pós-história etc. são reducionistas e mesmo conservadores, por não levarem em conta essas contradições inerentes a algumas das próprias tecnologias que constituem mídias às quais associamos ao controle social. ■

A era da agonística e o capitalismo vigilante

Figura do funcionário que coloca em marcha a máquina da vigilância é fundamental para gerir os sistemas de dados, observa Guilherme Castelo Branco

Por Ricardo Machado | Edição: Márcia Junges

As categorias clássicas do soberano e da soberania já não mais existem. São figuras de um outro tempo, do passado. E “pensar a política através dessas figuras é uma caricatura da mídia e dos velhos e ultrapassados partidos políticos. Agora somente existem poderes e resistências, gestores e manifestantes, controladores e insubmissos. Nossa era é a da agonística, é a da luta incessante para se respirar o ar da liberdade”, pontua Guilherme Castelo Branco em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. E acrescenta: “No fundo de todo nosso mundo democrático sempre está presente a ameaça de que os direitos podem ser suspensos e que as garantias podem ser deixadas de lado. Toda crise pode ser motivo para a perda das condições de normalidade jurídico-política”.

O gerenciamento da vida é feito a distância, gerenciado pela ordem burocrática “através de sistemas de dados que coordenam e detêm informações sobre nossas performances e nossos movimentos, do trabalho, ao uso das operações

bancárias, ao uso da internet e do acesso às redes sociais, até mesmo do uso do cartão de crédito”. Esses bancos de dados são controlados não por altos figurões da política, mas por funcionários da burocracia, aqueles ilustres desconhecidos que mantêm em marcha a máquina da vigilância.

Guilherme Castelo Branco é graduado em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, onde também realizou doutorado em Comunicação. Atualmente é professor de Filosofia da UFRJ trabalhando no Programa de Pós-Graduação em Filosofia. É líder do Laboratório de Filosofia Contemporânea da UFRJ. Em 2015 publicou dois livros: *Michel Foucault. Filosofia e Biopolítica* (Rio de Janeiro: Editora Autêntica, 2015) e *Clássicos e Contemporâneos em Filosofia Política: de Maquiavel a Antonio Negri* (Rio de Janeiro: Relicário Edições, 2015).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - O século 21 nos tornou mais livres ou mais vigiados?

Guilherme Castelo Branco - Desde a implantação de um sistema de gestão das pessoas, que se faz por funcionários, burocratas e controladores, em consolidação a partir do final do século XIX, vivemos em sociedades que, em nome do controle dos gastos e do bem-estar coletivo, buscam fazer com que as pessoas acreditem que estão mais seguras ao estarem mais controladas. A ordem burocrática que nos

gestiona e supervisiona é feita a distância, através de sistemas de dados que coordenam e detêm informações sobre nossas performances e nossos movimentos, do trabalho, ao uso das operações bancárias, ao uso da internet e do acesso às redes sociais, até mesmo do uso do cartão de crédito.

IHU On-Line - Como a vigilância se constitui em um modo de governamentalidade?

Guilherme Castelo Branco - O governo, na Modernidade, é feito

em nome da boa administração das condições econômicas daqueles que estão adequados e subordinados aos princípios da vida idealizada pelos poderes hegemônicos e pelas próprias pessoas que admitem e usufruem do mundo entreaberto pelos vários tipos de liberalismo e neoliberalismo. Há, todavia, os excluídos.

IHU On-Line - De que modo a vigilância impacta na política?

Guilherme Castelo Branco - A vigilância não é o monitoramento do

movimento das pessoas nos espaços públicos. Fazer vídeos das movimentações das pessoas é apenas fatia ínfima do controle social. A gestão da vida da população é feita por inumeráveis saberes e instituições que entram na vida íntima das famílias e das pessoas, através de obtenção de informações dadas por educadores, escolas, psicólogos, médicos, dentistas, advogados. Todo este conjunto de informações está cada vez mais concentrado em bancos de dados a serviço dos Estados e de seus dirigentes, que não são os grandes nomes da política, mas, isto sim, os funcionários anônimos e desconhecidos que fazem a máquina burocrática seguir adiante.

IHU On-Line - Uma das principais justificativas a uma espécie de "Estado de vigilância" diz respeito a certa necessidade de segurança, não somente social, mas biopolítica (o controle e vacinação parece ser um caso positivo). No entanto, como transitar nesse tênue limite entre seguridade e estado de exceção?

Guilherme Castelo Branco - Não existe estado de direito que não tenha previsto o estado de sítio e o estado de exceção. Está em toda Constituição, em todo o mundo. O Brasil também tem sua versão do estado de exceção. No fundo de todo nosso mundo democrático sempre está presente a ameaça de que os direitos podem ser suspensos e que as garantias podem ser deixadas de lado. Toda crise pode ser motivo para a perda das condições de normalidade jurídico-política.

IHU On-Line - Parece haver um paradoxo: de um lado, há cada vez mais controle, biométrico in-

clusive, por parte do Estado; de outro, cada vez menos controle da sociedade civil sobre o Estado. O senhor concorda? Por que isso ocorre?

Guilherme Castelo Branco - No mundo da governamentalidade existem instâncias sociais que não se ajustam mais aos processos de gestão biopolítica. Talvez o que chamamos de sociedade civil seja uma delas.

“

A força da liberdade é e tem que ser selvagem

IHU On-Line - As grandes corporações mundiais que integram a Gafam (Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft) tornaram-se ainda mais gigantes devido ao trabalho de vigilância dos algoritmos. Para além da questão puramente tecnológica, como o capitalismo contemporâneo se tornou dependente da vigilância?

Guilherme Castelo Branco - O capitalismo é a própria vigilância. Dinheiro, celular, internet, guardas e gerentes, tudo faz do cliente o seu serviçal, não é? Tudo está facilitado, controlado, documentado, e pode ser posto à disposição da máquina capitalista. O consumidor é marionete do sistema financeiro. O controle, hoje, é significativo, salvo o sonho, os amores, a criação, a imaginação indomável, as paixões incontroláveis etc., que não podem estar nem entrar na contabilidade praticada pelas empresas e pela estatística.

IHU On-Line - De que forma a categoria de liberdade é atualizada na contemporaneidade, sobretudo em contextos de constante vigilância?

Guilherme Castelo Branco - O que é livre escapa, desliza, não se revela. Liberdade e estratégia não se excluem. A liberdade não pede respeito ou direito, conquista direitos e se impõe. Depois do fascismo e da manipulação midiática das populações, depois dos campos de concentração, sob um mundo de controle estadunidense, o campo de luta toma nova roupagem. De fato, a força da liberdade é e tem que ser selvagem.

IHU On-Line - A liberdade e a vigilância do soberano continuam sendo um dos temas mais sensíveis à filosofia política?

Guilherme Castelo Branco - O soberano e a soberania não existem mais. São figuras do passado, e pensar a política através dessas figuras é uma caricatura da mídia e dos velhos e ultrapassados partidos políticos. Agora somente existem poderes e resistências, gestores e manifestantes, controladores e insubmissos. Nossa era é a da agnóstica, é a da luta incessante para se respirar o ar da liberdade. Não são mais os votos, mas sobretudo as manifestações que vão modificar a vida social e política.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Guilherme Castelo Branco - Defendamos a vida, nosso mais precioso bem, defendamos a biosfera, cada vez mais exposta aos malefícios causados por aqueles que querem tanto e nada sabem. ■

LEIA MAIS

- *A loucura como produção e construção sociais*. Entrevista com Guilherme Castelo Branco. Revista IHU On-Line, edição 364, 6-1-2011, disponível em <http://bit.ly/2deF430>.
- *O mundo para além da casca da noz*. Entrevista com Guilherme Castelo Branco. Revista IHU On-Line, edição 470, 17-8-2015, disponível em <http://bit.ly/2dV70vK>.

O emergente Hegemon. A guerra de 4ª geração e a implantação do regime dominante de vigilantismo global

“O modelo de Estado que nos legou a democracia representativa e os direitos civis vai sendo desmontado por dentro, para transição a uma nova ordem mundial, disparada pelo colapso financeiro que impulsiona a próxima destruição criativa do capitalismo”, adverte Pedro Rezende

Por Patricia Fachin

A recente divulgação do maior vazamento de documentos sigilosos do mundo, que ficou conhecido como Panama Papers, e que expôs a relação de empresas e políticos com paraísos fiscais e offshores, mais do que euforicamente, deve ser analisada tendo em vista alguns detalhes, diz Pedro Rezende à **IHU On-Line**, ao comentá-la, na entrevista a seguir, concedida por e-mail e publicada originalmente nas **Notícias do Dia** do sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, em 01-06-2016.

De acordo com ele, em primeiro lugar, a extração dessas informações indica “tratar-se de hacking externo”, mas “para melhor alcançar seus objetivos, dos quais a credibilidade sobre autenticidade do material vazado é primordial, a mentoria da operação preferiu ofuscar-se e ocultar o agente da extração, por trás do jornal que recebeu o material, e da entidade que se incumbiu de examinar os documentos e de distribuir conteúdos selecionados”. Entre as questões que ainda precisam ser respondidas, Rezende menciona: “Como é que 400 pessoas em 80 países conseguem manter sigilo, durante um ano, sobre tantos documentos explosivos? Eram mesmo jornalistas? Quem pagou pelo trabalho? Por quais critérios de resumo? Por que o *Süd-deutsche Zeitung* - SZ?”

Entre as respostas possíveis, Rezende afirma que o Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos, que repassou as informações ao jornal alemão *Süddeutsche Zeitung*, “é sustentado pelas fundações Open Society - OSF e pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional - USAID, conforme rodapé da sua página web”. Então, frisa, “para quem quiser espiar por trás da cortina nesse palco, a mentoria da operação Panama Papers se expõe: a OSF é dirigida e mantida por um globalista financeiro dos mais empenhados em surfar a transição para a ordem monetária que sucederá a atual, George Soros; e USAID é o front político da agência de três letras pio-

neira dentre as que executam a estratégia dos principais aspirantes ao comando do emergente Hegemon”.

Para Rezende, ações como essas podem ser entendidas como uma “psyop”, ou seja, “operações psicológicas” que fazem parte da “guerra híbrida que está sendo travada pela consolidação do emergente Hegemon”. Na avaliação dele, está em curso um “plano ofensivo de guerra híbrida posto em marcha para implantar um regime dominante de vigilantismo global, necessário para consolidar e sustentar uma nova ordem social e política de alcance mundial, a pretexto do inevitável jogo de espionagem das nações”.

Na entrevista a seguir, Rezende comenta as formas de vigilantismo na internet e o comportamento dos usuários, que contribui para a formulação e evolução cibernética da propaganda.

Pedro Rezende é Advanced to Candidacy for PhD em Matemática Aplicada pela Universidade da Califórnia em Berkeley, bacharel e mestre em Matemática pela Universidade de Brasília. No Vale do Silício, trabalhou com controle de qualidade do sistema operacional Macintosh na Apple Computer, com sistemas de consulta a bases de dados por voz digitalizada na DataDial e com as primeiras aplicações de hipertexto, precursoras da web, desenvolvendo HyperCard stacks para Macintosh.

Foi membro do Grupo de Padronização de Segurança da Comissão de Informatização do Conselho Nacional de Justiça, do Grupo Interministerial sobre Sociedade da Informação no Itamaraty, do Conselho do Instituto Brasileiro de Política e Direito de Informática, do Conselho da Free Software Foundation Latin América e do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, como representante da Sociedade Civil por designação do Presidente da República. Atualmente leciona no Departamento de Ciência da Computação da Universidade de Brasília - UnB.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Vivemos hoje numa sociedade do controle e vigilância? O que a caracteriza?

Pedro Rezende - Desde 2013, as denúncias de [Edward] Snowden¹ nos revelam a parte essencial de um plano ofensivo de guerra híbrida posto em marcha para implantar um regime dominante de vigilantismo global, necessário para consolidar e sustentar uma nova ordem social e política de alcance mundial, a pretexto do inevitável jogo de espionagem das nações. Plano que até então vinha sendo camuflado como combate ao terrorismo, cibercrime, pirataria digital etc.

O vigilantismo assim implantado visa à coleta massiva de dados de todo tipo, não só para monitoramento, mas principalmente, em última instância, para instrumentar com eles o controle de valores, motivações e vontades abrigados ou desenvolvidos por indivíduos, através da manipulação ativa de nossa percepção da realidade. As chances de sucesso dessa instância repousam no fato de que nossa percepção é cada vez mais intermediada por tecnologias digitais, as chamadas TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação, e também no aporte daquilo que podemos chamar de evolução cibernética da propaganda como ciência.

Esse regime se caracteriza pela concentração de poder semiológico em grandes fornecedoras de plataformas de TIC e de serviços mediados por estas, cooptadas para instrumentar essa dominância em troca de proteção normativa, concorrencial e política. O atual estado servil da mídia corporativa exemplifica tal cooptação. É a mesma lógica que Mussolini² usou

¹ **Edward Joseph Snowden** (1983): analista de sistemas, ex-funcionário da CIA e da NSA, a Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos. Tornou-se conhecido por revelar detalhes do sistema de Vigilância Global norte-americano. Sobre o tema, acesse "*Abandonar Snowden é uma causa indigna*". Entrevista especial com Sérgio Amadeu, no de 19-12-2013, disponível em <http://bit.ly/ihusnowden>, no sítio do IHU. (Nota da **IHU On-Line**)

² **Benito Mussolini** (1883-1945): jornalista e político italiano, governou a Itália

para definir o fascismo, ideologia que ganha preponderância e eficácia em períodos de crise, agora sob os esteroides da revolução digital.

IHU On-Line - Qual é o papel da internet neste controle e nesta vigilância?

Pedro Rezende - Duas características atuais da computação digital se combinam para delinear esse papel. A primeira é o patamar a que chegamos com a chamada lei de Moore, e a segunda, o nível de disseminação de dispositivos móveis. A lei de Moore é uma projeção empírica, baseada na evolução histórica das TIC, para estimar o custo futuro de armazenamento e de processamento eletrônico de dados.

Pelo nível atual de miniaturização, e dos respectivos custos fabris e operacionais, para a escala de um tal regime, parece de eficácia crescente a seguinte tática: interceptar globalmente e por atacado as comunicações digitais, armazenando em gigantescos data centers dados potencialmente importantes por algum tempo, para poder minerá-los em busca de informação valiosa quando necessário, do que buscar diretamente essas informações com monitoramento em tempo real. O modelo operacional do Google dá o exemplo.

Doutro lado, com a disseminação de dispositivos móveis conectáveis alcançando personalização inédita, com a popularização do uso de smartphones e da "internet das coisas", as possibilidades para um

com poderes ditatoriais entre 1922 e 1943, autodenominando-se Il Duce, que significa em italiano "o condutor". Baseando-se numa filosofia política teoricamente socialista, conseguiu a adesão dos militares descontentes e de grande parte da população, alargou os quadros e a dimensão do partido. Após um período de grandes perturbações políticas e sociais, quando alcançou grande popularidade, guindou-se a chefe do partido, e em 1922 organizou a famosa marcha sobre Roma, um golpe de propaganda. Usando as suas milícias para instigar o terror e combater abertamente os socialistas, conseguiu que os poderes investidos o nomeassem para formar governo. Foi nomeado Primeiro Ministro pelo rei Vítor Manuel III, alcançando a maioria parlamentar e, conseqüentemente, poderes absolutos. (Nota da **IHU On-Line**)

tal regime intervir remotamente com programações individualmente calibradas, dissimuladas ou imperceptíveis como manipuladoras ou não, alcança patamares antes só imaginados em ficções como as de [Aldous] Huxley³, [George] Orwell⁴ ou [Franz] Kafka⁵. Resumindo com uma metáfora, o papel da Internet para um tal regime corresponde ao do aparelho circulatório para um organismo vertebrado.

IHU On-Line - Numa entrevista que nos concedeu em 2014, o senhor afirmou que iniciativas desenvolvidas colaborativamente, tais como software livre, podem dificultar a implantação de um regime de vigilantismo na rede. Qual tem sido a adesão a esse tipo de software livre?

Pedro Rezende - O domínio de desenvolvimento colaborativo e licenciamento permissivo que produz e distribui softwares livres é estratégico para a defesa da autonomia tecnológica, entre grupos aptos e comunidades com interesses convergentes no uso e evolu-

³ **Aldous Huxley (Aldous Leonard Huxley)** (1894-1963): romancista inglês. Viveu a maior parte dos anos 1920 na Itália fascista de Mussolini, que inspirou parte dos sistemas autoritários retratados em suas obras. Huxley produziu um total de 47 livros, dentre os quais a obra-prima *Admirável Mundo Novo* (São Paulo: Globo, 2004), escrita em 1931. Os temas nela abordados remontam grande parte de suas preocupações ideológicas, como a liberdade individual em detrimento do autoritarismo do Estado. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ **George Orwell** [Eric Arthur Blair] (1903-1950): escritor e jornalista inglês. Sua obra é marcada por uma inteligência perspicaz e bem-humorada, uma consciência profunda das injustiças sociais, uma intensa oposição ao totalitarismo e uma paixão pela clareza da escrita. Apontado como simpatizante da proposta anarquista, o escritor faz uma defesa da autogestão ou autonomismo. A sua crença no socialismo democrático foi abalada pelo "socialismo real" que ele denunciou em *Animal Farm*. Considerado talvez o melhor cronista da cultura inglesa do século XX, Orwell se dedicou a escrever ficção, artigos jornalísticos polêmicos, crítica literária e poesia. (Nota da **IHU On-Line**)

⁵ **Franz Kafka** (1883-1924): escritor tcheco, de língua alemã. De suas obras, destacamos: *A metamorfose* (1916), que narra o caso de um homem que acaba transformado num gigantesco inseto, e *O processo* (1925), cujo enredo conta a história de um certo Josef K., julgado e condenado por um crime que ele mesmo ignora. (Nota da **IHU On-Line**)

ção das TIC. No cenário atual de guerra híbrida, em que a captura desta autonomia é estratégica para dominação hegemônica, a decisão de escolher, por isso, alternativas livres, pode funcionar como tática de guerrilha nessa defesa, com o potencial efeito de pulverizar as ações cooptadoras necessárias à instrumentação desta dominância.

Os estrategistas da atual guerra híbrida certamente sabem disto, pois no planejamento para consolidação do emergente Hegemon estão incluídas ações que visam a neutralizar essa tática, como bem mostra um dos mais importantes documentos vazados por Snowden: no planejamento estratégico da NSA para signals intelligence no quadriênio 2012-2016, o item 2.1.4 prescreve “enfrentar softwares de criptografia domésticos ou alheios atingindo suas bases industriais com nossas capacidades em inteligência de sinais e humanas”; e o 2.1.5, “Influenciar o mercado global de criptografia por meio de relações comerciais e pessoais de inteligência, e por meio de parceiros diretos e indiretos”.

Doutro lado, quem tem visão geopolítica para entender a importância da autonomia tecnológica, como meio de resistência a esta consolidação, tem tido pouca influência decisória sobre as potenciais vítimas de um consolidado Hegemon, talvez devido à penetração já alcançada pela manipulação ativa de percepções. “Quem não tem nada a esconder, não teme”, e “se é de graça, não presta”, são exemplos de seus memes. Assim, em meio à cacofonia de valores numa luta que se acirra pela sobrevivência pessoal, vemos o ritmo de adoção de software livre inalterado após Snowden, enquanto se acirra a investida para cooptação de importantes desenvolvedores nesse domínio, como por exemplo na plataforma de anonimização Tor.

IHU On-Line - As cinco grandes empresas que “dominam” a rede, Google, Apple, Microsoft, Facebook e Amazon, desempenham algum papel nesta “vigilância”?

Qual? O que essas empresas representam hoje?

Pedro Rezende - Observemos que o segmento em que essas empresas dominam seus nichos é o de serviços intermediados pela infraestrutura global de comunicação digital, com as três primeiras também no de fornecimento de software comoditizado para plataformas altas (smartphones, desktops etc.). Esse domínio representa controle nas camadas “mais de cima” da “rede”, onde as mercadorias são simbólicas e onde a cooptação - inicialmente clandestina - de empresas dominantes é essencial para o regime de vigilantismo global poder atuar no varejo.

Particularmente em instâncias de manipulação ativa, em que se encenam importantes operações psicológicas, conhecidas como psyops, na guerra híbrida sendo travada pela consolidação do emergente Hegemon, vejo uma dessas psyops na encenação de batalhas judiciais entre agências de três letras e essas empresas, em que as empresas posam de defensoras da privacidade de seus clientes, enquanto essa “defesa” já está derrotada por programas de cooptação entre elas mesmas e essas agências, como por exemplo no projeto Prism⁶.

À guisa de investigar recente ataque “terrorista” em San Bernardino, por exemplo, o FBI tenta intimar a Apple a incluir “portas de fundo” (backdoors) no sistema operacional ou no firmware do iPhone, capazes de neutralizar a criptografia oferecida a clientes, enquanto os da área sabem que as agências de três letras já detêm vários meios para isso. Outro exemplo que podemos citar, este no combate que seria às drogas, mas que na verdade é contra a concorrência, é o da parceira pioneira no projeto

⁶ **PRISM** (programa de vigilância): um dos programas do sistema de vigilância global da NSA que foi mantido secreto desde 2007 e até sua revelação na imprensa em 7 de junho de 2013. Sua existência veio a público por meio de publicações feitas pelo jornal britânico The Guardian, com base em documentos fornecidos por Edward Snowden. (Nota da **IHU On-Line**)

Prism, resistindo a ordens para entregar e-mails.

Na fase inicial da guerra híbrida, tais encenações servem para dessensibilizar as pessoas e a sociedade quanto aos desdobramentos dessa consolidação hegemônica, rumo à transição para a fase seguinte. Na fase seguinte da guerra híbrida, cujo início talvez tenha sido sinalizado pelo episódio Snowden, a cooptação deixa de ser clandestina ou velada e se torna explícita, alcançando também entidades financeiras e estados periféricos.

Contudo, para atuar no atacado, por exemplo, contra uso eficaz de criptografia ou na interceptação e coleta, tal regime precisa cooptar nos segmentos “de baixo” da rede, onde predominam empresas como Intel, AMD, Cisco, Lenovo, Seagate e as de telecom globalizadas. E é aí, pela posição crítica dos alvos e instâncias, que as batalhas são mais obscuras e acirradas. Como ilustram, por exemplo, as investidas do equation group, comprometendo até o firmware nas linhas de montagem de HDs e pendrives, tornando esses dispositivos de armazenamento verdadeiros cavalos de Troia, indefensáveis por antivírus, EDS e firewalls, pois fora do alcance destes.

IHU On-Line - Existe uma ciber-guerra hoje? Como a caracteriza e quais são os atores envolvidos nela?

Pedro Rezende - Entendo que ela existe entre as dimensões eletromagnética e informacional do teatro de guerra atual, conforme a doutrina militar para dominação de amplo espectro. O emergente Hegemon se consolida com os sucessos numa série de conflitos que vão sendo planejados e deflagrados seguindo uma estratégia de guerra “de 4ª geração”, em cujo front psicológico o alvo principal para captura é a indústria da mídia corporativa, e o final é o desmonte dos Estados-nação. Combinada à estratégia sistêmica (dos cinco anéis), que orienta revoluções coloridas com ações centrípetas, executadas em redes sociais de progressi-

va densidade, e/ou combates não convencionais com operações centrífugas, de atores sem nítida identidade, objetivos e logística, chega-se à forma de guerra batizada de híbrida, que já citei. Vejo então a ciber guerra como interface entre a guerra híbrida e a convencional.

A ciber guerra se caracteriza não só por ações de espionagem e sabotagem convencionais, executadas por meio ou contra alvos eletrônicos, mas também por ações próprias, para captura ou controle de ativos importantes ao regime de vigilantismo global. Regime que, na guerra híbrida, corresponde à ocupação de "território virtual". Considero as batalhas mais importantes nesse front aquelas pela radicalização de normas que regulam a virtualização de práticas sociais, sejam na área jurídica, técnica ou operacional, degradando direitos civis em prol da eficácia desse regime. Na minha área, que é a técnica, entramos numa fase de cerco explícito em processos de padronização digital, ou para a Internet, com os unlockable bootloaders no UEFI, o EME no W3C, o ETP no HTTP 2.0 etc., justamente como previsto para a ação 2.1.5 no citado planejamento estratégico da NSA.

Na área jurídica, o cerco global instalado com o Patriot Act⁷ aberta, com a CISPA, a Ordem Executiva 1.4.2015 e outras do gênero, mas é na esfera financeira que as ações de ciber guerra têm efeitos

⁷ **Patriot Act:** "Lei Patriótica", é o Decreto assinado pelo presidente George W. Bush logo depois do 11 de setembro de 2001, em 26 de outubro de 2001. Permite, entre outras medidas, que órgãos de segurança e de inteligência dos EUA interceptem ligações telefônicas e e-mails de organizações e pessoas supostamente envolvidas com o terrorismo, sem necessidade de qualquer autorização da Justiça, sejam elas estrangeiras ou americanas. Após várias prorrogações durante o governo de George Bush, em 27 de julho de 2011, o presidente Barack Obama sancionou a extensão do Patriot Act por mais quatro anos, até 27 de julho de 2015. Em junho de 2015, várias provisões desta lei expirariam. O congresso então aprovou o USA Freedom Act, para substituir o Ato Patriota. Apesar de manter algumas provisões da antiga lei, o Freedom Act traz diversas mudanças, como de manuseamento de dados e quem pode guardar informações obtidas pela NSA. (Nota da **IHU On-Line**)

mais dramáticos. Nela, o planejamento bélico usa bancos centrais: os "mais centrais" emitem moeda fiat sem lastro cuja demanda como meio de pagamento é forçada em outras jurisdições, via pressão ou ação militar, em mercados globais com demanda inelástica. Países que emitem a moeda em que se origina sua própria dívida colhem então, em atividade econômica depreciada, por dívidas dos que não emitem a moeda em que se originou a sua. Onde há disparidade entre juros no mundo. Funciona enquanto a quantia emitida pelos primeiros para cobrir dívidas superar os gastos militares e políticos para sustentar essa coerção. Tempo que, historicamente, tem durado entre 70 e 200 anos.

Quando esse tempo se esgota, entra-se na fase crítica do ciclo capitalista que Schumpeter⁸ chama de "destruição criativa". Nessa fase é que eclodem as grandes guerras convencionais, com os lados sempre financiados pelos mesmos operadores financeiros, alojados naqueles bancos mais centrais. Ainda, no ciclo em que hoje estamos, a passagem para esta fase vem sendo modulada por ações próprias da ciber guerra. Para dar sobrevida à moeda fiat que ainda atua como reserva global de valor, aspirantes ao comando do Hegemon ordenam manobras criminosas para manipular mercados: fraudando sua função e desvirtuando-a para oferta e demanda, acobertados pelo controle seja de informações privilegiadas, com o vigilantismo dirigido, seja da infraestrutura dos pregões eletrônicos, com seus operadores cooptados, usando por exemplo HFTs e derivativos desregulamentados.

Quanto aos envolvidos, os atores involuntários são os que detêm algum controle sobre recursos, sejam materiais, humanos ou simbó-

⁸ **Joseph Alois Schumpeter** (1883-1950): economista austríaco, entusiasta da integração da Sociologia como uma forma de entendimento de suas teorias econômicas. Seu pensamento esteve em debate no I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia, promovido pelo IHU em 2005. (Nota da **IHU On-Line**)

licos, de importância geopolítica ou estratégica para consolidação do emergente Hegemon. E os atores principais, os globalistas que estão ou tentam chegar ao topo da cadeia de comando pela consolidação de uma nova ordem mundial, entendendo que gravitam em torno ou no poder dos mesmos operadores financeiros que se alojam nos bancos mais centrais. Estes, em dinastias formadas para isso nas treze casas bancárias que há mais de dois séculos controlam as finanças do planeta, e que planejam suas estratégias e decisões sob a clausura ou camuflagem de organizações como a ordem dos Illuminati⁹, o grupo Bildeberg, o Council of Foreign Relations, o Clube de Roma, entre outros.

IHU On-Line - Como o senhor compreende dois fenômenos que parecem ocorrer juntos: de um lado, um exibicionismo e fornecimento de informações pessoais nas redes e, de outro, uma crítica à vigilância e uma submissão que se dá pela rede? Não lhe parece contraditório as pessoas reclamarem da vigilância à qual estão submetidas na rede, mas, ao mesmo tempo, disponibilizarem uma série de informações pessoais por sua própria vontade?

Pedro Rezende - Também entendo que esse tipo de comportamento é comum e contraditório, mas ao mesmo tempo compreendo sua lógica interna. A natureza humana nos equipa com a faculdade da razão, mas pela mesma natureza só usamos essa faculdade quando nos convém. Nas pessoas em que predominam impulsos narcisistas, egoístas ou hedonistas, as de mais fácil submissão à propaganda subliminar

⁹ **Illuminati** (plural do latim *illuminatus*, "aquele que é iluminado"): denominação de diversos grupos fictícios. O termo Illuminati tem sido empregado especificamente para referir-se aos Illuminati da Baviera, uma fraternidade fundada em 1º de maio de 1776. Nos tempos modernos, também é usado para se referir a uma suposta organização conspiratória que controlaria os assuntos dos vários Estados secretamente, normalmente como versão moderna ou como continuação dos referidos Illuminati bávaros. (Nota da **IHU On-Line**)

e à manipulação pela ideologia dominante, esses comportamentos de risco à própria privacidade são racionalizados, quando muito acompanhados de perplexas, mas inócuas exclamações sobre um vago desconforto com vigilantismos, de varejo ou global. Como se uma tal contradição fosse típica, ou mesmo natural nos “tempos atuais”, apesar de inexplicável pela complexidade.

Tais pessoas, todavia, racionalizam ou com uma escolha deliberada, de permanecerem na ignorância sobre o lado sinistro do papel das TIC para a evolução social, ou com um atalho arrogante, de desqualificarem frívolamente esse lado, o lado das coisas que são perguntadas e respondidas aqui. O melhor antídoto que conheço para esse tipo de armadilha mental é bíblico e está no Salmo 1, mas as psyops de dessensibilização coletiva para a guerra de 4ª geração atuam também no caricaturismo da fé cristã e na sua desmoralização, em paralelo à naturalização da conduta criminosa de inspiração fascista na esfera financeira, e à legitimação do risco moral decorrentes delas.

Estamos navegando por inexploradas fronteiras técnicas e psicossociais, onde quem quiser detectar essas armadilhas precisa se esforçar para entender a função da privacidade e dos valores morais em nossas vidas. Privacidade, pela melhor definição que conheço, é a separabilidade de papéis sociais. Isto é, a capacidade de se exercer esses papéis de forma autônoma ou livre, independentes entre si. Alguém tem privacidade na medida em que decide, e controla, quais elos e traços componentes de seus papéis sociais - os de profissional, de pai, de cônjuge, de amigo, de ativista, de membro de uma entidade, por exemplo - transitam ou não de um desses papéis a outro. Podemos, assim, vê-la também como a manifestação semiológica do instinto de autopreservação.

Com a virtualização das práticas sociais em níveis compatíveis com a atual penetração da internet,

tem-se a ilusão de que a intermediação digital das interações entre papéis sociais nos dá mais autonomia para exercê-los, até anonimamente. Aí os afoitos, indiferentes e submissos desprezam o fato de que essa intermediação tecnológica empodera os fornecedores de plataformas e serviços com a capacidade de agregarem e cruzarem em massa os dados dessas interações, para recontextualizá-las e re-identificar interlocutores, perfilando-os. Esse “iceberg virtual” mostra então sua ponta visível na forma de propaganda comercial dirigida on-line, com o efeito-rede favorecendo modelos negociais concentradores. Enquanto abaixo, atores dominantes, cooptados pela estratégia fascista de consolidação hegemônica, monetizam esse perfilamento e atendem ao regime de vigilantismo global.

Assim, abaixo dessa “linha d’água” virtual, uma infraestrutura para tal regime “flutuar” como controle social vai se formando, fora de nossas vistas. Para o controle necessário à consolidação hegemônica em tempos de crise, ou de escassez, enquanto o cerco virtual desse regime se completa, na esfera institucional, com o cerco político-jurídico para formação de uma constituição global, com megacorporações acima dos Estados-nação. O modelo de Estado que nos legou a democracia representativa e os direitos civis vai sendo assim desmontado por dentro, para transição a uma nova ordem mundial, disparada pelo colapso financeiro que impulsiona a próxima destruição criativa do capitalismo. Compreendo então os fenômenos citados como uma forma de escavidão semiológica. E um sinal de sucesso dessa estratégia de consolidação hegemônica, executada com a atual guerra de 4ª geração.

IHU On-Line - Então os usuários contribuem de algum modo para que essa vigilância seja efetiva? Como?

Pedro Rezende - Contribuem com falta de senso crítico. Comportando-se como se as tecnologias

digitais e seus magos fossem um bem em si mesmo, necessário para os tempos atuais. Ou panaceias progressivamente melhores para os problemas humanos. Ou sempre benévolas. Se esta minha opinião parecer exagerada, permita-me uma analogia: dados pessoais são como matéria radioativa. Enquanto espalhados na natureza, são inócuos; mas quando concentrados em escala industrial, podem provocar reações em cadeia, capazes de produzir muita sinergia ou destruição em volta. É por isso que, quando o serviço com TIC é gratuito, a mercadoria é você.

Volto a citar uma frase que usei na entrevista anterior que fizemos, escolhida na ocasião para subtítulo: A internet é, ao mesmo tempo, um instrumento insuperável de liberdade e de controle. Eis que tal ambivalência sugere cautela. Quem acha que a dependência crescente no uso de TICs e internet sinaliza, por si, o caminho para nossa sociedade se libertar dos crescentes problemas da humanidade, está deste modo contribuindo para que as mesmas se transformem em instrumento de controle social inédito, formidável e sub-reptício, nas mãos de quem vencer a corrida pela construção do futuro próximo, na disputa pelo comando do emergente Hegemon. Quem acha assim, estará contribuindo indiretamente, pelo menos enquanto a natureza humana não mudar.

IHU On-Line - Como compreender a divulgação do Panama Papers neste contexto de vigilância e controle que se dá pela internet?

Pedro Rezende - Entendo essa divulgação como psyop no teatro da ciberguerra, com inusitadas características e reveladoras leituras. Permita-me citar algumas. Detalhes inferíveis da extração, de 2.6 Terabytes, e da reação da empresa burlada indicam tratar-se de hacking externo.

Outro detalhe a chamar atenção, neste que foi o maior vazamento de documentos sigilosos sobre lavagem de dinheiro na história, é sobre autoria. Para melhor al-

cançar seus objetivos, dos quais a credibilidade sobre autenticidade do material vazado é primordial, a mentoria da operação preferiu - ao contrário de Snowden - ofuscar-se e ocultar o agente da extração, por trás do jornal que recebeu o material, e da entidade que se incumbiu de examinar os documentos e de distribuir conteúdos selecionados.

O jornal que havia recebido esse material, *Süddeutsche Zeitung* (SZ), relata ter solicitado ao Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos - ICIJ que coordenasse a análise e divulgação de conteúdos, a resumir, dos 11,5 milhões de documentos vazados. Alega o ICIJ ter acionado para isso cerca de 400 jornalistas em 80 países, que então trabalharam secretamente na tarefa, por cerca de um ano, após o qual o SZ recebeu a primeira resenha, para seu furo jornalístico, seguido de outros. Esses detalhes levantam algumas questões interessantes: Como é que 400 pessoas em 80 países conseguem manter sigilo, durante um ano, sobre tantos documentos explosivos? Eram mesmo jornalistas? Quem pagou pelo trabalho? Por quais critérios de resumo? Por que o SZ?

O SZ foi o primeiro jornal a receber, depois da 2ª Guerra Mundial¹⁰,

10 Segunda Guerra Mundial: conflito iniciado em 1939 e encerrado em 1945. Mais de 100 milhões de pessoas, entre militares e civis, morreram em decorrência de seus desdobramentos. Opôs os Aliados (Grã-Bretanha, Estados Unidos, China, França e União Soviética) às Potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). O líder alemão Adolf Hitler pretendia criar uma “nova ordem” na Europa, baseada nos princípios nazistas da superioridade alemã, na exclusão – eliminação física incluída – de minorias étnicas e religiosas, como judeus e ciganos, além de homossexuais, na supressão das liberdades e dos direitos individuais e na perseguição de ideologias libe-

licença do exército de ocupação para circular na Alemanha Ocidental. Por sua vez o ICIJ, fundado oito anos após a queda do muro de Berlim, é sustentado pelas fundações Open Society - OSF e pela agência USAID, conforme rodapé da sua página web. Então, para quem quiser espiar por trás da cortina nesse palco, a mentoria da operação Panama Papers se expõe: a OSF é dirigida e mantida por um globalista financeiro dos mais empenhados em surfar a transição para a ordem monetária que sucederá a atual, George Soros; e USAID é o front político da agência de três letras pioneira dentre as que executam a estratégia dos principais aspirantes ao comando do emergente Hege-mon. Fica faltando, para se entender a cena como psyop, uma leitura das motivações, que pode ser inferida dos critérios de resumo.

No dia seguinte ao furo, toda a mídia corporativa anglo-saxã ou sob sua tutela estampava fotos de Vladimir Putin¹¹, com manchetes garrafais denunciando gigantescos esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro. Dentre os nomeados nos milhões de documentos vazados, ele foi escolhido para as manchetes porque, como revelam letras miúdas, o nome de um colega de infância, que se fez violoncelista famoso, tinha dois milhões de dólares num paraíso fiscal. E

raais, socialistas e comunistas. Essa ideologia culminou com o Holocausto. (Nota da **IHU On-Line**)

11 Vladimir Putin (1952): presidente da Rússia. Também é ex-agente da KGB no departamento exterior e chefe dos serviços secretos soviético e russo, KGB e FSB, respectivamente. Putin exerceu a presidência entre 2000 e 2008, além de ter sido primeiro-ministro em duas oportunidades, a primeira entre 1999 e 2000, e a segunda entre 2008 e 2012. (Nota da **IHU On-Line**)

porque também o tinha o dono do clube onde havia se casado uma filha. Esse incômodo de proporções nucleares, pedra no sapato da consolidação hegemônica, tinha que continuar sendo demonizado. E no rescaldo, exposto o único chefe de Estado que na crise de 2008 prendeu banqueiros por crimes financeiros: o primeiro ministro da Islândia. Forçado a renunciar, com os banqueiros presos lá, soltos dois dias depois.

E finalmente, o porquê do SZ: a Alemanha unificada é o principal parceiro comercial europeu das duas nações em condições de obstar, a favor de uma ordem alternativa multipolar, o projeto de consolidação do Hege-mon. Então, com a aproximação do colapso que dispara a transição para a próxima fase de destruição criativa do capitalismo, na qual a guerra de 4ª geração tende a escalar para uma convencional terceira mundial, a concorrência em determinado turfe do crime organizado, aquele onde se manipula mercados e práticas fiscais, precisa de poda e disciplina. Leitura que vem sendo confirmada por desdobramentos posteriores a esse “escândalo”. Tudo indica, portanto, que esta psyop sinaliza um acirramento na disputa entre dinastias financeiras, polarizadas em torno dos Rothschild, Rockefeller e a do Dragão Branco, pelo comando da ordem mundial que disso tudo emergirá.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Pedro Rezende - Apenas que isso tudo constitui, a meu ver, sinais da segunda vinda de Jesus Cristo. São sinais de que o Seu retorno se aproxima. ■

LEIA MAIS

- *Negociações entre os gigantes da web: “o nome do jogo é controle”*. Entrevista especial com Pedro Rezende, publicada nas *Notícias do Dia* de 27-2-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <https://goo.gl/L8N116>.
- *As lutas pela liberdade ao conhecimento e pela liberdade ao capital*. Entrevista especial com Pedro Rezende, publicada na edição 318 da revista *IHU On-Line*, de 7-12-2009, disponível em <https://goo.gl/HiKL8z>.

IHU ON-LINE



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

**IHU em
Revista**

Agenda de Eventos

Confira os próximos eventos promovidos pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU



Ciclo de Estudos do Livro "O Capital no Século XXI" – A Estrutura da Desigualdade

Semana 5 de 6 - De 17/10 a 21/10

Políticas públicas de regulação do capital e possibilidades para um Estado social no Brasil

Leitura: "Quarta Parte: regular o capital no século XXI", do livro O capital no Século XXI, de Thomas Piketty

Ministrante: Prof. MS Gilberto Antonio Faggion - Unisinos

VI Seminário Observatórios – Democracia, Políticas Públicas e Informação

Roda de conversas sobre experiência dos Observatórios

Debatedor: Prof. Dr. Rudá Ricci - Instituto Cultiva

Horário: 9h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU



Apresentação de trabalhos, conforme as temáticas do Seminário: democracia, políticas públicas e informação

Horário: 13h30min

Local: Salas B06 100, B 06101 e B06 102

Lançamento das produções dos Observatórios.

Horário: 18h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Conferência *Observatórios e democratização da democracia*

Conferencista: Prof. Dr. Rudá Ricci - Instituto Cultiva

Horário: 19h30min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Saiba mais em: <http://ihu.unisinos.br/eventos>



Ecofeira Unisinos

Mostra e comercialização de produtos orgânicos

Horário: das 10h às 8h

Local: Corredor central (B07), em frente ao IHU / Campus Unisinos São Leopoldo

Círculo Cultural PPDEdu Unisinos

Coordenação: Prof. Dr. Telmo Adams - Unisinos

Horário: 13h

Local: Corredor central (B07), em frente ao IHU / Campus Unisinos São Leopoldo

Mutirão Horta Unisinos

Horário: das 14h às 16h

Local: Escola de Saúde, entre os setores E03 e E04

Saiba mais em: <http://ihu.unisinos.br/eventos>



IHU ideias

Conferência: *Estratégia como mistério e outros possíveis: o estrategizar da indústria 4.0*

Conferencista: Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz - Unisinos

Horário: 17h30min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU - Campus São Leopoldo

Saiba mais em: <http://ihu.unisinos.br/eventos>

Ciclo de Estudos do Livro “O Capital no Século XXI” – A Estrutura da Desigualdade

Semana 6 de 6 - De 24/10 a 28/10

Reflexões sobre a desigualdade de renda no Brasil

Leitura: “O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira”, do Cadernos IHU Ideias, n. 234, de Róber I. Ávila e João B. S. Conceição

Ministrante: Prof. MS Gilberto Antonio Faggion - Unisinos



V Colóquio Internacional IHU. VII Colóquio Cátedra Unesco – Unisinos de Direitos Humanos e Violência, Governo e Governança. Os Direitos Humanos em Face dos Dispositivos de Vigilância e Controle da Cidadania

Conferência de abertura: *A liberdade vigiada: novos arranjos tecnológicos de comando e controle*

Conferencista: Prof. Dr. Pedro Rezende - Universidade de Brasília - UnB

Horário: 9h30min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Apresentação de trabalhos científicos

Horário: 11h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU e B06 100

Conferência: Rumo à desinstitucionalização punitiva

Conferencista: Profa. Dra. Marcela Gutiérrez - Universidad Externado de Colombia - Colômbia

Horário: 14h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Conferência: Ontologia Subalterna dos Direitos Humanos

Conferencista: Profa. Dra. Bethania Assy - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio

Horário: 15h30min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Apresentação de trabalhos científicos

Horário: 17h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU e B06 100

Lançamento e apresentação livro "Testemunhas de uma barbárie: uma perspectiva da injustiça a partir das vítimas do estado de exceção, Brasil 1964-1988" RUIZ, Castor Mari Martín Bartolomé; VIOLA, S. E. A. (Org.). São Leopoldo: Editora Casa Leiria, 2016. Livro eletrônico.

Horário: 19h30min

Local: Auditório Central - Unisinos

Acesse a publicação em <http://bit.ly/2dSqFjg>**Conferência: Governamentalização privada dos espaços públicos**

Conferencista: Prof. Dr. Vinicius Nicastro Honesko - Universidade Federal do Paraná - UFPR

Horário: 20h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Saiba mais em: <http://ihu.unisinos.br/eventos>

V Colóquio Internacional IHU. VII Colóquio Cátedra Unesco – Unisinos de Direitos Humanos e Violência, Governo e Governança. Os Direitos Humanos em Face dos Dispositivos de Vigilância e Controle da Cidadania

Conferência: Ação política e sociedades de controle. Impasses e perspectivas

Conferencista: Prof. Dr. Adriano Pilatti - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio

Horário: 9h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Conferência: O que resta da ditadura: Estado democrático de direito e exceção no Brasil

Conferencista: Prof. Dr. Giuseppe Tosi - Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Horário: 10h30min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Conferência: *Em nome da lei: exceção, direitos de cidadania e práticas policial-judiciais no Brasil hoje*

Conferencista: Prof. Dr. José María Gómez - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio

Horário: 14h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Conferência: *Exposição, exploração e privacidade e autodeterminação da criança e adolescente*

Conferencista: Profa. Dra. Maria Cristina de Cicco - Università di Camerino - Itália

Horário: 15h30min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Saiba mais em: <http://ihu.unisinos.br/eventos>



Ecofeira Unisinos

Mostra e comercialização de produtos orgânicos

Horário: das 10h às 8h

Local: Corredor central (B07), em frente ao IHU / Campus Unisinos São Leopoldo

Coral do Projeto Catavida - NH

Horário: 13h

Local: Corredor central (B07), em frente ao IHU / Campus Unisinos São Leopoldo

Mutirão Horta Unisinos

Horário: das 14h às 16h

Local: Escola de Saúde, entre os setores E03 e E04

Saiba mais em: <http://ihu.unisinos.br/eventos>

IHU Ideias

Conferência: *Lutero na música de Bach*

Conferencista: Prof. MS Bernhard Sydow - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Porto Alegre - Projeto Prelúdio - IFRS

Horário: 17h30min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Saiba mais em: <http://ihu.unisinos.br/eventos>



27/10



4º Ciclo de Estudos Metrôpoles, Políticas Públicas e Tecnologias de Governo. Territórios, governamento da vida e o comum

Conferência: *Cosmopolítica indígena, estados plurinacionais e partidos movimento*

Conferencista: Prof. Dr. Salvador Andrés Schavelzon - Universidade Federal de São Paulo, Campus Osasco - UNIFESP

Horário: 19h30min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Saiba mais em: <http://ihu.unisinos.br/eventos>

VII COLÓQUIO CÁTEDRA UNESCO - UNISINOS DE DIREITOS HUMANOS E VIOLÊNCIA, GOVERNO E GOVERNANÇA

V COLÓQUIO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS –IHU

OS DIREITOS HUMANOS



Face aos dispositivos de vigilância e controle da cidadania



O que resta da ditadura:
Estado democrático de direito e exceção no Brasil

Prof. Dr. Giuseppe Tosi

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

26 de outubro de 2016 | 10h30min

**Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU e
Auditório Central – Campus São Leopoldo/RS**

ihu.unisinos.br

A incompatível relação entre extrativismo mineral e justiça social

Questão ambiental não pode ser separada da justiça, ressalta Katu Arkonada. Número de pobres cresce na Europa em contraposição ao consumo de bens de luxo

Por João Flores da Cunha | Tradução: Evelyn Louise Zilch | Edição: Márcia Junges

Na América Latina a luta por direitos básicos para melhorar a vida das pessoas ainda é uma constante. Enquanto isso, no Norte abastado, aumenta o consumo de artigos luxuosos e o extrativismo predador, “aquele que acontece nos EUA ou na Europa por *fracking* ou pela construção de trens de alta velocidade”, acentua Katu Arkonada, membro da Secretaria Executiva da Rede de Intelectuais em Defesa da Humanidade, que vive e trabalha nessa realidade, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line.

Arkonada observa que “a prosperidade dos preços elevados do petróleo foi a mesma para todos os países da América Latina e do Caribe. Mas esta prosperidade não beneficiou igualmente aos setores populares, às maiorias sociais, de todos os países ricos em recursos estratégicos”. Considerada o pulmão do planeta, a Amazônia “não é de responsabilidade exclusiva do Equador”, mas

um compromisso para todas as nações. “O que é de responsabilidade do Equador como país e como um governo é continuar as políticas de redistribuição da riqueza para tirar da pobreza milhões de pessoas”.

Katu Arkonada é basco e vive hoje na Bolívia, depois de ter morado durante meses em Belém do Pará, na Amazônia brasileira, trabalhando na coordenação do Fórum Social Mundial. É pesquisador e analista do Centro de Estudos Aplicados aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - Ceadesc, em Cochabamba, na Bolívia. Colaborou com a Coordenadoria Andina de Organizações Indígenas - Caoi na construção da Cúpula Continental dos Povos e Nacionalidades Indígenas, realizada em Puno, Lago Titicaca, no Peru. Atualmente colabora com o Vice-Ministério de Planejamento Estratégico do Estado da Bolívia na construção de indicadores de Bem Viver para os projetos de desenvolvimento.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Em 2014, Eduardo Gudynas¹ disse em uma entrevista: “Chegamos a uma situação em que os países latino-americanos não sabem fazer outra coisa que não seja o extrativismo”². Você está de acordo com esta

¹ **Eduardo Gudynas:** intelectual uruguaio que está intimamente ligado a questões de conservação ambiental e modelo de produção intelectual ecológica. Sua visão é muito crítica ao que chama de “modelo extrativista”, que, em suas palavras, coloca o planeta à beira da exaustão de recursos. (Nota da **IHU On-Line**)

² A entrevista foi publicada no sítio rebellion.org e está disponível em <http://bit.ly/2ecBtot>. (Nota da **IHU On-Line**)

afirmação? Ainda estamos longe de construir um modelo pós-extrativista?

Katu Arkonada - Em primeiro lugar, devo dizer que mantenho uma postura crítica sobre as posições do progressismo ambientalista que representam Eduardo Gudynas e outros. Posições que normalmente vêm da academia ou ONGs financiadas a partir dos Estados Unidos e da Europa, e não tanto dos movimentos sociais e lutas reais.

Dito isto, a maior parte dos países latino-americanos, entre os quais

podemos incluir os do núcleo duro boliviano, tais como a Bolívia, a Venezuela ou Equador, passaram de uma situação na qual seus recursos naturais estavam nas mãos das transnacionais, à situação de, em primeiro lugar, nacionalizar estes recursos estratégicos, para em uma segunda fase avançar industrializando-os e gerar um valor agregado a estes recursos. Ou seja, a lacuna que ocorre na disputa sobre o excedente é enorme, porque agora estes recursos naturais permitem uma redistribuição da riqueza que o modelo neoliberal não permitia.



Não é possível mais enxergar a velha Europa em crise, onde cada vez há mais pobres à medida que aumenta o consumo de bens de luxo

Mas esse excedente está permitindo não apenas redistribuir a riqueza e industrializar os recursos naturais, mas também abrir a possibilidade de investir em tecnologia ou outras fontes de energia, como as energias renováveis, que, embora certamente não permitam pensar em uma maneira de sair do modelo extrativista, permitem pelo menos pensar horizontes de transição, que no caso da Bolívia não só acaba por reforçar o modelo econômico da economia plural, onde a economia do Estado é importante, mas também a comunitária.

IHU On-Line - Você acredita que é possível reverter 500 anos de colonialismo e extrativismo na América Latina? Existe alguma alternativa a este modelo?

Katu Arkonada - Precisamente a crítica feita a partir do progressismo ambiental evidencia como o modelo econômico extrativista e primariamente exportador na América Latina foi construído, que parte da divisão internacional do trabalho e da construção do capitalismo global, que outorgou tarefas específicas a cada Estado-nação durante a imposição do capitalismo e da modernidade.

O extrativismo é uma condição imposta pelo capital em escala global, para um Sul encarregado de fornecer matérias-primas para um Norte que, graças à exploração desse Sul, de seus povos e de sua natureza, pôde gerar suas revoluções industriais e “desenvolver-se”.

Sair deste modelo extrativista sem que se faça uma “desconexão” do sistema capitalista, sem

os recursos econômicos e a tecnologia que o Norte possui e não quer transferir, é muito difícil, e muito mais para um período tão curto em termos históricos, como os 10 anos do processo de câmbio boliviano.

Em relação às alternativas, o problema do progressismo ambiental é exatamente este, que se faça um diagnóstico que pode ser exposto, mas são incapazes de, a partir de suas salas de aula e de seus centros de estudo, proporem alternativas viáveis, realizáveis, e consistentes com a justiça social que permita tirar milhões de pessoas da pobreza.

IHU On-Line - Você acha que houve avanços no período de governos progressistas na América Latina no que diz respeito ao extrativismo predatório?

Katu Arkonada - Em primeiro lugar devemos definir o que é o extrativismo predador. O extrativismo predador é aquele que acontece nos EUA ou na Europa por *fracking* ou pela construção de trens de alta velocidade. Esse é o progresso do “primeiro mundo”. Na América Latina estamos falando de um desenvolvimento para melhorar as condições de vida das pessoas.

Vejamos um exemplo controvérsio, o da construção da estrada através do TIPNIS (Território Indígena e Parque Nacional Isiboro-Secure)³. Neste conflito, ampliado

3 Parque Nacional (TIPNIS): território indígena e Isiboro-Secure é uma área protegida Bolívia, criado como um parque nacional pelo Decreto Supremo 7401 de 22 de novembro de 1965 e declarou Terra Indígena, graças a as lutas dos povos indígenas da região. Tem cerca de 1.236.296 ha (12.363 km²) e está localizado na área de alta diversidade biológica

precisamente pelo progressismo ambiental e pelos meios de comunicação da oposição, estamos falando da construção de uma estrada que vai unir dois dos nove estados da Bolívia, dois estados que até hoje, depois de 500 anos de capitalismo e “desenvolvimento” não têm sequer uma ligação rodoviária, pelos problemas econômicos, mas também de saúde e educação, que isso gera para milhares de famílias.

IHU On-Line - No que se refere ao extrativismo, existem diferenças entre os governos que chamamos de progressistas e os governos mais associados à direita?

Katu Arkonada - A prosperidade dos preços elevados do petróleo foi a mesma para todos os países da América Latina e do Caribe. Mas esta prosperidade não beneficiou igualmente aos setores populares, às maiorias sociais, de todos os países ricos em recursos estratégicos.

Enquanto que na Bolívia a pobreza extrema, que em 2005 era de 38% da população no final do neoliberalismo, foi reduzida para menos da metade em 10 anos, e existe a previsão de chegar a 0 em 2025, no México, fronteira sul dos Estados Unidos e paradigma do modelo neoliberal predatório, a pobreza au-

incorporando quatro principais formações vegetais localizadas exatamente no cinturão de sub-andina, uma das regiões com maior biodiversidade global. Ele está localizado entre o departamento de Beni (província de Moxos) e Cochabamba (província de Chapare e Ayopaya). Os municípios incluídos são San Ignacio de Moxos e Loreto no Beni e Villa Tunari e Morochata em Cochabamba. O tema é amplamente debatido no sítio do IHU. Entre os textos publicados estão *Algumas reflexões, autocríticas e propostas sobre o processo de mudança na Bolívia*, artigo de Pablo Solón, reproduzida nas Notícias do Dia de 29-02-2016, disponível em <http://bit.ly/2dmj3PD>; *A reconstrução de outro caminho diante do fim de uma forma de fazer política*. Entrevista especial com Salvador Schavelzon, publica nas Notícias do Dia de 27-4-2016, disponível em <http://bit.ly/2elzEnL>; e *Indígenas são perseguidos na Bolívia por resistirem a construção de estrada em seu território*, publicado nas Notícias do Dia de 23-5-2015, disponível em <http://bit.ly/2dYPTDP>. O tema também é debate no artigo de Xavier Albó, intitulado *O grande desafio dos indígenas nos países andinos*, publicado no Caderno IHU Ideias número 225, disponível em <http://bit.ly/1XqWaeB> (Nota da IHU On-Line)

menta a cada ano e é já está acima de 50%.

Ou seja, é uma posição político-ideológica na qual você como governo distribui o excedente, se você o entrega às transnacionais ou o utiliza em investimento social. Em todo caso, é um desafio para toda a América Latina passar a depender menos de fontes de energia não renováveis e apostar no uso de energias renováveis, seja ela solar, eólica ou hidrelétrica.

IHU On-Line - O Equador começou em setembro a explorar petróleo no Yasuní⁴. Por que a iniciativa Yasuní-ITT fracassou e que conclusões podemos tirar a partir deste fracasso para que outros projetos ambientais não tenham o mesmo destino?

Katu Arkonada - A iniciativa Yasuní nos mostra nitidamente a hipocrisia do que é chamado de "comunidade internacional", que atribui ao Sul a função de protetor florestal. A Amazônia é o pulmão do planeta, e não é de responsabilidade exclusiva do Equador protegê-lo, mas de todo o mun-

⁴ **Parque Yasuní:** localizado na região da Amazônia Equatorial, nas províncias de Orellana e Pastaza, é considerado o local com maior diversidade biológica do mundo. Em 1979 foi declarada como parque nacional, exigindo, portanto, que a diversidade no interior do parque seja preservada. O IHU vem publicando diversos textos em seu sítio sobre o tema. *Entre eles Equador já produz petróleo no campo de Tiputini, próximo ao parque nacional Yasuní*, publicado nas **Notícias do Dia** de 6-10-2016, disponível em <http://bit.ly/2eJ8rzv>; *Equador: Dos Aucas/Huaorani ao Parque Yasuní 1956-2015*, publicado nas **Notícias do Dia** de 07-09-2015, disponível em <http://bit.ly/2dV1cn3>; e *Equador. Igreja preocupada com a exploração do Parque Yasuní*, publicado nas **Notícias do Dia** de 8-4-2015, disponível em <http://bit.ly/2e9rRfa>. (Nota da **IHU On-Line**)

do. O que é de responsabilidade do Equador como país e como um governo é continuar as políticas de redistribuição da riqueza para tirar da pobreza milhões de pessoas. Neste caso, a hipocrisia está em se pedir ao Equador que não explore o petróleo sob o Yasuní, enquanto o Norte permanece em um turbilhão de "desenvolvimento" e de consumismo capitalista que está destruindo a Mãe Terra, ao mesmo tempo em que destrói nossas sociedades, através do aumento pobreza e desigualdade. Não é possível mais enxergar a velha Europa em crise, onde cada vez há mais pobres à medida que aumenta o consumo de bens de luxo.

“
A questão ambiental não é uma questão que pode ser separada da justiça. A justiça ambiental faz parte da justiça social pela qual lutamos

IHU On-Line - Por que não há na América Latina partidos ambientalistas fortes? Você acha que esta seria uma solução para a questão ambiental?

Katu Arkonada - A questão ambiental não é uma questão que

pode ser separada da justiça. A justiça ambiental faz parte da justiça social pela qual lutamos. A defesa da Mãe Terra é parte do programa político de toda a esquerda latino-americana, enquanto há partidos ecologistas, como podemos ver na Europa, que são conservadores em muitas posições políticas e ideológicas.

Em todo caso, se olharmos para a América Latina como um continente, ou no caso específico da Bolívia, não é seu modelo econômico, pensado para um país de 11 milhões de pessoas, o que está destruindo o planeta. O planeta foi destruído pelo Norte capitalista no seu desenvolvimento por 300 anos, e por isso é injusta a crítica dos processos que levam de 10 a 15 anos, pedindo-lhes que deem um salto tecnológico-industrial que para outros Estados-nação levou séculos.

De qualquer forma, temos um debate em curso ao que nenhuma solução é dada a partir das críticas ao extrativismo, um debate global. A contradição entre o direito ao desenvolvimento e tirar o seu povo da pobreza, e os direitos da Mãe Terra, a escala global é o principal problema se pensarmos nos 2,6 bilhões de pessoas que vivem entre a China e a Índia, muitas delas em extrema pobreza, uma situação a ser resolvida, e estamos falando de coisas concretas e básicas como que todos tenham direito à eletricidade, é necessária uma enorme quantidade de recursos naturais, recursos que o planeta já não pode regenerar e irão se esgotar, mais cedo ou mais tarde. Este é um dos principais debates, se não o principal, que terá de enfrentar a esquerda do século XXI. ■

LEIA MAIS

- *Descolonização e Viver Bem são intrinsecamente ligados.* Entrevista com Katu Arkonada. Revista **IHU On-Line**, edição 340, 21-8-2010, disponível em <http://bit.ly/2dN1J9h>
- *Bolívia. Dez perguntas e 10 respostas sobre o conflito com os “cooperativistas” mineiros.* Artigo de Katu Arkonada publicado nas **Notícias do Dia** de 31-8-2016, disponível em <http://bit.ly/2evvu0w>

VII COLÓQUIO CÁTEDRA UNESCO - UNISINOS DE DIREITOS
HUMANOS E VIOLÊNCIA, GOVERNO E GOVERNANÇA

V COLÓQUIO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS -IHU

OS DIREITOS HUMANOS



Face aos dispositivos de vigilância e controle da cidadania



Ontologia Subalterna dos Direitos Humanos

Profa. Dra. Bethania Assy

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio

25 de outubro de 2016 | 15h30min

**Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU e
Auditório Central – Campus São Leopoldo/RS**

ihu.unisinos.br

PUBLICAÇÕES

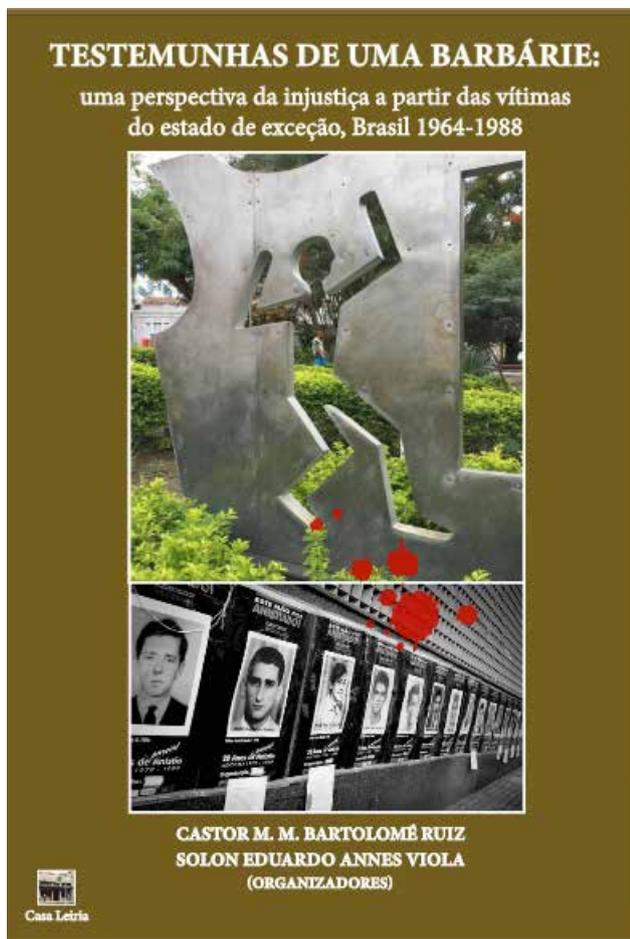
Testemunhas de uma barbárie: uma perspectiva da injustiça a partir das vítimas do estado de exceção

Como parte da programação do VII Colóquio da Cátedra Unesco - Unisinos de Direitos Humanos e Violência, Governo e Governança e V Colóquio Internacional IHU, será lançado o livro *Testemunhas de uma barbárie: uma perspectiva da injustiça a partir das vítimas do estado de exceção*, organizado por Castor Ruiz e Solon Viola. Os autores destacam que já no primeiro capítulo a obra “apresenta inicialmente alguns relatórios de mortos e desaparecidos, da Comissão Estadual da Verdade do RS”. Para Ruiz e Viola, “os mortos e desaparecidos marcam com seu silêncio um testemunho que é indizível. A indizibilidade do seu testemunho torna-o um espaço privilegiado de verdade e memória. O vazio de sua ausência não pode ser preenchido por discursos nem liturgias oficiais. Seu vazio excede toda palavra, por isso sua ausência sentida, nomeada, recebida torna-se o verdadeiro testemunho”.

No segundo capítulo, são reproduzidos depoimentos de pessoas que sofreram a repressão e a tortura durante o último estado de exceção no Brasil. “São depoimentos provenientes da Comissão Estadual da Verdade do RS”, destacam os autores. O terceiro capítulo é composto de diversos relatórios da repressão, destacando locais onde, no Rio Grande do Sul, foram praticadas as torturas e uma tabela de violações elaborada pela Comissão Estadual da Verdade do RS. “Estes documentos contribuem para iluminar de forma mais evidente o alcance destas práticas de tortura e morte”, pontuam Ruiz e Viola. O último capítulo reúne testemunhos de vítimas da repressão e da tortura gravados em vídeos. “Durante três anos fizemos seminários para gravar estes testemunhos de forma pública para que eles fossem um ato de memória no seminário e ficassem como arquivo de memória para a história nesta obra”, explicam os autores.

O livro será lançado no próximo dia 25, às 19h30min. A publicação já pode ser acessada em <http://bit.ly/2dSqFjg>.

Nas *Notícias do Dia* de 13-10-2016, no sítio do IHU, foi publicado o artigo *Vítimas da repressão golpista: ecos de 1964 ainda em 2016*, de Jacques Távora Alfonsin, que comenta a obra. O texto está disponível em <http://bit.ly/2dml26J>.



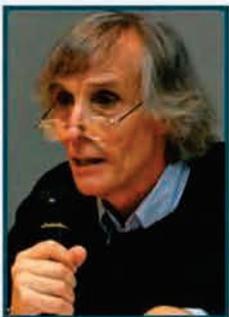
VII COLÓQUIO CÁTEDRA UNESCO - UNISINOS DE DIREITOS
HUMANOS E VIOLÊNCIA, GOVERNO E GOVERNANÇA

V COLÓQUIO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS –IHU

OS DIREITOS HUMANOS



Face aos dispositivos de vigilância e controle da cidadania



**Em nome da lei: exceção, direitos de cidadania e
práticas policial-judiciais no Brasil hoje**

Prof. Dr. José María Gómez

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio

26 de outubro de 2016 | 14h

**Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU e
Auditório Central – Campus São Leopoldo/RS**

lhu.unisinos.br

Retrovisor

Releia algumas das edições já publicadas da IHU On-Line.

As tecnociências e a modelagem da vida

Edição 456 - Ano XIV - 20-10-2014

Disponível em <http://bit.ly/2dSAoGj>

Por ocasião do XIV Simpósio Internacional IHU: Revoluções tecnocientíficas, culturas, indivíduos e sociedades. A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnociência contemporânea, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU, realizado entre os dias 21 a 23 de outubro de 2014, essa edição da IHU On-Line debate alguns dos impactos da tecnociência contemporânea. Contribuem na discussão alguns dos pesquisadores nacionais e internacionais que participaram do evento.



Michel Foucault, 80 anos

Edição 203 - Ano VI - 06-11-2006

Disponível <http://bit.ly/2e3iM8S>

Discutir a importância do legado do filósofo francês Michel Foucault, que em 15 de outubro de 2006 completou 80 anos de vida. Essa foi a proposta dessa edição da IHU On-Line, que já na edição 119, de 18-10-2004, refletiu a respeito desse pensador, por ocasião dos 20 anos do seu falecimento. O número traz inúmeros pesquisadores que foram entrevistados pela IHU On-Line, com o propósito de repensar a atualidade e as interfaces do pensamento de Foucault com outras áreas do conhecimento.



Segurança urbana e desigualdade social

Edição 182 - Ano VI - 29-05-2006

Disponível <http://bit.ly/2eayJMc>

A realização do Seminário Latino-Americano de Segurança Urbana, realizado em meio de 2006 em São Leopoldo, enseja o tema desta edição da IHU On-Line. Quando o seminário era preparado, uma iniciativa da Prefeitura de São Leopoldo, sob a coordenação do secretário de Segurança Pública, Carlos Sant'Ana e sua equipe, em parceria com o Instituto Humanitas Unisinos - IHU, estourou a tragédia social de São Paulo, que acompanhamos nas Notícias Diárias, publicadas na página web do IHU e que favoreceram a acuidade e a pertinência das entrevistas do cientista político Jorge Zaverucha, professor na UFPE, da antropóloga Alba Zaluar, professora da UERJ, da socióloga Vera Malaguti Batista, professora de Criminologia da Universidade Cândido Mendes no Rio de Janeiro, do sociólogo Luiz Eduardo Soares, do tenente-coronel Antonio Carlos Carballo Blanco, professor do Curso de Extensão em Segurança Pública da UERJ e chefe da Seção de Apoio Administrativo do Comando de Policiamento da cidade do Rio de Janeiro, do ex-prefeito de Bogotá, Antanas Mockus Sivickas, candidato a presidente da República nas eleições de ontem, e do cientista político João Trajano de Lima Sento-Sé, pesquisador da UERJ.



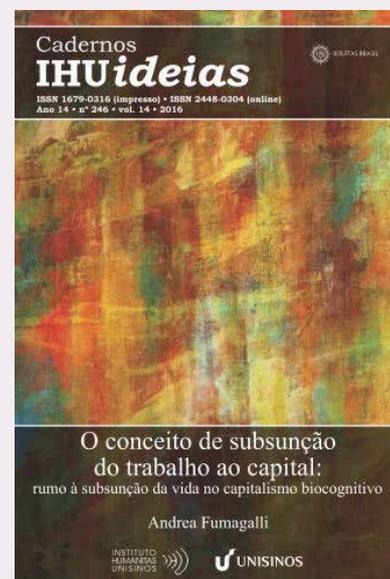
Andrea Fumagalli – Cadernos IHU Ideias

O conceito de subsunção do trabalho ao capital

O Cadernos IHU ideias traz em sua 246ª edição o artigo *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo*, de Andrea Fumagalli, professor na Università di Pavia. Segundo o texto, nos últimos 40 anos, o atual processo de acumulação e valorização capitalista assumiu nomes diferentes: o mais comum deles, pós-fordismo, é também o mais antigo.

O texto de Fumagalli é estruturado da seguinte maneira: 1.- Introdução; 2.- Subsunção formal e subsunção real em Marx; 3.- Rumo à subsunção da vida; e 4.- A governança da subsunção da vida.

Acesse a versão completa do caderno em <http://bit.ly/2e3ckhU>.



 INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

Newsletter IHU

Assine a Newsletter para receber as notícias e entrevistas atualizadas diariamente assim como informações sobre nossos eventos.

ihu.unisinos.br

IHU IDEIAS

Celebrando os 500 anos da Reforma Luterana

“Lutero na música de Bach”

27 de outubro

Palestrante: : Prof. MS Bernhard Sydow – IFRS

Horário: das 17h30min às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU - Campus Unisinos São Leopoldo



ihu.unisinos.br



bit.ly/ihuon



twitter.com/_ihu



youtube.com/ihucomunica



medium.com/@_ihu